

LEIS E DECRETOS



DECRETO Nº 15.157 DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Abre crédito suplementar, no valor global de R\$ 11.899.000,00, em favor dos órgãos que especifica.

O Governador do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art.102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art.7º, parágrafo único da Lei nº. 6.305, de 10 de janeiro de 2013.

DECRETA

Art.1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Secretaria da Fazenda, Secretaria do Desenvolvimento Rural, Secretaria da Infraestrutura/Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI, Secretaria da Saúde/Hospital Regional de Campo Maior - Campo Maior, Polícia Militar do Piauí/Hospital Dirceu Arcoverde da PMPI - Teresina, Secretaria da Assistência Social e Cidadania, Secretaria das Cidades, Secretaria dos Transportes, Secretaria do Turismo e Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, no valor de R\$ 11.899.000,00 (onze milhões, oitocentos e noventa e nove mil reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art.2º Os recursos necessários para a execução do disposto no art.1º decorrerão do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Estado do ano de 2012, na fonte 10 - Recursos de Convênios e das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste Decreto.

Art.3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2012 - 2015, Lei nº. 6.154, de 05/01/2012.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI 19 de ABRIL de 2013

[Assinaturas]
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETÁRIO DE GOVERNO
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 15.157 de 19/04/2013, publicado no D.O.E. nº , de / /2013.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTES	VALOR
13101.04122902.278	COORDENAÇÃO DOS POSTOS FISCAIS DE DIVISAS	FO	3.3.90.15	00	300.000,00
15101.20601222.038	FORTEALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	FO	4.4.40.51	00	300.000,00
16101.15451211.183	EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS	FO	4.4.90.51	10	2.500.000,00
16208.18544211.394	CONSTRUÇÃO, PERFURAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE POÇOS TUBULARES E PEQUENAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO EM LOCALIDADES RURAIS DO ESTADO DO PI.	FO	4.4.90.51	10	100.000,00
17108.10302032.332	HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR	SO	3.3.90.92	00	100.000,00
26101.04122902.244	COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍCIA MILITAR	FO	4.4.90.52	12	250.000,00
26101.06126011.235	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS	FO	4.4.90.52	12	250.000,00
26102.10122902.013	COORDENAÇÃO GERAL DO HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DA PMPI	SO	3.1.90.17	12	150.000,00
26102.10122902.013	COORDENAÇÃO GERAL DO HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DA PMPI	SO	3.3.90.14	12	15.000,00
26102.10122902.013	COORDENAÇÃO GERAL DO HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DA PMPI	SO	3.3.90.15	12	15.000,00
26102.10302031.021	FORTEALECIMENTO DA ATENÇÃO INTEGRAL EM SAÚDE DO HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE	SO	4.4.90.52	13	10.000,00
30102.08243042.166	FORTEALECIMENTO DAS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	SO	3.3.90.30	00	77.000,00
30102.08243042.166	FORTEALECIMENTO DAS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	SO	4.4.90.52	00	262.000,00
45101.15451191.077	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANAS E RURAL NO MUNICÍPIOS PIAUIENSES	FO	4.4.90.92	00	600.000,00
46101.26782201.045	IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS BR'S 020/PI, 222/PI E 235/PI.	FO	4.4.90.51	10	6.000.000,00
47101.23695161.450	EXECUÇÃO DO PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO ANEL VIÁRIO - PARNAÍBA - PRODETUR NACIONAL	FO	4.4.20.93	00	223.000,00
47101.23695161.467	URBANIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DO MANGUE SECO - LUIZ CORREIA - PRODETUR NACIONAL	FO	4.4.20.93	00	147.000,00
47101.23695161.469	URBANIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS NA ÁREA CENTRAL DE CEL. JOSÉ DIAS - PRODETUR NACIONAL	FO	4.4.20.93	00	15.000,00
47101.23695162.156	PROMOÇÃO DO TURISMO	FO	3.3.20.93	00	120.000,00
47101.23695162.156	PROMOÇÃO DO TURISMO	FO	3.3.90.39	00	150.000,00
48101.11333261.160	PROJOVEM TRABALHADOR - JUVENTUDE CIDADÃ	FO	3.3.90.39	00	315.000,00
TOTAL					11.899.000,00

Diário Oficial

4



Teresina(PI) - Sexta-feira, 19 de abril de 2013 • Nº 73

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 15.157 de 19/04/2013, publicado no D.O.E. nº , de / /2013.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
14101.12122122.206	AValiação e acompanhamento das políticas públicas e planejamento estratégico	FO	3.3.90.35	00	100.000,00
14101.12122122.208	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	FO	4.4.90.51	00	200.000,00
14101.12122122.208	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	FO	4.4.90.52	00	239.000,00
14101.12122902.209	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SEDE DA SEDUC E GRE'S	FO	4.4.90.51	00	200.000,00
14101.12122902.209	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SEDE DA SEDUC E GRE'S	FO	4.4.90.52	00	170.000,00
15101.20601222.038	FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	FO	4.4.90.51	00	300.000,00
17101.10122032.162	MODERNIZAÇÃO GERENCIAL DA SESAPI	SO	4.4.90.52	00	50.000,00
17101.10301032.096	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	SO	3.3.90.33	00	50.000,00
26101.06181092.041	MANUTENÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO	FO	3.3.90.15	12	500.000,00
26102.10122902.013	COORDENAÇÃO GERAL DO HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DA PMPI	SO	4.4.90.51	13	10.000,00
26102.10302031.021	FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO INTEGRAL EM SAÚDE DO HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE	SO	3.3.90.30	12	180.000,00
30101.04122901.179	REFORMA DAS INSTALAÇÕES DE INFRAESTRUTURA	FO	4.4.90.51	00	50.000,00
30101.04126011.180	MODERNIZAÇÃO LOGÍSTICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FO	4.4.90.52	00	50.000,00
45101.04122902.042	COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DAS CIDADES	FO	4.4.90.51	00	50.000,00
45101.04122902.042	COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DAS CIDADES	FO	4.4.90.52	00	100.000,00
45101.15453201.078	IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS ALTERNATIVAS DE TRÁFEGO PARA VEÍCULOS DE DUAS RODAS	FO	4.4.90.51	00	100.000,00
45101.17482181.080	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	FO	4.4.90.51	00	200.000,00
45101.26782201.086	IMPLANTAÇÃO DE ANÉIS RODOVIÁRIOS	FO	4.4.90.51	00	150.000,00
47101.23695161.415	ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO E USO PÚBLICO DE ESPAÇO TURÍSTICO - PRODETUR NACIONAL	FO	3.3.90.35	00	75.000,00
47101.23695161.417	ELABORAÇÃO DE PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - PRODETUR NACIONAL	FO	3.3.90.35	00	75.000,00
47101.23695161.423	IMPLEMENTAÇÃO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	FO	3.3.71.39	00	100.000,00
47101.23695161.423	IMPLEMENTAÇÃO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	FO	3.3.71.92	00	20.000,00
47101.23695161.468	URBANIZAÇÃO DE ORLAS - PRODETUR NACIONAL	FO	4.4.90.51	00	15.000,00
48101.11244261.154	PLANO TERRITORIAL DE QUALIFICAÇÃO - PLANTEQ	FO	4.4.90.52	00	60.000,00
48101.11331261.124	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE FORMAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM ÁREAS AFINS	FO	3.3.90.30	00	50.000,00
48101.11331261.124	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE FORMAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM ÁREAS AFINS	FO	3.3.90.39	00	50.000,00
48101.11331261.124	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE FORMAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM ÁREAS AFINS	FO	4.4.90.52	00	30.000,00
48101.11333261.156	APOIO AO EMPREENDEDORISMO	FO	4.4.90.52	00	40.000,00
48101.11333261.157	PIAUI AUTÔNOMO / CENTRAL DO TRABALHADOR	FO	4.4.90.52	00	40.000,00
48101.11333261.158	INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA AO MERCADO DE TRABALHO - SINE	FO	4.4.90.52	00	45.000,00
TOTAL					3.299.000,00



DECRETO Nº 15.158, DE 19 DE ABRIL DE 2013

Enquadra os servidores que especifica, do quadro de pessoal do Hospital Dirceu Arcoverde - Hospital da Polícia Militar do Piauí/HPM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V e XIII, do art. 102, da Constituição Estadual, Lei Complementar Estadual nº 38, de 24 de março de 2004, o contido no Ofício nº 21.000-0012/2013 GAB-SEAD, de 03 de janeiro de 2013, da Secretaria da Administração, referente ao Processo AP.010.1.000160/13-35,

DECRETA:

Art. 1º Ficam enquadrados no quadro de pessoal do Hospital Dirceu Arcoverde - Hospital da Polícia Militar do Piauí/HPM, os servidores especificados na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Os acréscimos financeiros decorrentes deste enquadramento serão implantados considerada a disponibilidade de recursos financeiros do Estado, e o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 19 de ABRIL de 2013

[Assinatura]
GOVERNADOR DO ESTADO

[Assinatura]
SECRETÁRIO DE GOVERNO

[Assinatura]
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 15.158, DE 19 DE ABRIL DE 2013

ANEXO ÚNICO

ENQUADRAMENTO DE SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL DO HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ- HPM

ORD.	MAT.	SERVIDORES	CARGO TRANSFORMADO	CARGO ENQUADRAMENTO	CLAS.	PAD.
1	024342-6	AGENOR MOREIRA SANTIAGO	AUXILIAR DE SERVIÇOS	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
2	014698-6	ALBERTO JORGE DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
3	014694-3	ALFRANISA ALVES DOS SANTOS C. LIMA	DATILÓGRAFO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
4	014692-7	ALICE MARIA GUIMARÃES	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
5	014695-1	ANA ANTÔNIA TEIXEIRA DE SOUSA	COZINHEIRA	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	II	C
6	014693-5	ANTÔNIA BARBOSA DA ROCHA NOGUEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
7	014697-8	ANTÔNIA OLIVEIRA ASSUNÇÃO MACIEL	AUXILIAR DE SERVIÇOS	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
8	014699-4	ANTÔNIO LISBOA DA SILVA	SERVEnte	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C

9	014696-0	ANTÔNIO NONATO DA SILVA	ATENDENTE	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
10	014700-1	BENIGNA MARIA DORNELES SOUSA	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	II	C
11	013656-5	DOMINGAS RODRIGUES DO NASCIMENTO CARVALHO	COZINHEIRA	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	II	C
12	024425-2	EDNALDA VELOSO DA COSTA BEZERRA	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	III	C
13	014705-2	ELIENE ALVES COSTA	AUXILIAR DIETÉTICO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
14	024360-4	EVALDÂNIA DA COSTA SANTOS TEIXEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
15	014710-9	FRANCELOURDES PEREIRA DOS SANTOS	DATILÓGRAFO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
16	013660-3	FRANCISCA ANDRÉ DE S. BARBOSA	AUXILIAR DE SERVIÇOS	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	E
17	013470-8	FRANCISCA GOMES DE ARAÚJO	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	E
18	014706-X	FRANCISCA HERMES DA COSTA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
19	014708-7	FRANCISCA RODRIGUES DE SOUSA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
20	014709-5	FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
21	013468-6	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	DATILÓGRAFO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
22	024344-2	GISELDA GOMES SANTANA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	III	C
23	014712-5	HILDA FERREIRA DO NASCIMENTO SOUSA	ATENDENTE	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
24	014714-1	JACQUELINE ALVES DE ALMEIDA	ESCRITURÁRIO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
25	014717-6	JESUS NAVEGANTE SILVA DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
26	014713-3	JOSEFA DE OLIVEIRA CARVALHO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
27	014715-0	JOSELINA LIMA DA SILVA	COPEIRO (A)	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
28	014716-8	JÚLIA MARIA DA SILVA FREITAS	COPEIRO (A)	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	II	C
29	014720-6	LINA QUEIROZ DOS SANTOS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
30	015722-8	LÚCIA MARIA DE OLIVEIRA BARROS	ATENDENTE	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	E
31	024353-1	LUÍS GOMES BARROS FILHO	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
32	014722-2	LUISA MARIA DA SILVA	DATILÓGRAFO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
33	014728-1	MARGARIDA MARQUES DE SOUSA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
34	013471-6	MARIA ALVES DA SILVA PAIVA SOUSA	ATENDENTE	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
35	014730-3	MARIA AMÉLIA DE SOUSA CASTRO	COPEIRO (A)	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	II	C

Diário Oficial

6



Teresina(PI) - Sexta-feira, 19 de abril de 2013 • Nº 73

36	014742-7	MARIA ANITA SILVA CARDOSO	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
37	013377-9	MARIA ASELIA RODRIGUES DO NASCIMENTO SOUSA	TELEFONISTA	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
38	014736-2	MARIA DA CRUZ SOUSA	ATENDENTE	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
39	014743-5	MARIA DAS DORES GOMES DA LUZ	ALFAIATE	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
40	014752-4	MARIA DAS DORES MOTA MACÉDO	COPEIRO (A)	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
41	011946-6	MARIA DAS GRAÇAS SALES LEÃO	DENTISTA	AGENTE SUPERIOR DE SERVIÇOS	I	H
42	014756-7	MARIA DE FÁTIMA COSTA	ATENDENTE DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
43	014748-6	MARIA DE FÁTIMA DA SILVA	DATILÓGRAFO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
44	014734-6	MARIA DE JESUS DA SILVA	ATENDENTE	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
45	014745-1	MARIA DE JESUS SILVA ALVES	DATILÓGRAFO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
46	014725-7	MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
47	014749-4	MARIA DO AMPARO AMORIM SOUSA LEAL	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
48	014738-9	MARIA DO AMPARO LIMA CERQUEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	III	C
49	014724-9	MARIA DO CARMO ALVES	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
50	013474-X	MARIA DO CARMO VIEIRA BARROS	DATILÓGRAFO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
51	014744-3	MARIA DO LIVRAMENTO HOLANDA DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
52	024361-2	MARIA DO ROSARIO MARQUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	II	C
53	014764-8	MARIA DO SOCORRO VIERA BONFIM	COZINHEIRO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	II	C
54	014732-0	MARIA DOS HUMILDES TAVARES OLIVEIRA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
55	013586-X	MARIA HELENA NERY FREITAS	ASSISTENTE SOCIAL	AGENTE SUPERIOR DE SERVIÇOS	II	E
56	014733-8	MARIA HELENA RODRIGUES DE SOUSA	ATENDENTE DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
57	014761-3	MARIA IRACILDA VIEIRA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	II	C
58	013473-2	MARIA IVANI CARVALHO RODRIGUES	ATENDENTE	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
59	014740-X	MARIA JOSÉ BARBOSA RIBEIRO	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
60	014739-7	MARIA JOSÉ DE SOUSA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
61	014757-5	MARIA JOSÉ LOPES DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	III	C
62	013476-7	MARIA LINA DE OLIVEIRA FERREIRA	ATENDENTE	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
63	014755-9	MARIA LUÍSA LOPES SIQUEIRA	COZINHEIRA	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	III	C
64	014741-9	MARIA MEYRE FERREIRA PINHEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
65	014758-3	MARIA MONTEIRO GOULART SOUSA	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
66	014759-1	MARIA PEREIRA DOS SANTOS REIS	COPEIRO (A)	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
67	014747-8	MARIA ZELMA DOS SANTOS	AUXILIAR DIETÉTICO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
68	014763-0	MARLENE DE JESUS BARBOSA DA SILVA	ATENDENTE	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C

69	024385-0	MARLUCIA DA CONCEIÇÃO SILVA	AUXILIAR TÉCNICO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
70	014723-X	MARY ANNY RIBEIRO SANTIAGO PEREIRA	NUTRICIONISTA	AGENTE SUPERIOR DE SERVIÇOS	II	E
71	014771-X	RAIMUNDA ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
72	014773-7	RAIMUNDA DA SILVA NASCIMENTO	ESCRITURÁRIO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
73	014776-1	RAIMUNDA MARIA SOARES LIMA	TELEFONISTA	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
74	014775-3	RAIMUNDA PEREIRA DE SOUSA DE MACÉDO	AUXILIAR DE SERVIÇO	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
75	013467-8	RAIMUNDO ÂNGELO DE OLIVEIRA	ELETRICISTA	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	III	D
76	014772-9	RITA MARIA MENDES DA SILVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
77	014770-2	ROSA CLEIDE DO NASCIMENTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
78	014769-9	ROSA DA PAZ FIRMINO FERREIRA	FISIOTERAPEUTA	AGENTE SUPERIOR DE SERVIÇOS	II	E
79	014774-5	ROSÂNGELA PEREIRA DE ARAÚJO	ESCRITURÁRIO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
80	014782-6	SANDRA MARIA PAZ	ATENDENTE	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
81	014780-8	SOLANGE FERREIRA DE SOUSA	DATILÓGRAFO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
82	014781-8	SONIA MARIA SAMPAIO NUNES	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
83	014783-4	TERESINHA DE AMORIM ANDRADE	ZELADOR	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	I	C
84	014785-X	VALÉRIA DOS SANTOS PIMENTEL	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	II	C
85	014791-5	VERA LÚCIA PEREIRA DA COSTA SOUSA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	C
86	024424-4	VILMA BATISTA MENDES	AUXILIAR TÉCNICO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	III	C
87	024252-7	LISANDRO MENDES DA SILVA NETO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	A
88	014788-5	ZISLANDE DE SOUSA ARAÚJO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	A
89	014784-2	TERESA LOPES DE SOUSA	ATENDENTE DE ENFERMAGEM	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS	I	A
90	024342-6	ANTÔNIO CAMILO DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS	AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS	II	C

OF. 425

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO DE 01 DE ABRIL DE 2013

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RÉSOLVE**

NOMEAR, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

ARCANJA VIANA SOARES, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Programação, símbolo DAS-2, da Secretaria de Administração, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2013.

OF. 426

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO DE SEGURANÇAS

PORTARIA Nº. 029/GS/2013. Teresina, 08 de abril de 2013.

Prorroga a vigência da Portaria nº 003/GS/2013, de 14.01.2013, que instituiu a Comissão Especial como o objetivo de providenciar a regularização fundiária de todos os imóveis de uso institucional da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo o art. 158, da Constituição do Estado do Piauí,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado, por mais 90 (noventa) dias, os efeitos da **PORTARIA Nº. 003/GS/2013**, de 14 de janeiro de 2013, que instituiu a Comissão Especial como o objetivo de providenciar a regularização fundiária de todos os imóveis de uso institucional da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ.


Robert Rios Magalhães
Secretário de Segurança Pública do Piauí

Portaria nº **12.000-030** /GAB/2013

Teresina, 16 de abril de 2013.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições previstas no inciso II, do art.109, da Constituição Estadual c/c art.46 da Lei Complementar nº42, de 02.08.04, do Decreto nº 2.089, de 18.08.75 e

CONSIDERANDO o teor do Edital de Chamada Pública nº03/2013 - SPM/PR, tendo por objeto a seleção de propostas que auxiliem o desempenho da missão institucional da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR, em conformidade com as diretrizes contidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e no Pacto Nacional pelo Enfretamento à Violência contra as Mulheres, no âmbito das ações previstas no Plano Plurianual - PPA 2012-2015,

RESOLVE:

01.Instituir, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, Comissão para Elaboração de Projetos em conformidade com as temáticas previstas no **Edital de Chamada Pública nº03/2013**, mencionado no consideranda desta Portaria;

02.Designar os servidores **EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA**, Delegada de Polícia Civil do Estado do Piauí, **JOÃO MARCELO BRASILEIRO DE AGUIAR**, Delegado de Polícia Civil, **IRENICE DE MARIA ALVES DE SOUSA**, Agente de Polícia Civil e **JULIANNE ALENCAR GOMES**, Assessora Técnica, para, sob a presidência da primeira, integrarem referida Comissão, podendo, a Comissão, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do item precedente, em especial aqueles destinados à coleta de dados aptos a subsidiarem a proposta.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE, na forma da lei.

Teresina, 16 de abril de 2013.


DEL. ROBERT RIOS MAGALHÃES
Secretário de Segurança Pública

OF. 317



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ



EXTRATO DA PORTARIA EXPEDIDA PELA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ – ADAPI.

O Diretor Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

PORTARIA Nº 15.204 – 48/2013 – DG ADAPI, DE 16 DE ABRIL DE 2013 - Conceder licença, sem remuneração, ao servidor **LUIS CARLOS FERREIRA DE SOUSA**, Técnico em Agropecuária, matrícula funcional nº 209357-0, para tratar de assuntos particulares, por um período de 01 (um) ano, de 16/04/2013 a 16/04/2015.

PORTARIA Nº 15.204 – 49/2013 – DG ADAPI, DE 16 DE ABRIL DE 2013 - Remover, a pedido, o servidor **NAIRON NEY DA SILVA SOARES**, matrícula funcional nº 204713-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico de Serviços – Especialidade: Técnico em Agropecuária, lotado na cidade de Prata do Piauí - PI, para o município de Altos – PI.

Gabinete do Diretor Geral da ADAPI em Teresina (PI), 16 de abril de 2013.

José Antônio Filho
Diretor Geral

OF. 264



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA CONJUNTA SEFAZ/CGE Nº 01/2013.

Teresina, 15 de abril de 2013.

Altera a Portaria Conjunta SEFAZ/CGE nº 001/2012, de 27 de março de 2012, definindo nova composição do Grupo de Procedimentos Contábeis do Piauí - GTCON e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA e o CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões das Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants - IFAC* (Federação Internacional de Contadores);

CONSIDERANDO a edição por parte do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que buscam orientar e normatizar o citado processo de convergência no âmbito da Contabilidade Pública;

CONSIDERANDO as Portarias nº 751/2010, 753/2012, nº 467/2009, da Secretaria do Tesouro Nacional, que introduziram modificações no Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - MCASP, de observância facultativa pelos Estados a partir de 2010 e, obrigatória, até o término de 2014, implicando, inclusive, a necessidade de adequação ao novo modelo de Plano de Contas Aplicável ao Serviço Público - NPCASP;

CONSIDERANDO ainda o decreto nº 14.554, de 05 de agosto de 2011, que instituiu o Grupo de Procedimentos Contábeis do Piauí - GTCON-PI;

RESOLVEM:

Art. 1º - O Grupo de Procedimentos Contábeis do Piauí - GTCON-PI, composto por Bacharéis em Ciências Contábeis, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade, lotados na Secretaria de Estado da Fazenda e na Controladoria Geral do Estado, passa a ser composto dos membros a seguir relacionados:

1. Deusarina Batista dos Santos,
2. Ronald Soares Silva,
3. Sidrack Sidney Soares de Souza,
4. Lucídio Beserra Primo
5. Cristiano Natalício Neves de Oliveira
6. Francisco Feitosa Araújo,
7. Jarbas Oliveira de Souza, e
8. Adriano Sérgio Batista Lopes.

Parágrafo único - O parágrafo único do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único - A coordenação do GTCON-PI, ficará sob a responsabilidade do Contador Geral do Estado do Piauí.

Art. 2º - As atribuições e procedimentos definidos na Portaria Conjunta SEFAZ/CGE Nº 001/2012 continuam em vigor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina (PI), 15 de abril de 2013.

CIENTIFIQUE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRE-SE.

ANTÔNIO SILVANO ALEXCAR DE ALMEIDA
SECRETÁRIO DE FAZENDA

DARCY SIQUEIRA ALBUQUERQUE JÚNIOR
CONTROLADOR GERAL DO ESTADO

OF. 445

LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
MATERNIDADE D. DONA EVANGELINA ROSA



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ORGAO: MATERNIDADE D. DONA EVANGELINA ROSA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 28/13 – Processo nº 0790/13
Objeto: Serviço de telefonia ref. Aos meses de julho/2012 a março/2013
Empresa: EMBRATEL – EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES

Fundamentação. Art. 25, Caput Lei Nº 8.666/93

Inexigibilidade de Licitação nº 29/13 – Processo nº 0788/13

Objeto: Serviço de telefonia fixa ref. Março/2013

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A
Fundamentação. Art. 25, Caput Lei Nº 8.666/93

Dispensa de Licitação nº 77/13 – Processo nº 0580/13

Objeto: Aquisição de medicamentos

Fundamentação. Art. 24, IV da Lei Nº 8.666/93

Dispensa de Licitação nº 92/13 – Processo nº 0799/13

Objeto: Parecer nefrológico

Paciente: RN de Claudete Pereira da Silva

Fundamentação. Art. 24, IV da Lei Nº 8.666/93

Aditivo nº 01 a Autorização nº 38/12 – Processo nº 0188/13

Objeto: Prorrogação de vigência

Empresa: DISTRIBUIDORA PIMENTEL

Data Assinatura: 01.02.2013

Vigência: 12 (doze) meses

Fundamentação: Art. 57, II da Lei 8.666/93

Termo Aditivo nº 01 a Autorização 46/12

Objeto: Prorrogação contratual

Empresa: B. LIMA DA SILVA – GRAFICA E EDITORA CIDADE VERDE

Data assinatura: 06.03.2013

Vigência: 12 (doze) meses

Fundamentação: Art. 57, II da Lei 8.666/93

Termo Aditivo nº 05 Ao Contrato 136/08

Objeto: Prorrogação contratual

Empresa: GRAFICA E EDITORA CIDADE VERDE

Data assinatura: 20.12.2012

Vigência: 12 (doze) meses

Fundamentação: Art. 57, II da Lei 8.666/93

CONTRATO Nº 010/13 – PROCESSO Nº 1152/12

OBJETO: Material para coleta de resíduos sólidos

EMPRESA: UNIBRAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

VALOR MENSAL: R\$ 43.170,00 (Quarenta e três mil cento e setenta reais)

DATA ASSINATURA: 05.04.2013

VIGENCIA: 12 (doze) meses

FUNDAMENTAÇÃO: Pregão 01/2013-CPL/MDER; Lei 10.520/02; Lei 8.666/93

Francisco das Chagas Silveira da S. Junior

Coordenador/Pregoeiro de Licitação

CPF: 003.509.463-02

OF. 170



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 256/11

Processo: AA.900.1.021758/12-57. **Espécie:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 256/11 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a empresa SANTA ROSALTA. **Objeto:** Execução das obras de implantação de Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento Básico na Localidade “Santo Antônio”, Município de Conceição do Canindé (PI), onde fica prorrogado o prazo da vigência contratual por mais 90 (noventa) dias, a contar de 15/04/2013. **Vigência:** 15/07/2013. **Data de assinatura:** 16/04/2013. **Signatários:** Ermani de Paiva Maia – Secretário de Estado da Saúde; Benedito Orlando de Carvalho Gonçalves Nunes – Sócio Administrador da Contratada.

OF. 895



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - SEFAZ

OBJETO CONTRATO 05/2013

CONTRATANTE: INSTITUTO DE DOENÇAS TROPICAIS NATAN PORTELLA - IDTNP

CONTRATADO: FORTED TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE 02 (DUAS) CENTRAIS TELEFONICAS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.

Item	Descrição	Valor Mensal R\$	Valor Anual R\$
01	Central Telefônica com 04 troncos analógicos, 30 ramais analógicos e 01 terminal KS para telefonista.	385,00	4.620,00
02	Central Telefônica com 08 troncos analógicos, 80 ramais analógicos e 01 terminal KS para telefonista.	640,00	7.680,00
Valor Total do Contrato R\$			12.300,00

DATA: 17 de abril de 2013

BASE LEGAL: art. 57, II da Lei 8.666/93.

TERESINA, 17 de abril de 2013.

KELSEN DANTAS EULÁLIO
DIRETOR GERAL

OF. 086



SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL AREOLINO DE ABREU
TERESINA - PIAUÍ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ÓRGÃO: HOSPITAL AREOLINO DE ABREU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 004/2013

FINALIDADE: Contrato Prestação de Serviço

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nos Equipamentos de Ar Condicionados Tipo Janelheiro e Split e Bebedouros de Propriedade deste Hospital

A Diretora Geral do Hospital Areolino de Abreu, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o procedimento licitatório, de acordo com o Termo de Adjudicação, realizado pela Comissão Permanente de Licitação do Hospital Areolino de Abreu, em favor das seguintes Empresas vencedoras:

EMPRESAS VENCEDORAS	QUANTIDADE DE ITENS VENCIDOS	VALOR TOTAL
Joanildo Pereira Barros-ME	03	R\$ 28.381,50

VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 28.381,50 (Vinte e oito mil, trezentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)

Teresina, 18 de Abril de 2013

Maria das Graças Ernesto Costa Martins
Maria das Graças Ernesto Costa Martins
Diretora Geral do HAA

OF. 161

AVISO DE PUBLICAÇÃO COMPARAÇÃO DE PREÇOS Nº 09/2013 – SEFAZ/PI

OBJETO: Contratação de empresa de construção civil para reforma do Centro de Dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí e da Agência de Atendimento Sul da 3ª GERAT, em Teresina/PI. RECURSO BID.

TIPO: PREÇO GLOBAL.

DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14 de maio de 2013. HORÁRIO: 11:00 h.

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ/COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO. Av. Pedro Freitas s/nº, Bloco C, térreo, Bairro São Pedro, Centro Administrativo, Sala da Comissão Especial de Licitação. CEP: 64.018/200. Teresina/PI/BRASIL. Telefone: (55)86-3216-9600, Ramal: 2301.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: No endereço acima ou pelo portal eletrônico : www.sefaz.pi.gov.br/ E-mail: cel@sefaz.pi.gov.br

Teresina (Pi), 17 de abril de 2013.

Dalva Leal Soares Tourinho
Presidente CEL/SEFAZ

Visto:

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda

OF. 118



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0066.000.00775/2013-2

Dispensa nº 17/2013

Contratada: AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A. Justificativa/Ratificação – Dispensa de licitação fundamentada no art. 24, VIII, Lei nº 8666/93

Valor: Sob demanda

Fundamentação Legal: art. 24, VIII da Lei nº 8.666/93.

Fonte de Recurso: Tesouro Estadual.

Demais informações na Comissão de Licitação da SEFAZ.

Teresina, 18 de abril de 2013.

Publique-se.

Antonio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda

OF. 119

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0066.000.00356/2013-9

Dispensa nº 16/2013

Empresa: SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

Objeto: Para realizar cursos, treinamentos, oficinas e palestras, objetivando a qualificação do servidor fazendário, cujo valor dependerá dos cursos efetivamente ministrados.

Justificativa/Ratificação – Dispensa de licitação com fundamento no art. 24, IV da Lei nº 8666/93 e Dec. Estadual de nº 14.617/2011. Valor: R\$ 42.804,00 (quarenta e dois mil oitocentos e quatro reais).

Nota: o valor a ser pago dependerá dos cursos, treinamentos, oficinas e palestras a serem efetivamente realizados, conforme Proposta de Realização dos Cursos apresentada pelo SENAC-PI, para o ano de 2013.

Fundamentação Legal: art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93.

Fonte de Recurso: Tesouro Estadual.

Outras informações na Comissão de Licitação da SEFAZ.

Teresina, 18 de abril de 2013.

Publique-se.

Antonio Silvano Alencar de Almeida
Secretário da Fazenda

OF. 120



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

Extratos de Termo Aditivos de Contratos – 2013

Referência: Termo Aditivo N°04 ao Contrato N°93/09–Proc. N°16.976/2009

Contratante: Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Contratada: MICROSERV – Comércio e Serviço Ltda.

Objeto Contratual: Locação de 03 (três) equipamentos RICOH AFÍCIO MP 1600 para franquia fixa de 30.000 (trinta) mil páginas/mês e material de consumos incluso (exceto papel).

Objeto do Aditamento: prorrogação do prazo de vigência de 01.01.13 até 31.12.13.

Data da Assinatura: 02.01.13

Assinam: José Dias de Castro Neto (Contratante), Paulo Ivan da Silva Santos (Interveniente) e Cláudio José de Freitas Sampaio (Contratada).

Referência: Termo Aditivo N°05 ao Contrato N°140/08–Proc. N°16.1309/08

Contratante: Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Contratada: MICROSERV – Comércio e Serviço Ltda.

Objeto Contratual: Prestação de serviço de uso de equipamento multifuncional digital RICOH, destinado, exclusivamente para cópias e impressão em preto e branco, nas dependências desta SEINFRA. Objeto do Aditamento: prorrogação do prazo de vigência de 01.01.13 até 26.08.13.

Data da Assinatura: 02.01.13

Assinam: José Dias de Castro Neto (Contratante), Paulo Ivan da Silva Santos (Interveniente) e Cláudio José de Freitas Sampaio (Contratada).

Referência: Termo Aditivo N°03 ao Contrato N°31/10–Proc. N°16.1309/2008

Contratante: Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Contratada: MICROSERV – Comércio e Serviço Ltda.

Objeto Contratual: Locação de 02 (dois) equipamentos multifuncional RICOH SP 3200 SF, com franquia mensal de 13.000 (treze mil) cópias e material de consumo incluso.

Objeto do Aditamento: prorrogação do prazo de vigência de 01.01.13 até 31.12.13.

Data da Assinatura: 02.01.13

Assinam: José Dias de Castro Neto (Contratante), Paulo Ivan da Silva Santos (Interveniente) e Cláudio José de Freitas Sampaio (Contratada).

Referência: Termo Aditivo N°02 ao Contrato N°10/12–Proc. N°16.512/2006

Contratante: Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Contratada: Ticket Serviços S.A.

Objeto Contratual: Prestação de Serviço para gestão de frota.

Objeto do Aditamento: prorrogação do prazo de vigência de 15.03.13 até 15.03.14.

Data da Assinatura: 15.03.13

Assinam: José Dias de Castro Neto (Contratante), Paulo Ivan da Silva Santos (Interveniente) e Eduardo Antônio Ribeiro Távora (Contratada).

OF. 286

AVISO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS CONCORRÊNCIA Nº 07/2012 – REPETIÇÃO LICITAÇÃO FRACASSADA

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí – SEINFRA, designada pela Portaria nº. 16.08/2013-GS de 07/03/13, através de sua presidente, torna público para conhecimento dos interessados que em sessão realizada em 17/04/13, às 09:00 (nove) horas após análise da proposta de preços apresentada pela licitante participante do certame, foi proferido o seguinte julgamento: **Licitante Desclassificada:** Escala Transportes Gerais Ltda, por não atender as exigências do edital, conforme subitem 5.1.7, isto posto, foi considerada a “licitação fracassada”, na forma da Lei nº 8.666/93.

Teresina (PI), 18 de abril de 2013.

Irene Ferreira da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

OF. 293

Extratos de prorrogação de prazo – 2013

Convênio: N° 09/10 Processo: N° 16.258/2010

Concedente: Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura

Conveniente: Município de São João da Serra - PI.

Objeto do Convênio: Reforma e ampliação da Praça Dirceu Arcoverde, no município de São João da Serra - PI.

Objeto do Aditamento: Prorrogação do prazo de Vigência por mais 150 (cento e cinquenta) dias, por ato administrativo.

Data da Assinatura: 12.04.13

Assina: José Dias de Castro Neto – Secretário da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Convênio: N° 12/10 Processo: N° 16.104/2010

Concedente: Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura

Conveniente: Município de Várzea Branca - PI.

Objeto do Convênio: Pavimentação de 5.000m² de vias públicas na sede do município de Várzea Branca - PI.

Objeto do Aditamento: Prorrogação do prazo de Vigência por mais 150 (cento e cinquenta) dias, por ato administrativo.

Data da Assinatura: 12.04.13

Assina: José Dias de Castro Neto – Secretário da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Convênio: N° 17/10 Processo: N° 16.612/2010

Concedente: Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura

Conveniente: Município de São José do Piauí - PI.

Objeto do Convênio: Recuperação de estrada vicinal através de hora/máquina no trecho Baixa do Mel e Recanto do Prato numa extensão de 10,0km em São José do Piauí - PI.

Objeto do Aditamento: Prorrogação do prazo de Vigência por mais 150 (cento e cinquenta) dias, por ato administrativo.

Data da Assinatura: 12.04.13

Assina: José Dias de Castro Neto – Secretário da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Convênio: N° 01/11 Processo: N° 16.441/2011

Concedente: Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura

Conveniente: Itainópolis Câmara Municipal - PI.

Objeto do Convênio: Complemento da Construção do Prédio da Câmara Municipal de Itainópolis - PI.

Objeto do Aditamento: Prorrogação do prazo de Vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, por ato administrativo.

Data da Assinatura: 12.04.13

Assina: José Dias de Castro Neto – Secretário da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Extratos de Termo Aditivos de Contratos – 2013

Referência: Termo Aditivo N°08 ao Contrato N°21/11–Proc. N°16.1167/2009

Contratante: Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Contratada: COHISO – Construção Hidrogeologia e Sondagem Ltda.

Objeto Contratual: Execução das Obras e Serviços de Implantação de Sistema Simplificados de Abastecimento d'água em Diversas Localidades de Vários Municípios do Estado do Piauí, Compreendendo: Lote XII – Várzea Branca – PI.

Objeto do Aditamento: a prorrogação do prazo de execução por mais 90 (noventa) dias e da vigência contratual por mais 195 (cento e noventa e cinco) dias a contar da data da assinatura deste instrumento.

Data da Assinatura: 20.03.13

Assinam: José Dias de Castro Neto (Contratante), Ednei Arcoverde Modesto Amorim (Contratada).

Referência: Termo Aditivo N°08 ao Contrato N°30/11–Proc. N°16.1219/2009

Contratante: Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Contratada: COHISO – Construção Hidrogeologia e Sondagem Ltda.

Objeto Contratual: Execução das Obras e Serviços de Implantação de Sistema Simplificados de Abastecimento d'água - Água na Escola/PAC-FUNASA em Diversas Localidades de Vários Municípios do Estado do Piauí, Compreendendo: Lote XIX – Várzea Branca – PI.

Objeto do Aditamento: a prorrogação do prazo de execução por mais 90 (noventa) dias e da vigência contratual por mais 195 (cento e noventa e cinco) dias a contar da data da assinatura deste instrumento.

Data da Assinatura: 20.03.13

Assinam: José Dias de Castro Neto (Contratante), Ednei Arcoverde Modesto Amorim (Contratada).

OF. 289



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03/2013 - CPL

A Secretaria da Infraestrutura do Estado do Piauí – SEINFRA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que as **9:00 (nove) horas do dia 22 de maio de 2013**, receberá propostas para contratação de empresa de engenharia civil para execução das obras de Reforma e ampliação do Mercado Público do município de Esperantina – PI. O tipo de licitação é o de menor preço, regime de empreitada por preços unitários. Os recursos financeiros para a despesa decorrente da contratação que se seguirem à licitação correm por conta do Contrato de Repasse nº0373847-1/2011 (SICONV: 767500), celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representada pela Caixa Econômica Federal e o Estado do Piauí - interveniente Secretaria da Infraestrutura e contrapartida Estadual, e serão pagos através da Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA. Classificação Orçamentária: **16101 15 451 21 1.183**; Natureza da Despesa: **4490-51 e FR – 00 e 10**. O Edital, Especificações e Planilhas Orçamentárias, encontram-se à disposição dos interessados na Sala da Coordenação de Licitação da SEINFRA, sito a Av. Pedro Freitas, s/nº, Centro Administrativo, Bloco “G”, 1º andar, em Teresina-PI, Fone(s): (0xx86)3216.8400/8401/8402, Ramais 217 e 236, Fone/Fax (0xx86) 3216.8403, e-mail: seinfra@infra.pi.gov.br ou licitacao@seinfra.pi.gov.br, de segunda a sexta feira, das 7:30 às 13:30 horas. Publique-se.

Teresina (PI), 18 de abril de 2013.

Irene Ferreira da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Visto:

José Dias de Castro Neto

Secretário da Infraestrutura do Estado do Piauí

OF. 295



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

REFERÊNCIA: Termo de Rescisão do Contrato nº 026/2012 – Prestação de Serviços por Tempo Determinado, firmado entre o Estado do Piauí (Secretaria das Cidades) e Suely Maria Melo de Sousa Pereira;

CONTRATANTE: Secretaria de Transportes do Estado do Piauí;

CONTRATADO: Suely Maria Melo de Sousa Pereira;

OBJETO DA RESCISÃO CONTRATUAL: Rescisão do contrato de prestação de serviços por tempo determinado pela CONTRATADA, para atender a demanda temporária do CONTRATANTE, especificamente na função de assistente jurídico;

DATA DA ASSINATURA: 29/04/2013;

ASSINA: Merlono Solano Nogueira (Secretário de Estado das Cidades)

OF. 038

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 004/2013 CONTRATO Nº 010/2009

ESPÉCIE: Termo de prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº010/2009, celebrado entre o Estado do Piauí, com interveniência da Secretaria das Cidades e a Construtora Oliveira Ltda, cujo objeto é a construção de um matadouro público no Município de Palmeiras – PI.

OBJETO: Incluir no Contrato nº 010/2009 a possibilidade de reajuste, considerando que o prolongamento do ajuste por mais 12 (doze) meses não foi ato ou fato atribuível a Contratada, aplicando-se a variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. **REAJUSTE:** Por força dessa alteração, o saldo do contrato se modifica, conforme indicação a seguir: Altera-se o saldo do contrato nº 010/2009, de R\$ 73.100,37 (setenta e três mil cem reais e trinta e sete centavos) para R\$ 84.805,51 (oitenta e quatro mil oitocentos e cinco reais e cinquenta e um centavos) conforme memória de cálculo (anexos), elaborado pelo setor de engenharia da Secretaria das Cidades. **DATA DA ASSINATURA:** 18/04/2013 **SIGNATARIO:** Merlono Solano Nogueira e Construtora Oliveira Ltda.

OF. 039



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - SETRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2013 SETRE-PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº AA.151.1.001360/12-81-SETRE-PI

ESPÉCIE: Extrato do Contrato Nº 007/2013, celebrado entre a SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO DO ESTADO DO PIAUÍ – SETRE e o Sr. NATALINO NOGUEIRA BARROS.

OBJETO: A vigência e o valor do Contrato Nº 007/2013 firmadas entre as partes acima qualificadas, para 31/12/2013, em razão da necessidade de permanência da locatária no imóvel locado, dado sua localização e estrutura física, tendo em vista a que abrigue e acomode comodamente as instalações do Sistema Nacional de Emprego – SINE no Estado do Piauí, localizado na Capital Teresina.

DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS: As despesas decorrente do objeto deste CONTRATO serão do Convênio Nº 076/12 Fonte 10 MTE/SPPE/ CODEFAT/SETRE, ou na falta de recurso do Convênio a despesa ocorrerá por conta do Tesouro Estadual, Fonte 00, Elemento de despesa 3390-39

SIGNATÁRIOS: 1. LARISSA MENDES MARTINS MAIA – Secretária / SETRE

2. NATALINO NOGUEIRA BARROS – P/ Contratada

OF. 005



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
GABINETE DO SECRETÁRIO

EXTRATO DE DISPENSABILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: AA.002.1.000801/13-24

Contratante: Secretaria de Administração do Estado do Piauí – SEAD
Contratada: Empresa F. G. COM. DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: Referente ao serviço de Plotagem do CD, contendo o Projeto Incêndio e Pânico do Espaço da Cidadania de Floriano- PI, conforme memorando nº 10/20013-UMA de 21/01/2013.

Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso II

Valor: R\$ 87,20 (oitenta e sete reais e vinte centavos)

Fonte de Recurso: Tesouro Estadual

Assinatura: Paulo Ivan da Silva Santos – Secretário de Administração do Estado do Piauí

EXTRATO DE DISPENSABILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: AA.002.1.010847/12-25

Contratante: Secretaria de Administração do Estado do Piauí – SEAD
Contratada: Empresa TROPICAL - R. A. DA SILVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Objeto: Referente a compra de material hidráulico necessário para a instalação dos pontos de água no telhado, solicitado pela Empresa CLIMAR para limpeza nos evaporadores desta SEAD, através do memorando nº 21.017/2012 da Supervisão de Serviços Gerais em 06/09/2012.

Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso II

Valor: R\$ 206,00 (duzentos e seis reais)

Fonte de Recurso: Tesouro Estadual

Assinatura: Paulo Ivan da Silva Santos – Secretário de Administração do Estado do Piauí

EXTRATO DE DISPENSABILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: AA.002.1.000487/13-24

Contratante: Secretaria de Administração do Estado do Piauí – SEAD
Contratada: Empresa R. H. GOMES DE ALCANTARA ME

Objeto: Referente a compra de 04 (quatro) capacetes com viseiras automáticas para os motoqueiros do Malote Oficial, conforme memorando nº 004/2013-CT de 15/01/2013.

Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso II

Valor: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)

Fonte de Recurso: Tesouro Estadual

Assinatura: Paulo Ivan da Silva Santos – Secretário de Administração do Estado do Piauí

OF. 1005



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE TRANSPORTES - SETRANS

EXTRATOS DE ADITIVO

ATO: Termo Aditivo nº 03 ao Contrato nº 015/2010
Processo Administrativo. Nº A.A.319.1.004590/09 – SETRANS – Concorrência nº 002/2010
CONTRATANTE: Secretaria de Transportes do Estado do Piauí – SETRANS
CONTRATADA: Reconcret Recuperação e Construção Ltda
OBJETO CONTRATUAL: Execução dos Serviços de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Simples (TSS), com Banho Diluído da Rodovia: Pi-327, Trecho: Caldeirão/Lagoa de São Francisco, Extensão: 19,260km.
OBJETO DO ADITAMENTO: prorrogação do prazo de execução por mais 120 (cento e vinte) dias e vigência contratual por mais 225 (duzentos e vinte e cinco) dias a contar da data da assinatura deste instrumento.
DATA DE ASSINATURA: 17.03.2013
ASSINAM: Antonio Avelino Rocha de Neiva (pela Contratante) e Luiz Francisco do Rego Monteiro (pela Contratada).

OF. 260



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA JUSTIÇA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 001/2012

Processo Administrativo nº 4467/2012
Objeto: Construção da Casa de Detenção de Altos-PI.
O Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria da Justiça do Estado do Piauí, torna público para o conhecimento de todos, a homologação dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Justiça relativos ao procedimento licitatório referente à Concorrência nº 001/2012- SEJUS, adjudicando o objeto licitado em favor da empresa vencedora- L DE FRANÇA CONSTRUÇÕES LTDA, no valor global de R\$ 3.111.989,08 (três milhões, cento e onze mil, novecentos e oitenta e nove reais e oito centavos), para que produza os efeitos legais nos termos do art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, com as alterações posteriores.

Os autos encontram-se à disposição no Setor de Licitação da Secretaria da Justiça do Estado do Piauí, localizada na Avenida Pedro Freitas s/n, Centro Administrativo, Bloco G, 2º andar, Teresina-Piauí.

Teresina, 18 de Abril de 2013

Lenoel Vieira de Sousa Abreu
Presidente da Comissão de Licitação

OF. 026



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ - FUNDAC

EXTRATO DE HABILITAÇÃO SISTEMA DE INCENTIVO ESTADUAL À CULTURA- SIEC

A FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PIAUÍ- FUNDAC atesta para os devidos fins que em conformidade com a lei estadual 4997/1997, e as modificações dadas pela Lei 5.405/2004, e regulamentada pelo decreto nº 11.486/2004, certifica que o projeto “FESTIVL DE TEATRO LUSÓFONO - 2013”, que tem como proponente GRUPO DE TEATRO HAREM PICTURES sob-responsabilidade do Sr. Airton de Sousa Martins, orçado no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), foi habilitado pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Incentivo Estadual à Cultura- SIEC, a captar recursos na modalidade Mecenato, visto que possui os requisitos técnicos e artísticos de bom projeto cultural. Teresina, 18 de Abril de 2013.

MARLENILDES LIMA DA SILVA
PRESIDENTE DA FUNDAC

EXTRATO DE HABILITAÇÃO SISTEMA DE INCENTIVO ESTADUAL À CULTURA- SIEC

A FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PIAUÍ- FUNDAC atesta para os devidos fins que em conformidade com a lei estadual 4997/1997, e as modificações dadas pela Lei 5.405/2004, e regulamentada pelo decreto nº 11.486/2004, certifica que o projeto “VI FESTIVAL DE

RABECADE BOM JESUS”, que tem como proponente ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE BOM JESUS, sob-responsabilidade do Sr. Fabrício Pereira Torres, orçado no valor de R\$ 725.299,50 (Setecentos e vinte e cinco mil e duzentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), foi habilitado pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Incentivo Estadual à Cultura- SIEC, a captar recursos na modalidade Mecenato, visto que possui os requisitos técnicos e artísticos de bom projeto cultural. Teresina, 18 de Abril de 2013.

MARLENILDES LIMA DA SILVA
PRESIDENTE DA FUNDAC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 17/2012

CONVENIENTE: Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC;
CONVENIADO (A): ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE BOM JESUS ; **OBJETO:** Realizar o projeto CANTATA GONZAGUIANA na cidade de Bom Jesus, com apresentação musical da Orquestra Sinfônica de Teresina e João Cláudio Moreno, levando um repertório com música de Luiz Gonzaga, erudita e músicas católicas. Assim fortalecendo a identidade do povo nordestino e especialmente piauiense, além de garantir o acesso a bens culturais diverso da nossa cultura riquíssima. **VALOR:** R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), em parcela única, por conta do Projeto/Atividade: 2014, Elemento de Despesa: 33504 e Fonte de Recurso: 00. **CLÁUSULA ADITADA:** O presente termo prorroga a vigência original do contrato acima pelo período de 90 (noventa) dias, tendo em vista atender as necessidades desta Fundação; **DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO AO CONTRATO:** 05/12/2012.

MARLENILDES LIMA DA SILVA
PRESIDENTE DA FUNDAC

OF. 029

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO PIAUÍ AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 006/2013.

A Prefeitura Municipal de Campinas do Piauí, torna público para os interessados que fará realizar no dia 30 de Abril de 2013, às 09:00 hs, licitação na modalidade Carta Convite, em regime de empreitada menor preço global, para execução de obras e serviços de engenharia, na Reforma de 01 (uma) Passagem Molhada no Município de Campinas do Piauí, em conformidade com convênio da Defesa Civil, firmado com este Município. O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Campinas do Piauí, na Praça Nelson de Moura Fé nº 125 – Centro, no período de segunda a sexta, com exceção dos feriados das 08:00 as 12:00.

Campinas do Piauí (PI), 17 de Abril de 2013.

Marlon da Cruz
Presidente da CPL

P. P. 15276

PREFEITURA MUNICIPAL BETÂNIA DO PIAUÍ AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BETÂNIA – PI, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,** torna público, que realizará licitação, na modalidade **PRÉGAO PRESENCIAL,** do tipo **MENOR PREÇO e ADJUDICAÇÃO GLOBAL.** **DATA DA ABERTURA:** 03/05/2013 às 10:30 hs. **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviço de elaboração do plano participativo de saneamento básico do município. **FONTE DE RECURSO:** ORÇAMENTO MUNICÍPIO/FUNASA.

Betânia-PI, 16 de abril de 2013.

Francisco Coelho Rodrigues
Presidente CPL

P. P. 15279



Agência de Desenvolvimento Habitacional



EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2010-ADH/PI

CONTRATO: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2010-ADH/PI

PREVISÃO LEGAL: Concorrência nº 001/2010-CEL/ADH/PI - Lote nº I, Processos Administrativos nº AA.118.1.0003279/09-35-ADH/PI e AA.118.1.000383/13-22-ADH/PI

OBJETO: Ficam prorrogados os prazos fixados na Cláusula Primeira do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2010/ADH/PI, firmado em 13 de setembro de 2012, estabelecendo-se o seguinte:

1. Prazo para execução das obras: 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir da data da assinatura deste instrumento;
2. Prazo de vigência do Contrato: 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da assinatura deste instrumento.

PARTES:

Contratante: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ – ADH-PI, com sede e foro na cidade de Teresina, situada na Av. José dos Santos e Silva, 1155, Centro, inscrita no CNPJ (MF) nº 08.787.769/0001-03 neste ato representada por seu Diretor Geral, Gilberto Gomes de Medeiros.

Contratada: Construtora PADRÃO LTDA, com sede e foro na cidade de Pedro II, Estado do Piauí, estabelecida na Rua Nenen Galvão, 1042, Vila Operária, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 06.224.118/0001-80 e Inscrição Estadual nº 19.454.479-6, aqui representada por sua titular, Maria Dulcilene Mourão Leite.

DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2013

Teresina (PI), 16 de abril de 2013.

*Gilberto Gomes de Medeiros,
Diretor Geral da ADH-PI.*

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2010-ADH/PI

CONTRATO: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 041/2010-ADH/PI

BASE LEGAL: Processos Administrativos nº AA.118.1.0003279/09-35 e AA.118.1.000382/13-10.

OBJETO: Ficam prorrogados os prazos fixados na Cláusula Primeira do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 041/2010/ADH/PI, firmado em 13 de setembro de 2012, estabelecendo-se o seguinte:

1. Prazo para execução de obras: 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir da data da assinatura deste instrumento;
2. Prazo de vigência do Contrato: 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da assinatura deste instrumento.

PARTES:

Contratante: A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ – ADH-PI, com sede e foro na cidade de Teresina, situada na Av. José dos Santos e Silva, 1155, Centro, inscrita no CNPJ (MF) nº 08.787.769/0001-03 neste ato representada por seu Diretor Geral, Gilberto Gomes de Medeiros.

Contratado: Empresa CONSTRUTORA PADRÃO LTDA, com sede e foro na cidade de Pedro II, Estado do Piauí, estabelecida na Rua Nenen Galvão, nº 1042, bairro Vila Operária, CEP 64.255-000, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 06.224.118/0001-80, aqui representada por sua Sócio Administradora, a Sra. Maria Dulcilene Mourão Leite.

DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2013.

Teresina (PI), 16 de abril de 2013.

*Gilberto Gomes de Medeiros,
Diretor Geral da ADH/PI*

OF. 316



COORDENADORA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Ato Administrativo:

Referência: Processo Adm. Nº 00050/2013 CLC-DPE
Contrato nº 9912318024/2013

Contratante: Defensoria Pública do Estado do Piauí

Contratado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Objeto: Prestação pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao (s) ANEXOS (s) deste instrumento contratual que, individualmente, caracteriza (m) cada modalidade envolvida.

Fundamento Legal: Caput do art. 25 da Lei 8.666/93

Valor Global: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Data de Assinatura: 01 de março de 2013.

Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

SIGNATÁRIOS: Francisco de Jesus Barbosa – Defensor Público - Geral em Exercício e a Empresa ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Contratada

Maiores informações: Defensoria Pública do Estado do Piauí
Endereço: Rua Nogueira Tapety, 138, B. Noivos Teresina – PI ou pelo tel. (86) 3233-7407/8845-2422

OF. 061

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº 024/2013 CLC/DPE

Ato Administrativo:

Referência: Processo Administrativo nº 00737/2013

Contratante: Defensoria Pública do Estado do Piauí

Contratado: José Claudio Brito da Silva

Objeto: Locação de 01 (um) Imóvel não Residencial na cidade de Piri-piri.

Fundamento Legal: Art. 24 Inc. X da Lei 8.666/93

Valor mensal: R\$ 745,00 (setecentos e quarenta e cinco reais)

Data de Assinatura: 04 de abril de 2013.

Vigência: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Signatários: Norma Brandão de Lavenére Machado Dantas – Defensora Pública-Geral do Estado e o Sr José Claudio Brito da Silva - Contratado

Maiores informações: Defensoria Pública do Estado do Piauí
Endereço: Rua Nogueira Tapety, 138, B. Noivos Teresina – PI ou pelo tel. (86) 3233-7407/8845-2422

OF. 062

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A



EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2013

MODALIDADE: Liberação nº 31/2013/CLC/MPPI, Pregão Presencial nº 04/2012/CLC/MPPI, Ata de Registro de Preços nº 10/2012 (extrato publicado no DJPI de 03/04/2012), Processo nº 12.240/2012, Lei nº 8666/1993 e Lei nº 10.520/2002.
CONTRATO Nº: 04/2013
CONTRATANTE: EMGERPI - Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí
CONTRATADA: C. L. BEZERRA REPRESENTAÇÕES LTDA.
OBJETO: Constitui objeto desta licitação o registro de preços, pelo prazo de doze meses, para eventual aquisição dos produtos especificados no Anexo I da Ata de Registro de Preços nº 10/2012/MPPI:

	ITENS	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO
LOTE I	02	Água mineral garrafão de 20 litros, somente líquido, sem gás, marca Regina.	Galão	2.000	R\$ 3,45
	03	Caixa com 48 copos de 200 ml de água mineral, sem gás, marca Regina.	Caixa	1.000	R\$ 12,00

PRAZO: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados da data da assinatura.
VALOR CONTRATADO: Valor mensal: R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais)
FONTE DE RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do orçamento da EMGERPI/Tesouro Estadual: Classificação Funcional: 210205.04122902.165, Elemento de Despesa 499052 e Fonte 00.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.
DATA: 16 de abril de 2012
ASSINATURAS: Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva (Diretor Presidente), pela EMGERPI, e Carmélio Lustosa Beserra, pela Empresa C. L. BESERRA REPRESENTAÇÕES LTDA.

OF. 472



GOVERNO DO PIAUÍ
Departamento de Estradas
de Rodagem do Piauí - DER/PI



EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO PJU/ 07/2012.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 1623/2011/ 4º Volume.

O Diretor Geral do Departamento de Estradas do Piauí, torna público, nos termos Da Lei Nº 8.666/93, que celebrou com a empresa Construtora Hidros Ltda, na data de 29 de janeiro 2013, o Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato PJU 07/ 2012, para prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias do prazo do contrato referenciado e as alterações nos quantitativos da planilha orçamentária, no valor de R\$ 3.183.426,21 (três milhões, cento e oitenta três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e um centavos), dos Serviços de Melhoramento da Implantação e Pavimentação em TSD, na Rodovia PI- 236, Santa Cruz do Piauí/Entr. BR 230, com extensão de 46,870 Km.

Teresina, 15 de abril de 2013

Engº Severo Maria Eulálio Filho
Diretor Geral do DER/PI

OF. 034

EXTRATO DE REPACTUAÇÃO AO CONTRATO PJU/ 23/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0344/2012

OBJETO: Convalidação do contrato, alterações nos quantitativos da planilha orçamentária de modo a comportar adequações ao projeto original e a definição do prazo de 180 (cento e oitenta) dias como limite de Conclusão dos Serviços de Implantação e Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado a Quente do Contorno Rodoviário da Cidade de União, trecho: PI-112 (União)/Entr. PI-112 (Miguel Alves-PI).

VALOR R\$ 200.489,07 (duzentos mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sete centavos).

CONTRATADA: PAC ENGENHARIA LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Nº 8.666/93

DATA: 09/04/2013.

Assinaturas: Engº Severo Maria Eulálio Filho Diretor Geral/DER/PI e Engº Francisco Marcelo Carvalho Mendes /Responsável Legal / Pac Engenharia Ltda

OF. 035

EXTRATO DE CONTRATO PJU Nº 11 /2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0194/2013.

OBJETO: Contratação de uma empresa de Engenharia para Elaboração dos Estudos Ambientais EPIV do Projetos Básicos das de Engenharia de Adequação, Duplicação, Melhoramento e Restauração das Rodovias abaixo citadas: Rodovia: BR – 316, trecho Entr BR – 226 (A) (Div. Maranhão / Piauí) (Timon – Teresina) – Div. Piauí / Pernambuco e PI – 221 (Altos) / Entr. BR 226 / (B) / BR – 316 (A) (Teresina) e Sub- trecho: Entr. BR – 343 (A) / BR – 226 (B) – Demerval Lobão, Segmento: Km 6,20 (Fim da Duplicação) – Km 14,62, com extensão de 8,42 Km; Rodovia BR – 343, trecho Luis Correia – Entr. BR -135 (B) BR – 324 (B) Bertolinia), Sub – trecho. BR – 226 (A) / PI – 221 (Altos) – Entr. BR – 226 (B) / BR 316 (A) (Teresina), Seguimento: Km 336,6 – Km 345,6, com extensão de 9,00Km; Rodovia: PI – 219 trecho Entr. BR – 135 / Landri Sales, com extensão de 24,640Km. Execução dos Serviços de Melhoramento da Implantação e Pavimentação em Tratamento Superficial Duplo, conforme Orçamento e Termo de Referência, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

CONTRATADA EXECUTAR – PROJETOS E ACESSORIA LTDA

VALOR: R\$ 41.860,20 (quarenta e um mil, oitocentos e sessenta reais e vinte centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Carta Convite Nº 001/2013

DATA: 02 de abril de 2013.

Assinaturas: Engº Severo Maria Eulálio/ Filho (Diretor Geral do DER/PI) e Adm. Marcilio Evelin de Carvalho Diretor/Representante da Executar-Projetos e Assessoria Ltda.

OF. 037



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA ESTADUAL DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

SECRETARIA ESTADUAL DO PLANEJAMENTO - SEPLAN EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 19.000.326/2012, DE 17/09/2012

CONCORRÊNCIA Nº 001/2012

EMPRESA: DIAGONAL EMPREENDIMENTOS E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA.

VALOR: R\$ 5.480.911,72 (cinco milhões quatrocentos e oitenta mil novecentos e onze reais e setenta e dois centavos)

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração de plano de desenvolvimento econômico sustentável com base em empreendimentos estratégicos que dialoguem com as potencialidades do Estado do Piauí, definidos conforme a Lei Complementar nº. 87, de 22/08/2007.

Fundamentação Legal: Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações
Outras Informações: Secretaria Estadual do Planejamento – SEPLAN – Av. Miguel Rosa, 3190/Sul – Centro – Teresina/PI

OF. 042



EXTRATO PUBLICAÇÃO PARCIAL Nº 001/2013

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP/PMJF-PI
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 885/2013 – PMJF-PI
 ATACOMFORÇA CONTRATUAL Nº 01/2013 – PREGÃO PRESENCIAL
 Nº 01/2013 – SRP/PMJF-PI/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE BENS COMUNS (MATERIAIS PERMANENTES – MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, MÓVEIS ESCOLARES, EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E DEMAIS GÊNEROS DO SEGUIMENTO).

PREGOEIRO: ULISSES DE OLIVEIRA SALES
 DATA DAS SESSÕES: 06/03/2013 – CREDENCIAMENTO E 11/03/2013 – RODADA DE LANCES
 DATA DA ADJUDICAÇÃO: 11/03/2013
 DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15/03/2013
 ITENS REGISTRADOS

LOTE 1 – ARMÁRIOS E ESTANTES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT.	CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	MARCA	RS
1.	ARMÁRIO DE AÇO 02 PORTAS, FABRICADA NA CHAPA 24, SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI, MED. 195X090X040.	150	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 628,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE.	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
2.	ARMÁRIO DE AÇO 02 PORTAS FABRICADA NA CHAPA 24 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI MED. 160X035X070.	150	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS418,60
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
3.	ARMÁRIO VITRINE 02 PORTAS 03 PRATELEIRAS C/ CHAVE FABRICADO NA CHAPA 24 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI MED. 160X035X070	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 602,70
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
4.	ARMÁRIO VITRINE 01 PORTA 3 PRATELEIRAS C/ CHAVE FABRICADO NA CHAPA 24 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI MED. 160X035X040	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 438,20
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
5.	ARMÁRIO VITRINE FABRICADO NA CHAPA 24 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI 02 PORTA PRATELEIRAS E LATERAIS DE VIDRO	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 602,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
6.	ARMÁRIO ARQUIVO DE AÇO 04 GAVETAS FABRICADO NA CHAPA 24 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI MED. 183X060X070	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS418,60
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
7.	ARMÁRIO DE AÇO TIPO ROUPEIRO FABRICADO NA CHAPA 24 SOLDADO NO SISTEMA MIG,	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 261,80
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	

	PINTURA EM EPÓXI C/ 04 PORTAS		3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SÓ AÇO	
8.	ARMÁRIO TIPO ROUPEIRO FABRICADO NA CHAPA 24 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI 08 PORTAS	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 474,60
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
9.	ARMÁRIO DE AÇO TIPO ROUPEIRO FABRICADO NA CHAPA 24 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI 12 PORTAS	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 651,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
10.	ARMÁRIO DE AÇO TIPO ROUPEIRO FABRICADO NA CHAPA 24 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI 16 PORTAS	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 1.138,20
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
11.	ARMÁRIO DE AÇO TIPO ROUPEIRO FABRICADO NA CHAPA 24 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI 20 PORTAS	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS1.362,20
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
12.	ARMÁRIO AEREO EM AÇO NA CHAPA 24 COM 04 PORTAS MED. 2000X50X50	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 518,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE.	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
13.	ARMÁRIO EM MDF DE 18 MM NA COR CINZA CRISTAL MED. 160X80X40 COM 02 PORTAS COM CHAVE E 04 PRATELEIRAS	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 812,30
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	PLATA MOVEIS	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
14.	ARMÁRIO BAIXO EM MDF DE 18VMM NA COR CINZA CRISTAL MED. 90X80X40 COM 02 PORTAS COM CHAVE E 02 PRATELEIRAS	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 462,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	PLATA MOVEIS	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
15.	ARMÁRIO SEMIABERTO EM MDF DE 18 MM NA COR CINZA CRISTAL MED. 160X80X40 COM 02 PORTAS COM CHAVE E 04 PRATELEIRAS.	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 686,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	PLATA MOVEIS	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
16.	ESTANTE DE AÇO C/06 PRATELEIRAS COLUNAS EM CHAPA 20 E BANDEJAS EM CHAPA 24 PINTURA EM EPÓXI MED. 190X090X030	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 175,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
17.	ESTANTE DE AÇO C/06 PRATELEIRAS COLUNAS EM CHAPA	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 193,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	

Diário Oficial

16



Teresina(PI) - Sexta-feira, 19 de abril de 2013 • Nº 73

	20 E BANDEJAS EM CHAPA 24 PINTURA EM EPÓXI MED. 190X090X040.		2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SÓ AÇO	
18.	ESTANTE DE AÇO PARA BIBLIOTECA FABRICADA NA CHAPA 24 PINTURA EM EPÓXI C/12 BANDEJAS MED. 198X090X056 C/02 FACES.	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 645,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SÓ AÇO	
19.	ESTANTE PARA BIBLIOTECA FABRICADA NA CHAPA 24 PINTURA EM EPÓXI C/12 BANDEJAS MED. 198X090X028 C/01 FACE.	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 416,58
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SÓ AÇO	
LOTE II - AR CONDICIONADOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT.	CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	MARCA	RS
1.	AR CONDICIONADO MODELO TIPO SPLIT 7.000 BTU	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	KOMEÇO	RS 1.274,20
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MIDEIA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
2.	AR CONDICIONADO MODELO TIPO SPLIT 9.000 BTU	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	KOMEÇO	RS 1.419,67
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MIDEIA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
3.	AR CONDICIONADO MODELO TIPO SPLIT 12.000 BTU	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	KOMEÇO	RS 1.624,95
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MIDEIA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
4.	AR CONDICIONADO MODELO TIPO SPLIT 18.000 BTU	80	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	KOMEÇO	RS 2.364,40
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MIDEIA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
5.	AR CONDICIONADO MODELO TIPO SPLIT 24.000 BTU	80	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	KOMEÇO	RS 2.981,95
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MIDEIA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
6.	AR CONDICIONADO MODELO TIPO SPLIT 30.000 BTU	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	KOMEÇO	RS 3.805,35
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MIDEIA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
7.	AR CONDICIONADO MODELO TIPO SPLIT 36.000 BTU	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	KOMEÇO	RS 4.888,65
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MIDEIA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
8.	AR CONDICIONADO MODELO TIPO SPLIT 48.000 BTU	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	KOMEÇO	RS 5.533,80
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MIDEIA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
9.	AR CONDICIONADO MODELO TIPO SPLIT 60.000 BTU	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	KOMEÇO	RS 6.510,15
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MIDEIA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
LOTE III - BEBEDOUROS INDUSTRIAIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT.	CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	MARCA	RS
1.	BEBEDOURO INDUSTRIAL ESMALTADO C/02 TORNEIRAS CAP. 80 LTS ÁGUA/HORA FABRICADO EM CHAPA GALVANIZADA Nº 24	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 1.552,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SÓ AÇO	
2.	BEBEDOURO INDUSTRIAL ESMALTADO C/03 TORNEIRAS CAP. 120 LTS ÁGUA/HORA FABRICADO EM CHAPA GALVANIZADA Nº 24	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 1.782,50
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SÓ AÇO	
3.	BEBEDOURO INDUSTRIAL	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 1.897,50

	ESMALTADO C/04 TORNEIRAS CAP. 180 LTS ÁGUA/HORA FABRICADO EM CHAPA GALVANIZADA Nº 24		1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SÓ AÇO	
4.	BEBEDOURO INDUSTRIAL ESMALTADO C/02 TORNEIRAS CAP. 80 LTS ÁGUA/HORA FABRICADO EM CHAPA INOX Nº 24	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 1.667,50
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SÓ AÇO	
5.	BEBEDOURO INDUSTRIAL C/03 TORNEIRAS CAP. 120 LTS ÁGUA/HORA FABRICADO EM CHAPA INOX Nº 24	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 1.782,50
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SÓ AÇO	
6.	BEBEDOURO INDUSTRIAL C/04 TORNEIRAS CAP. 180 LTS ÁGUA/HORA FABRICADO EM CHAPA INOX Nº 24	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 2.012,50
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	DSTACK MOVE	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SÓ AÇO	
LOTE IV - FREEZERS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT.	CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	MARCA	RS
1.	FREEZER HORIZONTAL 400LTS	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	TERMISA	RS 1.831,95
			1ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
2.	FREEZER HORIZONTAL 308LTS	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	TERMISA	RS 1.673,25
			1ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
3.	FREEZER HORIZONTAL 210LTS	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	TERMISA	RS 1.493,85
			1ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
4.	FREEZER VERTICAL 550LTS	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	TERMISA	RS 3.984,75
			1ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
5.	FREEZER VERTICAL 1300LTS	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	TERMISA	RS 6.272,10
			1ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ELETROLUX	
LOTE V - MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT.	CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	MARCA	RS
1.	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO 7/8 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI	300	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 110,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
2.	CADEIRA SECRETARIA S/ BRAÇO COM 05 RODÍZIOS, ESPUMA INJETADA TECIDO 100% POLIÉSTER.	300	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 186,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
3.	CADEIRA EXECUTIVA C/ BRAÇO 05 RODÍZIOS, ESPUMA INJETADA TECIDO 100% POLIÉSTER.	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 383,60
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
4.	CADEIRA DIRETOR C/ BRAÇO E 05 RODÍZIOS,	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 320,00

	ESPUMA INJETADA TECIDO 100% POLIÉSTER.		1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
5.	CADEIRA PRESIDENTE C/ BRAÇO E OS RODÍZIOS, ESPUMA INJETADA TECIDO 100% POLIÉSTER.	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 340,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
6.	CADEIRA DE PLÁSTICO ADULTO C/ BRAÇO.	1000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	IBAP	RS 38,30
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	TRAMONTINA	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	TRAMONTINA	
7.	CADEIRA DE PRÁTICO ADULTO S/ BRAÇO.	1000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	IBAP	RS 36,10
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	IBAP	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	TRAMONTINA	
8.	CADEIRA FIXA ESTOFADA COM ESTRUTURA EM TUBO 7/8 P. 18 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI C/ ESPUMA INJETADA TECIDO 100% POLIÉSTER.	1000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 110,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
9.	LONGARINA 02 LUGARES ESTRUTURA EM METALON, 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG, PINTURA EM EPÓXI, ESTOFADA COM ESPUMA INJETADA E TECIDO 100% POLIÉSTER.	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 220,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
10.	LONGARINA 03 LUGARES ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI ESTOFADA COM ESPUMA INJETADA E TECIDO 100% POLIÉSTER.	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 330,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
11.	LONGARINA 04 LUGARES ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI, ESTOFADA COM ESPUMA INJETADA E TECIDO 100% POLIÉSTER.	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 440,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
12.	LONGARINA 02 LUGARES ESTRUTURA	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 220,00

	EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO.		1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
13.	LONGARINA 03 LUGARES ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO.	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 330,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
14.	LONGARINA 04 LUGARES ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO.	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 440,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	MARTIFLEX	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
15.	MESA EM L TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO COM ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI TAMPO EM MDF DE 18MM NA COR CINZA CRISTAL MED. 140X120X60X74 COM BORDAS EM PVC.	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 680,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	PLATA MOVEIS	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
16.	MESA P/ ESCRITORIO 02 GAVETAS COM ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI TAMPO EM MDF DE 18MM NA COR CINZA CRISTAL MED. 120X060X074 COM BORDAS EM PVC.	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 330,80
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	PLATA MOVEIS	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA		
17.	MESA P/ ESCRITORIO 03 GAVETAS COM ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI TAMPO EM MDF DE 18MM NA COR CINZA CRISTAL MED120X060X074 COM BORDAS EM PVC.	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 395,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	PLATA MOVEIS	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
18.	MESA REDONDA COM ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI TAMPO EM MDF DE 18MM NA COR CINZA CRISTAL 120DIAMETRO COM BORDAS EM PVC.	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 280,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	PLATA MOVEIS	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
19.	MESA P/ COMPUTADOR COM	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 295,00



	TECLADO REFRÁTIL EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI TAMPO EM MDF DE 18MM NA COR CINZA CRISTAL MED. 120X70X74 COM SUPORTE PARA CPU E BORDAS EM PVC.	100	1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	RS 286,00
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	PLATA MOVEIS	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
20.	MESA P/ COMPUTADOR COM TECLADO FIXO E ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI TAMPO EM MDF DE 18MM NA COR CINZA CRISTAL MED. 120X70X74 COM SUPORTE PARA CPU E BORDAS EM PVC.	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 286,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	PLATA MOVEIS	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
21.	MESA PARA REUNIÃO RETANGULAR COM ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI TAMPO EM MDF DE 18MM NA COR CINZA CRISTAL MED. 220X080X074 COM BORDAS EM PVC.	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 585,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	PLATA MOVEIS	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
22.	MESA DE PLÁSTICO QUADRADA MED. 70X70.	250	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	IBAP	RS 95,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	IBAP	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	TRAMONTINA	
23.	MESA DE PLÁSTICO REDONDA.	250	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	IBAP	RS 110,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	TRAMONTINA	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	TRAMONTINA	
LOTE VI- MÓVEIS ESCOLARES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT.	CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	MARCA	RS
1.	CADEIRA PARA PROFESSOR E ESTRUTURA METÁLICA TUBO 7/8 SOLDADA NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO FORMICADO NA COR BRANCA MED. 40X40 E ENCOSTO 20X40.	1000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 65,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
2.	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITÁRIA E ESTRUTURA EM TUBO 7/8 P.18 SOLDADO NO	6000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 78,00

	SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO FORMICADO NA COR BRANCA E PRANCHETA EM LAMINADO DE 15 MM FORMICADA NA COR BRANCA.	6000	1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	RS 88,00
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
			3ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
3.	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITÁRIA EM ABS. E ESTRUTURA EM TUBO 7/8 P.18 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO EM ABS. E PRANCHETA EM ABS.	6000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 88,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
4.	CONJUNTO DO ALUNO COM ESTRUTURA EM TUBO 7/8 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPÓXI LIVREIRO EM VERGALHÃO 4.2 TAMPO EM LAMINADO DE 15 MM FORMICADO NA COR BRANCA MED. 40X60 E CADEIRA COM ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO FORMICADO NA COR BRANCA E ESTRUTURA EM TUBO 7/8 P.18 SOLDA MIG PINTURA EM EPÓXI E PONTEIRAS INTERNAS INJETADAS.	5000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 135,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
5.	CONJUNTO DO ALUNO MODELO FDE COM ESTRUTURA EM METALON 30X50 P.18 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI LIVREIRO EM VERGALHÃO 4.2 TAMPO LAMINADO DE 15 MM FORMICADO NA COR BRANCA COM BORDAS EM PVC TAMPO MED. 40X60.	5000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 153,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
6.	CONJUNTO DO ALUNO EM ABS. E ESTRUTURA METÁLICA EM METALON 30X50 P.18 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA ELETROSTÁTICA LIVREIRO EM VERGALHÃO 4.2 TAMPO EM ABS. PONTEIRAS INJETADAS ASSENTO E ENCOSTO EM ABS. E ESTRUTURA DA CADEIRA EM METALON 30X50 P.18 COM SUPORTE PARA O ENCOSTO EM METALON 20X20 P.18 E PONTEIRAS EM ABS.	5000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 235,80
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	

7.	CONJUNTO PARA CRECHE 04 LUGARES MESA COM ESTRUTURA EM TUBO ¾ P.18 PÉS DUPLOS SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA ELETROSTÁTICA TAMPO EM LAMINADO DE 15 MM FORMICADO NA COR BRANCA MED. 75X75 PONTEIRAS INJETADAS E 04 CADEIRAS COM ESTRUTURA EM TUBO ¾ P.18 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO FORMICADO NA COR BRANCA E PONTEIRAS INJETADAS.	2000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 315,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
8.	CONJUNTO PARA CRECHE INDIVIDUAL EM ABS. MESA COM ESTRUTURA EM METALON 20X20 P. 18 SOLDADA NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI SAPATAS EM POLIPROPILENO TAMPO EM ABS. CADEIRA COM ESTRUTURA EM METALON 20X20 P.18 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO EM ABS. E PONTEIRAS INJETADAS.	3000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 145,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
9.	CONJUNTO PARA PROFESSOR COM ESTRUTURA EM METALON 20X30 P.18 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI TAMPO EM LAMINADO DE 15 MM MED. 100X60 FORMICADO NA COR BRANCA COM SAIOTA EM LAMINADO DE 15 MM FORMICADO NA COR BRANCA E CADEIRA COM ESTRUTURA EM TUBO 7/8 P.18 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA ELETROSTÁTICA ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO FORMICADO NA COR BRANCA.	1000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 193,40
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
10.	CONJUNTO PARA REFEITÓRIO (MESA COM 02 BANCOS MESA COM ESTRUTURA EM METALON 30X50	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 614,00

	SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI TAMPO EM LAMINADO DE 18 MM FORMICADO NA COR BRANCA MED. 220X80). BANCOS COM ESTRUTURA EM METALON 30X50 SOLDADO NO SISTEMA MIG PINTURA EM EPÓXI TAMPO EM LAMINADO DE 18 MM FORMICADO NA COR BRANCA MED. 220X40.		1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
11.	QUADRO NEGRO MED. 1000X120.	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 109,20
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
12.	QUADRO NEGRO MED. 120X240 COM FUNDO EM COMPENSADO DE 10 MM E BORDAS EM ALUMÍNIO.	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 241,90
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
13.	QUADRO BRANCO MED. 120X2000 COM FUNDO EM COMPENSADO DE 10 MM E BORDAS EM ALUMÍNIO.	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 316,80
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
14.	QUADRO BRANCO MED. 1000X120 COM FUNDO EM COMPENSADO DE 10 MM E BORDAS EM ALUMÍNIO.	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 158,40
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
15.	QUADRO DE AVISO MED. 1000X2000 COM FUNDO EM COMPENSADO DE 10 MM E BORDAS EM ALUMÍNIO.	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 336,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
16.	QUADRO DE AVISO MED. 1000X120 COM FUNDO EM COMPENSADO DE 10 MM E BORDAS EM ALUMÍNIO.	50	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 201,70
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
17.	KIT PARA REFORMA DE CARTEIRA ESCOLAR ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICO EM LAMINADO DE 12MM FORMICADO NA COR BRANCA E PRANCHETA EM LAMINADO DE 15MM FORMICADO NA COR BRANCA.	5000	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MIRANTE	RS 38,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	METAÇO	METAÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	COOARTE	
LOTE VII - EQUIPAMENTOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT.	CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	MARCA	RS
1.	DUPLICADOR ALCOOL	A 100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MEMO	RS 425,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	COPLATIC	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	FACT	
2.	VENTILADOR DE PAREDE 60CM COM 03 PALHETAS	200	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	VENT-NEW	RS196,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	VENTIDELTA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ARGE	
3.	VENTILADOR DE COLUNA 60 CM COM 03 PALHETAS	200	3ª CLASSIFICÁVEL			RS 210,00
			1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	VENT-NEW	
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	VENTIDELTA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ARGE	
4.	VENTILADOR DE TETO COM 03 PALHETAS	200	3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	LOREN SID	RS 121,00
			1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	LOREN-CID	
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	VENTIDELTA	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ARGE	
5.	FOGÃO INDUSTRIAL COM 02 BOCAS S/ FORNO	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 262,50
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	CRISTAL AÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ROA	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SO AÇO	



6.	FOGÃO INDUSTRIAL COM 02 BOCAS C/ FORNO	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 568,10
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	CRISTAL AÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ROA	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SO AÇO	
7.	FOGÃO INDUSTRIAL COM 04 BOCAS S/ FORNO	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 624,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	CRISTAL AÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ROA	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SO AÇO	
8.	FOGÃO INDUSTRIAL COM 04 BOCAS C/ FORNO	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 1.167,60
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	CRISTAL AÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ROA	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SO AÇO	
9.	FOGÃO INDUSTRIAL COM 06 BOCAS S/ FORNO	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 882,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	CRISTAL AÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ROA	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SO AÇO	
10.	FOGÃO INDUSTRIAL COM 06 BOCAS C/ FORNO	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	MODELO	RS 1.536,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	CRISTAL AÇO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	ROA	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	SO AÇO	
11.	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL CAP 4LTS	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	VILATEX	RS 507,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	AFAK	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	MUNDIAL	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	FAK	
12.	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL CAP 8LTS	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	VILATEX	RS 629,20
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	AFAK	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	MUNDIAL	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	FAK	
13.	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL CAP 25L	100	1ª CLASSIFICADA	MIRANTE	VILATEX	RS 1.365,00
			1ª CLASSIFICÁVEL	RECICLE	APOLLO	
			2ª CLASSIFICÁVEL	PARNAÍBA	MUNDIAL	
			3ª CLASSIFICÁVEL	R.N.MARQUES	POLY	

OBSERVAÇÕES:

O Objeto deverá ser entregue conforme escrito no Edital, na Ata de Registro de Preços, e ainda quando for o caso no contrato individual ou instrumento congêneres.
 A Empresa 1ª Classificada, bem como as empresas classificáveis são detentoras da expectativa do direito para efeito de liberação por apresentar a proposta mais vantajosa para administração;
 A liberação ficará adstrita à indicação de dotação orçamentária que sustentará a despesa em conformidade com o planejamento realizado para o exercício vigente;
 O órgão/ente fará a solicitação do objeto conforme a sua necessidade e de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários;
 O Edital PP nº 01/2013 da PMJF-PI e a Ata com Força Contratual para Registro de Preços nº 01/2013 integram este Extrato Parcial como se nele estivesse transcrita para todos os efeitos, no teor contido no Processo Administrativo nº 885/2013.

Qualificação das empresas:

LICITANTE:	A.V.R. ALVES (MIRANTE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS)
CNPJ:	08.397.518/0001-12
ENDEREÇO:	AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 5538, BAIRRO ÁGUA MINERAL, TERESINA-PI
INSC. ESTADUAL:	19.461.771-8
FONE:	(86) 3225-2252 - 3217-7921 - 3221-8288
LICITANTE:	RECICLE EXPRESS IND. & COM. LTDA
CNPJ:	07.969.885/0001-80
ENDEREÇO:	RUA DES. PIRES DE CASTRO, Nº 552/1, BAIRRO CENTRO-SUL, TERESINA-PI
INSC. ESTADUAL:	19.459.939-6
FONE:	(86) 2107-0800
LICITANTE:	METAÇO METALÚRGICA LTDA
CNPJ:	06.861.538/0001-77
ENDEREÇO:	RUA JOÃO CABRAL, Nº 2500/N, BAIRRO PIRAJÁ, TERESINA-PI
INSC. ESTADUAL:	19.405875-5
FONE:	(86) 3213-3333
LICITANTE:	PEREIRA BARROS & MORAIS LTDA (DISTRIBUIDORA PARNAÍBA)
CNPJ:	04.906.694/0001-81
ENDEREÇO:	AV. MARANHÃO, Nº 1950, BAIRRO PIRAJÁ, TERESINA-PI
INSC. ESTADUAL:	19.449.250-8
FONE:	(86) 3213-7500/3234-0510
LICITANTE:	R. N. MATOQUES ARAÚJO
CNPJ:	02.717.699/0001-30
ENDEREÇO:	RUA BEJAMIN CONSTANT, Nº 780, BAIRRO CENTRO NORTE, TERESINA-PI
INSC. ESTADUAL:	19.442.514-6
FONE:	(86) 3221-9265 - 3226-1165

OUTROS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
 FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ



RETIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL FAPEPI Nº 001/2013 - PIBIC-JR

PROPOSTAS DEFERIDAS EDITAL FAPEPI Nº 001/2013 / PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR -

PIBICJR

PESQUISADOR	PROJETO DE PESQUISA
1. ANA LÚCIA NUNES FALCÃO DE OLIVEIRA	AQUAPONIA COMO UMA ATIVIDADE DE SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA PÚBLICA
2. ANA ROBERTA VILAROUCA DA SILVA	AÇÕES EDUCATIVAS COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
3. DOMINGOS ALVES DE CARVALHO JÚNIOR	VAMOS CONHECER O CEMITÉRIO?
4. EDIVAN CARVALHO VIEIRA	QUÍMICA PARA TODOS
5. EGNILSON MIRANDA DE MOURA	RESOLVENDO PROBLEMAS DE OLÍMPIADAS DE MATEMÁTICA
6. JANICARA BOTELHO SILVA	ESTUDO DA IMPORTÂNCIA DOS PARÂMETROS QUÍMICOS NA SÍNTESE DAS AgNPS E AINTRODUÇÃO NO ESTUDO DE REDES NEURAIS ARTIFICIAIS
7. JOSÉ LUIZ DA SILVA	DIAGNÓSTICO DA REALIDADE AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO - PI
8. JOSÉ MILTON ELIAS DE MATOS	QUÍMICA SOB UMA DIMENSÃO METEOLÓGICA CONTEMPORÂNEA
9. JURANDIR DE OLIVEIRA LOPES	MATEMÁTICA PARA TODOS
10. LEANDRO SURYA CARVALHO DE OLIVEIRA SILVA	O LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA: ANÁLISES LÍTICAS
11. NEREIDE SERAFIM TIMÓTEO DOS SANTOS	ELABORAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE HAMBURGUER DEFUMADO DE TILÁPIA (<i>OREOCHROMIS NILOTICUS</i>)
12. PAULA IVANI MEDEIROS DOS SANTOS	BIOATIVIDADE DE PLANTAS INSETICIDAS DO CERRADO SOBRE A MOSCA DO MEDITERRÂNEO <i>CERATITIS CAPITATA</i>
13. RAIMUNDO NONATO BENVINDO	POMAR DOMÉSTICO: PRODUÇÃO DE MUDAS DE MAMÃO E MARACUJÁ
14. SIMONE DOS SANTOS HOEFL	MATLAB COMO RECURSO NO ENSINO DA MATEMÁTICA

PROPOSTAS INDEFERIDAS EDITAL FAPEPI Nº 001/2013 / PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR -

PIBICJR

PESQUISADOR	PROJETO DE PESQUISA	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
1. ARNALDO JOSÉ CORREIA MAGALHÃES JÚNIOR	ANUROFAUNA DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA	ITEM 6.2 DO EDITAL
2. JOSÉ ORLANDO PIAULINO FERREIRA	MELANCIEIRA INOCULADA COM FUNGOS MICORRIZICOS ARBUSCULARES EM DIFERENTES LÂMINAS DE IRRIGAÇÃO	ITEM 6.2 DO EDITAL
3. MURILO SODRÉ MARQUES	A NATUREZA DA LUZ: CONCEITOS E APLICAÇÕES	ITEM 6.2 DO EDITAL
4. RAIMUNDO FALCÃO NETO	SUBSTÂNCIAS HÚMICAS NA PRODUÇÃO DE MUDAS DE ESPÉCIES FRUTÍFERAS NATIVAS	ITEM 6.2 DO EDITAL
5. RENÉ JOTA ARRUDA DE MACÊDO	O LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA: ANÁLISES LÍTICAS	ITENS 6.1 E 6.2 DO EDITAL
6. VARIADNER COSTA BRITO	OBTENÇÃO DE BIODIESEL A PARTIR DE ÓLEO E ÁCIDOS GRAXOS DE PALMA FORRAGEIRA EM PRESENÇA DE CATALISADORES METÁLICOS CONTENDO SÍTIOS ÁCIDOS DE LEWIS	ITEM 6.2 DO EDITAL



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A



ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da EMGERPI – Empresa de Gestão de Recursos do Piauí S.A., no uso da atribuição que lhe é conferida pela alínea “d” do Art. 16 do Estatuto Social, convoca os acionistas para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se na sede da companhia, nesta cidade de Teresina, na Praça Marechal Deodoro, nº 774, em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital com direito a voto, às 10h (dez horas) do dia 30 de abril do corrente ano, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Como Assembléia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2012;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido dos exercícios cujas demonstrações financeiras estarão em apreciação e sobre a distribuição de dividendos;
3. Eleger administradores e os membros do Conselho Fiscal;
4. Outros assuntos da competência da AGO e de interesse da sociedade.

Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida, referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, foram publicados no Jornal O Dia e no Diário Oficial do Estado em 27/03/2013 e estão à disposição dos acionistas a partir da primeira publicação deste aviso.

Teresina, 18 de abril de 2013.

Gilberto Antonio Neves Pereira da Silva
Diretor Presidente

Of. 478
3 - 2

EDITAL DE REGISTRO DE CHAPAS CONCORRENTES AO PLEITO ELEITORAL QUADRIÊNIO - 2013/2017 - SINTEPAV/PI. Pelo presente edital, a Junta Eleitoral do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGENS EM GERAL NO ESTADO DO PIAUÍ – SINTEPAV-PI em conformidade com as disposições contidas no artigo 29, parágrafo 2º dos Estatutos Sociais comunica todos os associados que integram a categoria dos Trabalhadores nas indústrias da construção de estradas, pavimentação e obras de terraplenagem em geral no Estado do Piauí, abrangidos pelo SINTEPAV-PI, de que foi inscrita uma única Chapa para concorrer ao pleito eleitoral a ser realizado por esta entidade, no dia 03 de maio de 2013, das 08:00 às 16:00 horas, conforme Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, do dia 02 de abril de 2013, pg. 60, compostas pelos seguintes candidatos cujo o pedido de registro e inscrição foi deferido: CHAPA 01: Presidente: Régis Freire Gomes - Diretor Secretário: Ney Rodrigues da Costa - Diretor Financeiro e de Patrimônio: Leoniton de Sousa Rodrigues - Conselheiros Fiscais Titulares: Valdomiro Carvalho de Santana, Euclides de Sousa Rodrigues e Vital Gregório de Sousa. Contados da publicação deste Edital fica aberto o prazo de 02 (dois) dias úteis para impugnação de candidatos, que, caso oferecido, deverá ser protocolado diretamente na sede da entidade no horário comercial junto à secretaria, nos termos dos Estatutos Sociais. O prazo para defesa é de 02 (dois) dias úteis contados na data de intimação do candidato impugnado, cabendo da decisão recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis para a Assembléia Geral. Em todo o caso, a apresentação de impugnação ou de recurso não tem efeito suspensivo. Paulistana (PI), 15 de abril de 2013. COMISSÃO ELEITORAL.

P. P. 15277

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A., CNPJ/MF nº. 11.836.226/0001-43, para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se na sede da empresa, situada na Rua Treze de Maio, 307, Centro/Norte, 8º andar, em Teresina – PI, no dia 29 de abril de 2013, às 09:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte de Ordem do Dia:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
3. Eleger os membros do Conselho de administração;
4. Eleger os membros do Conselho Fiscal.

Teresina (PI), 18 de abril de 2013.

ANTÔNIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA
Presidente do Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A., CNPJ/MF nº. 11.836.226/0001-43, para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se na sede da empresa, situada na Rua Treze de Maio, 307, Centro/Norte, 8º andar, em Teresina – PI, no dia 29 de abril de 2013, às 11:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte de Ordem do Dia:

1. Eleição do Presidente do Conselho Fiscal;
2. Outros assuntos da competência da AGE e de interesse da empresa.

Teresina (PI), 18 de abril de 2013.

ANTÔNIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA
Presidente do Conselho de Administração

OUVIDORIA: Telefone: 0800 086 0006;
e-mail: ouvidoria@fomento.pi.gov.br

Of. 031
3 - 2

Transportes Coletivo Cidade Verde LTDA, CNPJ: 23.621.048/0001-12, R. Valença, 3737, Tabuleta, Teresina-PI, apresenta a SDU/Sul/GMA, o Plano de Controle Ambiental – PCA, da “Adequação Ambiental”, do seu Sistema de Armazenamento Aéreo de Combustível – SAAC.
Teresina, 17 de abril de 2013.

A P Fernandes de Menezes Gomes-EPP, CNPJ: 07.860.770/0001-53, Av. S. Vicente de Paula, Baixa da Ema, Piracuruca-PI, requereu a SEMAR, a Licença de Operação – LO de seu veículo Transportador de Produtos Perigoso-TPP. Teresina, 17 de abril de 2013.

P. P. 15273

ANDRE EDUARDO DA SILVA, CPF nº 849.571.669-00, torna público que **recebeu** da SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAR, a Licença Prévia, Licença Instalação e Regularização de Área do projeto agrícola da **Fazenda Conselho I e Fazenda Palotina**, Município: Sebastião Barros UF: PI.

P. P. 15274



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
DO ESTADO DO PIAUÍ

EDITAL

A Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **SLC Empreendimento e Agricultura Ltda** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Paimeira** no município de **Bom Jesus – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 12 de abril de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL

A Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Paulo José Vilela de Carvalho e outros** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Bom Sucesso** no município de **Sebastião Leal / Landri Sales – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 12 de abril de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL

A Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Paulo Gilberto Antoniazzi** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Marcelino Maria III e IV** no município de **Bom Jesus – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 12 de abril de 2013.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL

A Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **Luiz Pieta** referente a um **Projeto Agrícola na Fazenda Salgadinho** no município de **Bom Jesus – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 12 de abril de 2013.

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

OF. 229

EDITAL DE DIVULGAÇÃO

JOÃO HERCOLE GARBIN, CPF: 285.131.189-15, torna público que REQUEREU à SEMAR a Prorrogação da Licença de Instalação – LI nº D000208/11, referente ao projeto agrícola FAZENDA GIOVANNI, no Município de Baixa Grande do Ribeiro – PI.

P. P. 15278

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO REABILITAR

O Presidente da Associação Reabilitar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os Senhores e Senhoras Sócios Conselheiros para participarem da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Associação Reabilitar a ser realizada no dia 24 abril de 2013, na sala de reunião do Centro Integrado de Reabilitação – CEIR, situado na Avenida Hígino Cunha Nº 1515, bairro Ilhotas, Teresina – PI, às 19:30 em primeira convocação e às 20:00 em segunda convocação, com deliberação em primeira convocação de, no mínimo, um terço de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número dos presentes, tudo em conformidade com o art. 28 do Estatuto que rege a Associação Reabilitar.

A reunião terá como pautas o seguinte:

1 Prestação de Contas : SAME, 1º Trimestre de 2013, CEIR móvel / Centro Diagnóstico

2 Outros assuntos de interesse da Associação

Presidente da Associação Reabilitar
Benjamim Pessoa Vale

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO REABILITAR

O Presidente da Associação Reabilitar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os Senhores e Senhoras Sócios para participarem da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 24 de Abril 2013, na sala de reunião do Centro Integrado de Reabilitação – CEIR, situado na Avenida Hígino Cunha Nº 1515, bairro Ilhotas, Teresina – PI, às 20:00 em primeira convocação e às 20:30 em segunda convocação, com deliberação em primeira convocação de, no mínimo, um terço de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número dos presentes, tudo em conformidade com o art. 28 do Estatuto que rege a Associação Reabilitar.

A reunião terá como pauta o seguinte:

1 Prestação de Contas : SAME, 1º Trimestre de 2013, CEIR móvel / Centro Diagnóstico

2 Outros assuntos de interesse da Associação

Presidente da Associação Reabilitar
Benjamim Pessoa Vale

OF. 141

EDITAL

O Sr. **VICENTE ARAÚJO SOARES**, requereu junto a Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a **Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO)** do **CARVOEJAMENTO** localizado na Fazenda Acalanto II, zona rural do município de Monte Alegre do Piauí-PI.

P. P. 15280



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO HERÓIS DO JENIPAO)
AVISO DE LICENÇA AMBIENTAL

O 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, CNPJ nº 07.549.168/0001-08, por intermédio da Seção Técnica, torna público que requereu à Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR/PI, a Licença de Operação – LO da jazida de solo laterítico nº 02 localizada no município de Manoel Emídio sob coordenadas geográficas 8º1'32.35''S de latitude e 43º49'3.49''W de longitude.

Teresina-PI, 16 de abril de 2013.
Alexandre Henrique Guimarães Barros – 1º Tenente
Adjunto da Seção Técnica do 2º BEC

P. P. 15275

LICENÇA AMBIENTAL

SOUSA E CAVALCANTE COMERCIO DE PETROLEO LTDA-POSTO MIRANTE, inscrita no CNPJ: 1.942.121/0002-50, torna público que REQUEREU à Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – SEMAR o pedido da LICENÇA PREVIA e LICENÇA de INSTALAÇÃO E ADEQUAÇÃO - LI, para um posto revendedor de combustíveis e derivados de petróleo e outros, localizado na Rua Eduardo Neres Nº 71, Bairro Centro da cidade de Caxingo/PI, Foi elaborado Estudo Ambiental / Plano de Controle Ambiental – PCA.

P. P. 15281

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS QUOTISTAS

Aos 10/04/2013, às 17:00 horas, em Parnaíba - PI, na Praça Coronel Jonas, 930 Sala 07, Centro, sede da empresa Solução Factoring e Fomento Mercantil Ltda., nos termos da Lei 10.406/2002, com contrato social registrado na Junta Comercial do estado do Piauí, NIRE 2220028893-6, e CNPJ nº 09.167.721/0001-65, os sócios representando a totalidade do capital social; compareceram e declararam cientes do local, data, hora e ordem do dia, dispensando as formalidades da convocação; escolheram para presidir os trabalhos o sócio GRAEME ARTHUR BARNARD, ora presidente, e a mim, sócio DONALD TERENCE BARNARD para secretariar, ora Secretário, membros da mesa diretora. Iniciados os trabalhos, os sócios deliberaram sobre a redução do valor do capital social de R\$ 900.000,00 (Novecentos Mil Reais) para R\$ 565.000,00 (Quinhentos e Sessenta e Cinco Mil Reais). Posto a ordem do dia em discussão e votação, aprovaram sem reservas e restrições. Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrei a presente ata que foi lida, aprovada, e assinada pelo Presidente e por mim, Secretário, para apresentação e arquivamento na JUCEPI.



ARUMÃ PRODUTORA DE EMBELAGENS DO SERGIPE LTDA

RETIFICAÇÃO

No Edital de Licença, publicado no DOE-PI, Pág. 26, nº45, de 08-03-2013, onde se lê: poço2 Latitude 05°54'10,21"S e Longitude 42°51'56,45" W. Leia-se: poço2 Latitude 04°54'10,21"S e Longitude 42°52'56,45" W.

RITA PRADO DA COSTA requereu junto à SEMAR- Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, o pedido de Licença Operação (LO) e Outorga Uso 01 (um) poço tubular na Localidade: Fsitio Londrina município de UNIAO-PI, coordenadas geográficas 04° 34' 21,29" S / 42° 48' 00,83" W para reservar 47.520m³/h/ano Bacia Parnaíba, Sub-Bacia Difusa baixo Parnaíba; para uso piscicultura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCEU ARCOVERDE, CNPJ: 07.102.106/0001-45, situada à Avenida Joaquim Amâncio Ribeiro, S/N – Centro, Dirceu Arcoverde – PI, CEP: 64.785-000, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a renovação da outorga de direito de uso de recursos hídricos, para: EMPREENDIMENTO: Construção da Barragem Pedregulho. FONTE DE RECURSOS: CODEVASF. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: LATITUDE 9° 20' 17,00" e LONGITUDE 42° 25' 40,00" LOCALIZAÇÃO HIDROGRÁFICA: BACIA DO PARNAÍBA / SUB-BACIA CANINDÉ-PIAUI. VOLUME REQUERIDO (m³/ano): 1.109.121,00. FINALIDADE DO USO DA ÁGUA: USOS DIVERSOS.

P. P. 15285



Ministério de Minas e Energia



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2012

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Companhia Energética do Piauí tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas com parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos Senhores Acionistas, aos quais a Diretoria Executiva sentir-se-á honrada em prestar os esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Em 2012 a Companhia Energética do Piauí completou 50 anos, meio século de uma história marcada por transformações seguindo o firme propósito de contribuir com o desenvolvimento do Estado do Piauí distribuindo energia elétrica com qualidade de forma sustentável e socialmente responsável a todos os piauienses.

O ano de 2013 nos reserva enormes desafios em toda área de concessão, onde a taxa média de crescimento do faturamento com vendas de energia elétrica em 2012 foi 25,7% superior a do ano de 2011. Nesse cenário serão concentrados esforços na redução da inadimplência visando adaptar a empresa a redução do faturamento provado pelos efeitos da MP 579/2012. Busca-se também a melhoria dos serviços comerciais e técnico-operacionais prestados aos clientes, a realização do investimento, e o equilíbrio econômico-financeiro, de modo a honrar os compromissos com os consumidores, acionistas, clientes e fornecedores.

2. APRESENTAÇÃO

O Relatório que ora apresentamos, demonstra um crescimento de 14,2% do mercado de energia em relação ao valor verificado no ano de 2011, correspondendo a 3,4 vezes do crescimento nacional que foi de 4,2 % no mesmo exercício, com destaque para o desempenho das classes Rural, Poder Público, Comercial e Residencial, sendo as duas primeiras classes as que mais cresceram no exercício, mas os dois últimos segmentos ainda respondem por 67% da energia consumida no Estado.

Destacamos aqui a evolução no desempenho da companhia proporcionado pelo desdobramento metas e ações do Planejamento Estratégico, gestão por diretrizes. Como resultado já podemos verificar importantes melhorias nos indicadores AGE (Avaliação da Gestão Estratégica) e DGA (Desempenho Geral da Área), o primeiro cresceu 52,5% no período e o segundo apresentou um crescimento de 57,5%.

Em 2012, a Companhia realizou investimento total de R\$ 314.648 mil, o que representa 89,03% do total previsto no exercício, sendo esse o maior investimento anual da história da Companhia. Esse programa contemplou a execução de ações de ampliação e manutenção nos sistemas de distribuição, subtransmissão e infraestrutura.

No ambiente econômico-financeiro a Companhia registrou um crescimento de 36,86% na receita operacional bruta e um aumento de 59,61% na soma do custo de serviço com as despesas operacionais.

O resultado operacional do serviço atingiu R\$ 5.741 mil, menor 92,35% ao apurado em 2011, de (R\$ 75.085 mil). Como consequência, em 2012, a margem operacional (resultado do serviço dividido pela receita líquida) foi de 0,5%, enquanto registramos 9,3% em 2011.

A geração operacional de caixa alcançou o valor de R\$ 22.115 mil, um decréscimo 77,2% em relação ao exercício anterior.

A Companhia apresentou um resultado financeiro negativo em função do crescimento da despesa financeira em 16,4% e do decréscimo da receita financeira em 21,4% quando comparado ao exercício de 2011.

No que diz respeito à qualidade do serviço prestado à população, o desempenho da Distribuidora, quanto à continuidade do serviço prestado, aferido pela Agência



Reguladora, com base em indicadores específicos, o DEC (número de horas que em média cada cliente fica sem energia) encerrou o ano com 18% de redução em relação a 2011, ao reduzir de 41,83 para 34,16 horas. O FEC (número de vezes que, em média cada cliente fica sem energia) também apresentou melhoria, passando de 29,96 para 26,08 vezes, com 13% de redução.

O Programa Luz para Todos continua trabalhando para atingir a meta de 149.600 ligações. Em 2012 foram ligados 16.520 novos domicílios rurais, superando a meta do exercício, acumulando 132.413 ligações durante a execução do programa, o que representa quase 90% da meta estabelecida, restando apenas, aproximadamente, 10% para a universalização do atendimento rural no Estado do Piauí.

3. AMBIENTE ECONÔMICO DA ÁREA DE CONCESSÃO E PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Energética do Piauí, sociedade por ações de capital fechado, com controle acionário exercido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, desde 1997, detentora de 100% de seu capital votante, tem como objetivo a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, no Estado do Piauí, com sede na Av. Maranhão, 759/sul – Teresina – Piauí.

O terceiro maior estado da região nordeste em extensão geográfica, o Piauí, possui a terceira menor população da região, o que evidencia sua baixa densidade demográfica e consequentes dificuldades da companhia para atendimento à sua área de concessão.

O Estado do Piauí tem alcançado os melhores índices de crescimento do PIB dos últimos anos a taxas sempre superiores à média nacional. O cerrado piauiense juntamente com o Maranhão e Tocantins tem despontado como a mais importante fronteira agrícola disponível do território brasileiro, é também detentor de grandes áreas de jazidas minerais de grande potencial exploratório com garantia de viabilidade com a construção da ferrovia Transnordestina.

O sistema elétrico da Companhia Energética do Piauí é constituído, atualmente, de **6.981** km de linhas de média e de alta tensão, 13,8 kV, 34,5 kV, 69 kV, **78** subestações, totalizando 1.145 MVA de potência instalada, 67.203 km de redes de distribuição de média (34,5 kV e 13,8 kV) e baixa tensão e 42.773 transformadores de distribuição.

3.1. Cenários econômicos e perspectivas

O Estado do Piauí possui aproximadamente 3,2 milhões de habitantes, com uma densidade demográfica inferior a 15 habitantes por km². É constituído por 224 municípios, abrangendo uma área de 251.529 km², que corresponde a 2,9% do território brasileiro e a 16% do Nordeste.

Quanto ao PIB, os dados do IBGE indicam que a soma das riquezas do Estado em 2010 já chegava a R\$ 22 bilhões. As projeções indicam que em 2012 superaram a marca de R\$ 25 bilhões. Os números apontam para um acentuado crescimento da renda per capita de 7.072 (em 2010) para uma projeção de quase R\$ 8 mil em 2012.

O Piauí se destacou como o Estado que mais reduziu a miséria no País. Em apenas dois anos, cerca de 400 mil piauienses passaram a ter acesso a bens de consumos e serviços, hoje, 92% dos piauienses ultrapassaram a linha da pobreza. Esse bom desempenho da economia piauiense vem sendo acompanhado por um trabalho de fortalecimento da infraestrutura, tanto no aspecto social quanto produtivo.

Os cerrados piauiense, com mais de 5 milhões de hectares ainda inexplorados e com registro de índices de produtividade superiores aos demais estados, especialmente em milho, algodão e soja, é hoje o terceiro maior produtor de grãos do Nordeste, atrás apenas da Bahia e Maranhão.

Os pólos de desenvolvimento de maior atração para novos empreendimentos no Estado são: agronegócio, que se vale do potencial dos cerrados; o turismo na Região do Litoral e arqueológico na Serra da Capivara; a mineração com três grandes atrativos (ferro níquel e gás natural); a indústria de transformação, especialmente na Grande Teresina; os serviços especializados com ênfase na saúde e educação

na capital; e por fim a instalação de uma ZPE, que fortalece a estratégia de inserir o Piauí nos mercados globais.

4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E DIRECIONAMENTOS

Em 2012 o processo de planejamento e gestão avançou significativamente. Dentre as principais conquistas do período podem ser assinaladas o Plano Estratégico da Distribuição, o Plano Diretor de Negócios para Companhia Energética do Piauí, ambos alinhados ao Plano Estratégico do Sistema Eletrobrás.

Seguindo a linha de ação que orienta os objetivos estratégicos do negócio de Distribuição de Energia, os direcionadores estratégicos foram estabelecidos pela Diretoria e análise SWOT realizada pelo corpo gerencial local a partir do diagnóstico das práticas de gestão. Destacando-se os cenários do ambiente de atuação; o posicionamento estratégico composto por missão, visão, valores e seus objetivos.

4.1. Focos e Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos do negócio distribuição do Sistema Eletrobrás, associados aos respectivos focos estratégicos, são os seguintes:

Focos Estratégicos	Objetivos Estratégicos
Desempenho Empresarial	Melhorar o desempenho econômico-financeiro do negócio Distribuição, alcançando níveis regulatórios
Eficiência Operacional	Melhorar o atendimento aos clientes e a qualidade dos serviços
Expansão	Aumentar o nível histórico de realização dos investimentos

4.2. Contrato de Melhoria de Desempenho Empresarial - CMDE

O terceiro ciclo do CMDE manteve as metas de desempenho para os indicadores: Econômico-financeiro, Operacionais e Socioambientais.

Cada indicador possui o seu protocolo contendo o conceito e formula de cálculo. A apuração desses indicadores é realizada em primeiro nível (departamental), depois consolidada e homologada por um segundo nível corporativo; a última etapa desses procedimentos consiste na análise e divulgação pela Holding.

As metas definidas para cada indicador consideram o desempenho da empresa e a realidade do negócio para os anos seguintes.

Os indicadores corporativos que integram o painel da Companhia Energética do Piauí são:

- PMSO/ROL;
- Dívida líquida/ EBITDA;
- Lucro Líquido/ Patrimônio Líquido;
- Investimento;
- Margem % do EBITDA;
- Perdas;
- DEC;
- FEC;
- INAD.

Dando continuidade ao PMD – Plano de Melhoria de Desempenho e às práticas de governança corporativa, com foco na competitividade empresarial, foi implantado o gerenciamento pelas diretrizes estabelecendo metas e indicadores de controle, com planos de ação para cada indicador em todas as unidades administrativa, utilizando o método PDCA - Plan Do Check Act (planejamento execução verificação ação) de gerenciamento. O monitoramento dos resultados foi realizado mensalmente através de três itens de verificação:

- AGE - Avaliação da Gestão Estratégica mede a aplicação do modelo de gestão;
- IPM – Índice de Performance em relação às Metas, confere a performance da área em relação às metas;

- DGA - Estabelece o Desempenho Geral da Área.

A verificação dos dados teve início em julho de 2012 e durante todo ciclo os resultados foram discutidos no Comitê de Gestão e apresentados em reunião de Diretoria, fazendo-se reflexão e correção dos planos de ação dos itens com resultado inferior a meta estabelecida. Nesse primeiro ciclo a meta foi 64 para todos os itens, o IPM da empresa é calculado pelos indicadores do CMDE e representa 20% na composição do DGA das unidades administrativas, a AGE e DGA corporativo são medidos pela média dos resultados das áreas.

Esse novo modelo de gestão possibilitou visualizar, de modo tangível, a capacidade da empresa em cumprir as metas e viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, conforme demonstrado nos gráficos abaixo

Gráfico AGE:

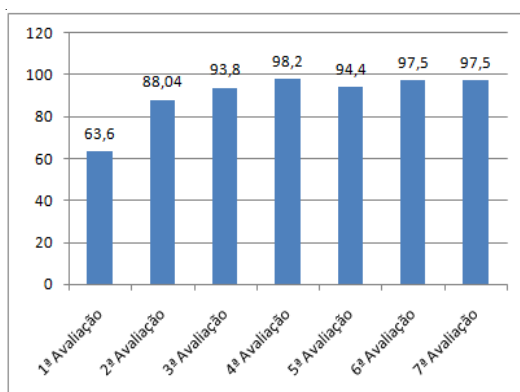


Gráfico IPM:

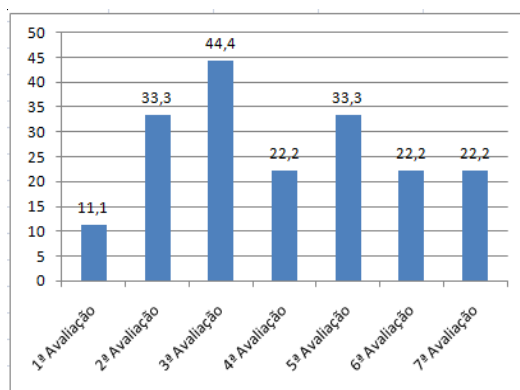
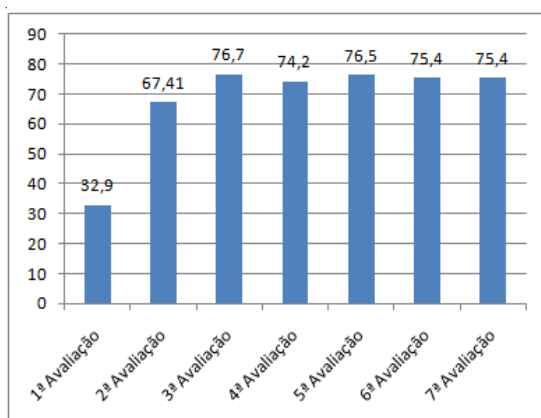


Gráfico DGA:



4.3. Desafios Empresariais

O principal desafio da Companhia Energética do Piauí para o exercício de 2013 ainda será o cumprimento do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE que define os parâmetros de Governança Corporativa das empresas do Sistema Eletrobrás.

A empresa precisa ainda conquistar o seu equilíbrio econômico-financeiro e, garantir sua capacidade de investimento na expansão e manutenção do sistema elétrico, de forma a permitir o alcance da visão “Conquistar até 2014, a sustentação do negócio Distribuição, alcançando os níveis de rentabilidade e qualidade definidos pela ANEEL”, e o cumprimento da missão estabelecida: “Atuar no mercado de distribuição de energia de forma integrada rentável e sustentável”.

5. AMBIENTE REGULATÓRIO DA CONCESSÃO

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado do Piauí mediante o Contrato de Concessão nº 04/2001-ANEEL, de 12 de fevereiro de 2001, e os respectivos termos aditivos decorrentes.

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia está sujeita às exigências estabelecidas em seu contrato de concessão e às normas definidas pela ANEEL.

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a MP Nº 579, dispondo sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, cujos reflexos no segmento de distribuição serão mais bem avaliados no decorrer de 2013.

Em 11 de junho de 2012 a Companhia, através do expediente de referência CT/PR-090/2012, requereu junto ao Órgão Regulador a prorrogação do Contrato de Concessão nº 04/2001-ANEEL. Posteriormente, por meio da CTA/PR-148/2012, de 25 de setembro de 2012, ratificou seu interesse na referida prorrogação nos termos da mencionada MP.

Para atender plenamente às obrigações legais e à demanda regulatória preconizada pela ANEEL, a Companhia Energética do Piauí tem procurado elevar seu padrão de desempenho e implementar ações que resultem em melhoria dos processos e atendimento.

A Companhia mantém uma Diretoria de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais, para estreitar o relacionamento com o órgão regulador, acompanhando de forma permanente os aspectos que podem interferir na continuidade do seu contrato de concessão.

Todas as mudanças na estrutura regulatória do setor energético brasileiro são acompanhadas, na busca de evitar multas ou não conformidades, aspecto considerado estratégico para a valorização da Companhia no setor elétrico, junto à sociedade e demais órgãos governamentais.

5.1. Índice de reajuste tarifário – IRT

Em agosto de 2012, a ANEEL concedeu o reajuste anual. Esse reajuste visa o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de produtividade da concessionária.

O processo de Reajuste Tarifário da Companhia iniciou-se por meio da carta CT 037/2012, datada de 27 de julho de 2012, mediante a apresentação da Proposta de Reajuste das Tarifas de Energia Elétrica pela Companhia Energética do Piauí a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O Reajuste Tarifário Anual foi homologado mediante a Resolução ANEEL nº 1.334, de 23 de agosto de 2012, com vigência a partir de 28 de agosto de 2012, com reajuste de 9,00%, sendo 8,80% relativo ao cálculo econômico e 0,20% referente aos componentes financeiros pertinentes.

5.2. Pesquisa & Desenvolvimento

A Companhia Energética do Piauí, em 2012, deu continuidade a dois projetos de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D, oriundos da Chamada Pública de 2010 da Eletrobrás, sendo respectivamente os projetos:

1. **Projeto P&D** – “Desenvolvimento de Modelo Referência para Empresas de Distribuição, fundamentado na experimentação de aplicações de conjunto de tecnologia SmartGrid” – Projeto piloto que está sendo implantado em Parintins-AM de forma cooperada entre as seis Empresas de Distribuição da Eletrobrás - EDEs. O objetivo do projeto é testar tecnologias ligadas à Rede Inteligente em outras regiões do Brasil, bem como fornecer subsídio à melhoria das lacunas regulatórias ligadas ao tema, além do que trás consigo



componentes de combate às perdas não técnicas e de envolvimento do consumidor como elemento ativo na prestação dos serviços de energia elétrica. Coube a Companhia Energética do Piauí dois contratos, o de Nº 128/2011, com a Universidade Estadual do Amazonas – UEA/MURAKI e o contrato Nº 162/2010 com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio, ambos com duração de 24 meses, com um valor global de R\$ 1.437.406,00. Os serviços contratados estão em pleno andamento, e neste ano houve um desembolso total de R\$ 701.967,00 com previsão de término em julho de 2013;

2. Projeto P&D – “Metodologia para cálculo e gerenciamento de perdas em redes de distribuição de energia elétrica” – Este consiste em desenvolver softwares apropriados para cálculo e gerenciamento de perdas em redes de distribuição da Companhia Energética do Piauí, capaz de identificar perdas comerciais por segmentos via cálculo preciso das perdas técnicas e reconhecimento de padrões. Este cálculo é feito via fluxo de carga generalizado para redes de média e baixa tensão juntas, e não apenas na média tensão como usual, inovação que dará mais precisão na determinação das perdas comerciais. Este projeto está sendo executado pela Fundação de Desenvolvimento da Universidade Estadual de Campinas – FUNCAMP, pela própria UNICAMP e o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC, através do Contrato Nº 017/2012 com duração de 30 meses; no valor de R\$ 1.336.350,00. Este contrato teve início em julho de 2012 e foi gasto R\$ 210.030,00, tendo previsão de término em dezembro de 2014;

Em 2012, a Companhia Energética do Piauí deu início a mais três projetos de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D, oriundos da Chamada Pública de 2011, sendo os projetos:

3. Projeto P&D – “Afundamentos de Tensão no Sistema Elétrico de Concessionárias, com Medições, Avaliação Estatística” – Cujos objetos são o desenvolvimento de uma metodologia e a implementação de softwares visando à efetiva avaliação das amplitudes, durações dos afundamentos de tensão e determinação da suportabilidade dos equipamentos e cargas dos consumidores das empresas ED Piauí e da ED Roraima-EDRR, propondo melhorias na qualidade do suprimento de energia elétrica. O contrato Nº 080/2012 no valor R\$ 353.324,50, está sendo executado pela Fundação Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia – FEP e teve início em agosto de 2012 com duração de 24 meses. O custo desse contrato em 2012 foi R\$ 29.446,50, o restante do mesmo será pago pela cooperativa EDRR.

4. Projeto P&D – “Sistema da gestão da energia elétrica baseado em indicadores de eficiência energética” – Este projeto consiste no desenvolvimento de uma metodologia de gestão energética baseada em indicadores de eficiência energética e MCDA (“Multi-Criteria Decision Analysis”). Adicionalmente, será desenvolvido um software em plataforma COM (“Corporate Performance Management”) para acesso de clientes e técnicos de eficiência energética da concessionária, assim como um projeto piloto em escolas públicas de Teresina (PI). O principal produto do projeto é informar ao consumidor sobre uso racional da energia e subsidiar uma análise da eficiência energética global da instalação. O contrato Nº 081/2012, o valor total de R\$ 862.096,00, está em plena execução pelo LACTEC, iniciado em setembro de 2012 com duração de 24 meses, sendo que em 2012 os custos com o referido projeto foram de R\$ 33.991,27.

5. Projeto P&D – “Compensação de Energia Reativa e Harmônicos para a melhoria da Eficiência Energética em Redes de Distribuição” – Com o fim de desenvolver um protótipo de Filtro Ativo Híbrido (FAH) para Sistemas de Distribuição (SD) em BT, cujo objetivo é de compensar reativos e harmônicos da carga, melhorando a qualidade da energia fornecida. O Contrato nº 137/2012 iniciou em setembro de 2012, ainda não teve desembolsos, mas está em plena execução pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC e Universidade Federal do Ceará – UFC, com duração de 30 meses, valor total de R\$ 782.430,00 e previsão de término em março de 2015;

Damos destaque também ao projeto de P&D estratégico da ANEEL, do qual participam 37 empresas associadas a ABRADEE, sendo a Companhia Energética do Piauí uma delas:

6. Projeto P&D – “Programa Brasileiro de Redes Elétricas Inteligentes” – Trata-se de um projeto que busca a investigação

e produção de recomendações para o modelo de Rede Inteligente a ser adotada no Brasil, produzindo-se ao final do projeto uma visão integrada dos desafios para a modernização de ativos e redes, associadas ainda às necessidades de capacitação de mão de obra, adequação da regulamentação e caracterização do relacionamento com a sociedade. Foi executado pelo Instituto IABRADEE, com duração de 15 meses e encerrado em março de 2012, no valor total de R\$ 69.751,33, sendo que o gasto em 2012 foi de R\$ 8.858,45.

7. Projeto P&D – “Plano de Gestão Anual P&D 2012” – Este projeto é controlado por ODS-ordem de Serviço, onde foi apurado um gasto em 2012 de R\$ 13.913,34, sendo que o mesmo se encerra em março de 2013.

Destaca-se, por fim, que a Empresa obteve a aprovação de um Artigo Técnico para apresentação no Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica - SENDI 2012, relativo ao seu projeto de P&D “Utilização de Óleos Vegetais em Transformadores Elétricos de Distribuição de Energia Elétrica”, executado pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Além disso, com este projeto a ED Piauí requereu ao INPI sua primeira patente de invenção tecnológica. Através deste projeto foi adquirido um equipamento de análise físico-química e cromatográfica de óleos, que atualmente faz ensaios de óleos de transformadores de força, sem ônus para Eletrobrás, por um período de 36 meses.

5.3. Eficiência Energética

A Companhia Energética do Piauí deu início o projeto de eficiência energética em consumidores de baixo poder aquisitivo, denominado “**Agente Eletrobrás Piauí**”, dentro da nova metodologia da ANEEL – Resolução Normativa nº 300/2008, incluindo substituição de geladeiras antigas/ineficientes por modernas e mais eficientes (SELO PROCEL “A”). O valor global do projeto é de R\$ 10.889.328,48, sendo R\$ 8.555.000,00 referentes a serviços e R\$ 2.334.328,48 à aquisição de geladeiras. Os resultados provisórios do projeto apresentaram os seguintes grandes números:

- Municípios atingidos: Teresina, Floriano, Bom Jesus, Picos, Piripiri e Campo Maior;
- Realizado cerca de 52.000 visitas em Unidades Consumidoras nas cidades citadas;
- Substituídas 43.949 lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas;
- Substituídas 1.530 geladeiras antigas e ineficientes por novas com consumo de 22 kWh/mês;
- Realizada 92 palestras educacionais;
- Foram regularizados 93 consumidores clandestinos, reduzindo perdas;
- Feito a manufatura reversa de todo o resíduo sólido gerado pelo projeto, além do gás das geladeiras;
- Realização de serviços comerciais, destacando 329 parcelamentos o que gerou uma receita adicional de R\$ 603.643,60 de reais para a Companhia Energética do Piauí;
- Valor desembolsado em 2012: R\$ 4.251.414,95;
- Previsão de término: Janeiro/2014.

Em 2012 a Companhia Energética do Piauí deu continuidade ao projeto de Eficiência Energética, na modalidade Educacional, denominado “**Multiplicar Energia. Eletrobrás nas Escolas do Piauí**”, através da metodologia Procel nas Escolas, sendo executado pela Empresa Instituto Bioterra, cujo valor total é de R\$ 1.450.100,00. Este projeto tem como objetivo transmitir conhecimentos a alunos e professores do estado, sobre o uso racional de energia, por meio de um caminhão escola itinerante adquirido para essa finalidade. O resultado do projeto no ano de 2012 apresentou os seguintes grandes números:

- Atendimento de cerca de 8.396 alunos nas cidades de Floriano (3.107 alunos), Guadalupe (900 alunos), Bom Jesus (416 alunos) e Teresina (3.973 alunos);
- Capacitados 443 educadores na metodologia Procel nas Escolas da seguinte forma: Floriano (138 educadores), Guadalupe (19 educadores), Bom Jesus (73 educadores) e Teresina (213 educadores);
- 111 escolas participantes do projeto “Multiplicar Energia” nas cidades de Floriano (44 escolas), Guadalupe (08 escolas), Bom Jesus (13 escolas) e Teresina (46 escolas);
- Valor desembolsado em 2012: R\$ 844.955,52;
- Previsão de término: Novembro/2013.

Ainda no Programa de Eficiência Energética, foi contratado, um projeto, na modalidade Serviços Públicos, via Contrato de Desempenho, no valor

de R\$ 1.533.955,45, a ser implantado na Companhia de Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA. Que irá ressarcir este valor em 72 parcelas mensais e fixas no valor de R\$ 21.304,94.

O “Projeto Hidroenergético na Agespisa” tem como objetivo substituir os Motores bombas ineficiente por outras mais eficientes e foi assinado em 07 de novembro 2012 e encontra-se em fase de elaboração do projeto executivo, especificações e negociação para compra dos equipamentos. O valor de R\$ 70.565,00 desembolsado em 2012 corresponde aos custos iniciais relativas às seguintes atividades: Elaboração do Plano de M&V (Medição e Verificação); levantamentos de dados; medições pré-retrofit; tratamento de análise de dados; elaboração do diagnóstico energético; celebração do contrato de desempenho.

6. INVESTIMENTOS

6.1. Aplicações de Recursos

No exercício de 2012, a Companhia realizou investimento total no valor de R\$ 314.648 mil, assim distribuídos:

- R\$ 124.998 mil em programas para ampliação e manutenção nos sistemas de distribuição, infraestrutura e subtransmissão de energia elétrica, atendendo, desse modo à demanda crescente do mercado de energia do Estado do Piauí;
- R\$ 189.650 mil no “Programa Luz Para Todos”, cujas fontes de recursos são 90% da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a título de subvenção econômica e 10% provenientes de recursos próprios.

No quadro a seguir, demonstra-se a execução do orçamento de investimento no exercício de 2012:

Programa de Investimento

Programa/Ação	Dotação aprovada Decreto 7.628 de 30/11/2011 (A)	Dotação aprovada Decreto 7.867 de 19/12/2012 (B)	Realizado (C)	Realizado % (C/B)
0273 - Energia Cidadã	220.000.000	190.000.000	189.649.824	99,82%
Ação - 011YL - Ampliação de Rede Rural no Estado do Piauí	220.000.000	190.000.000	189.649.824	99,82%
0294 - Energia na Região Nordeste	228.684.894	146.447.330	114.267.626	78,03%
Ação 3379 - Implantação do Sistema de Transmissão no Estado do Piauí	66.778.429	60.122.323	58.329.827	97,02%
Ação 8777 - Implantação de Rede de Distribuição	44.507.000	28.527.488	18.356.910	64,35%
Ação 10NT - Redução das Perdas Técnicas e Comerciais	41.093.565	14.604.051	6.945.371	47,56%
Ação 2D91 - Reforma e Melhoria da Rede de Distribuição	51.578.900	26.038.468	24.665.904	94,73%
Ação 2D89 - Reforma e Melhoria do Sistema de Subtransmissão	25.727.000	17.155.000	5.969.614	34,80%
0807 - Investimentos em Estruturas de Apoio	36.348.710	16.973.319	10.731.047	63,22%
Total previsto para 2012	485.033.604	353.420.649	314.648.497	89,03%

6.2. Expansões do Sistema Elétrico

Do programa de investimentos, no que tange à construção de linhas e subestações, a Companhia priorizou a conclusão das obras iniciadas anteriormente, com previsão de conclusão em 2012, destacando-se obras relacionadas nos seguintes estágios:

Linhas de Distribuição de Alta Tensão :

- **LD 69 kV Buriti Grande – Valença**, 66 km – Obra em execução com previsão de conclusão em abr/2013.
- **LD 69 kV Campo Maior – Barras**, 70 km – Obra em execução com previsão de conclusão em mai/2013.
- **LD 138 kV Piripiri – Tabuleiros**, 141 km – Obra concluída e pronta para operar desde dez/2012.
- **LD 69 kV Teresina – Renascença**, 6,5 km – Obra concluída e operando desde ago/2012;
- **LD 69 kV Ribeiro Gonçalves (RB) – Ribeiro Gonçalves**, 1,0 km – Obra em execução com previsão de conclusão em mai/2013;
- **LD 69 kV Ribeiro Gonçalves – Baixa Grande do Ribeiro**, 33 km – Obra em execução com previsão de conclusão em mai/2013;

- **LT 69 kV Teresina – Pólo Industrial Sul**, 6,3 km – Obra em execução com previsão de conclusão em abr/2013;
- **LD 69 kV Parnaíba I – Parnaíba II**, 6,5 km – Obra em execução com previsão de conclusão em abr/2013;
- **LD 69 kV Tabuleiros – Parnaíba I**, 13 km – Obra em execução com previsão de conclusão em mai/2013;

Subestações:

Ampliação/Construção de subestações:

- **Subestação Baixa Grande do Ribeiro 69-13,8 kV – 12,5 MVA e 69-34,5 kV 12,5 MVA** – Obra em execução com conclusão prevista para mai/2013;
- **Subestação Barras 69-34,5 kV – 12,5 MVA** – Obra em execução com conclusão prevista para mai/2013;
- **Subestação Buriti dos Lopes (Caraúbas) 69-34,5 kV – 12,5 MVA** – Obra em execução com conclusão prevista para mar/2013;
- **Subestação Buriti Grande 69-13,8 kV, Entrada de Linha** – Obra em execução com conclusão prevista para abr/2013;
- **Subestação Pólo Industrial 69-13,8 kV – 50 MVA** – Obra em execução com conclusão prevista para abr/2013;
- **Subestação Parnaíba II 69-13,8 kV – 50 MVA** – Obra em execução com conclusão prevista para abr/2013;
- **Subestação Parnaíba I 69-13,8 kV, Entrada de linha** – Obra em execução com conclusão prevista para mai/2013;
- **Subestação Renascença 69-13,8 kV – 50 MVA** – Obra concluída e operando desde ago/2012;
- **Subestação Ribeiro Gonçalves 69-34,5 – 12,5 MVA** – Obra em execução com previsão de conclusão em mai/2013;
- **Subestação Tabuleiros 138-69 kV – Entrada de linha** – Obra em execução com previsão de conclusão em mai/2013;
- **Subestação Valença 69-13,8 kV – 12,5 MVA** – Obra em execução com conclusão prevista para mai/2013;
- **Subestações Jockey, Macaíba e Marquês 69-13,8 – Instalação de Banco de Capacitores de 6 Mvar** – Obra em execução com conclusão prevista para mar/2013.
- **Subestação Amarante 34,5-13,8 kV** – ampliação e reforma da subestação, com substituição de três transformadores 3 x 1,5 MVA, por um de 6,25 MVA;
- **Subestação Bom Jesus 69-13,8 kV** – ampliação e reforma da subestação, com substituição do transformador de 5/6,25 MVA, por um de 10/12,5 MVA;
- **Subestação Junco - 69-13,8kV** – ampliação e reforma da subestação, com substituição do transformador de 5/6,25 MVA, por um de 10/12,5 MVA;
- **Subestação Luzilândia 69-13,8 kV** – ampliação da subestação, com a troca de um transformador de 6/8 MVA, 69-13, 8 kV por um de 12,5 MVA;
- **Subestação Oeiras 69-13,8 kV** – ampliação da subestação, com a instalação de um banco de capacitores de 1200 Kvar-15 kV;
- **Subestação São João do Piauí 69-13,8 kV** – ampliação da subestação, com a instalação de mais um transformador de 2x2,5 MVA, totalizando 3x2,5 MVA;
- **Subestações São João da Serra 34,5-13,8 kV** – ampliação da subestação, com a substituição de um transformador de 0,5 MVA por um de 1,5 MVA;
- **Subestações Sigefredo Pacheco 34,5-13,8 kV** – ampliação da subestação, com a substituição de um transformador de 0,5 MVA por um de 1,5 MVA;
- **Subestações São Miguel do Tapuio 34,5-13,8 kV** – ampliação da subestação, com a instalação de mais um transformador de 1,5 MVA, totalizando 3,0 MVA;
- **Subestação Tabuleiros 69-13,8 kV** – ampliação da subestação, com a troca de um transformador de 10/12,5 MVA, 69-13,8 kV por um de 15/20 MVA;
- **Subestações Valença 34,5-13,8 kV** – ampliação da subestação, com a troca de um transformador de 5 MVA 34,5-13,8 kV por um de 5/6,25 MVA.



O **Quadro I** a seguir sintetiza os ativos em serviço, inclusive 34,5 kV, considerando as ampliações de redes e subestações.

Quadro I

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Linhas de Alta tensão (km)	2.175	2.415	2.415	2.426	2.579
138 kV	141	141	141	141	282
69 kV	2034	2.274	2.274	2.285	2.297
Linhas de Média tensão (km)	2.346	2.346	2.482	3.037	4.402
34,5 kV	2.346	2.346	2.482	3.037	4.402
Subestação	67	68	71	76	78
138-69 kV	1	1	1	1	1
69-34,5-13,8 kV	40	40	40	41	43
34,5-13,8	26	27	30	34	34
Potência Instalada (MVA)	887	932	988	1.039	1.145
138-69 kV	120	120	120	120	120
69-34,5-13,8 kV	682	728	769	797	884
34,5-13,8 kV	85	84	99	122	141

6.3. Na Distribuição

A construção em Teresina dos alimentadores em 13,8 kV das subestações Renascença e Polo Industrial foram iniciadas com previsão de energização dos alimentadores para 2013.

Já a construção dos alimentadores das subestações Parnaíba II, Caraúbas (Buriti dos Lopes), Ribeiro Gonçalves e Baixa Grande do Ribeiro terá o edital lançado para contratação de empreiteira no 1º trimestre de 2013 e as obras deverão iniciar no 2º semestre deste mesmo ano. Todos esses alimentadores fazem parte do financiamento junto à Eletrobrás referente à Contrapartida ao Banco Mundial.

Outro financiamento junto ao Banco Mundial em andamento trata-se da instalação de equipamentos (religadores, reguladores e bancos de capacitores) nas redes de média tensão (13,8 kV e 34,5 kV) em praticamente todo o Piauí. O contrato de fornecimento dos mesmos já foi assinado com cada fornecedor e serão entregues durante todo este ano. Atualmente estão sendo montados os editais de licitação para contratar empresa que fará estudos para localizar o ponto ótimo de instalação dos equipamentos e outro edital para contratar a empresa responsável pela instalação.

Com relação às obras de regularização de consumidores, durante o ano de 2012 mais de 7.500 unidades consumidoras foram beneficiadas; sendo a maioria (aproximadamente 40%) na região Sudeste.

Já as obras de seccionamento de circuitos tiveram um número alto de desistência da parte dos empreiteiros. Por se tratar de obras com um maior número de necessidades de desligamentos, a falta de planejamento dos mesmos para esse tipo de atuação fez com que a maioria optasse pela inexecução ou pela execução apenas parcial das atividades.

Com as expansões executadas, a Companhia passa a ter o seguinte conjunto de ativos de distribuição, conforme Quadro II a seguir:

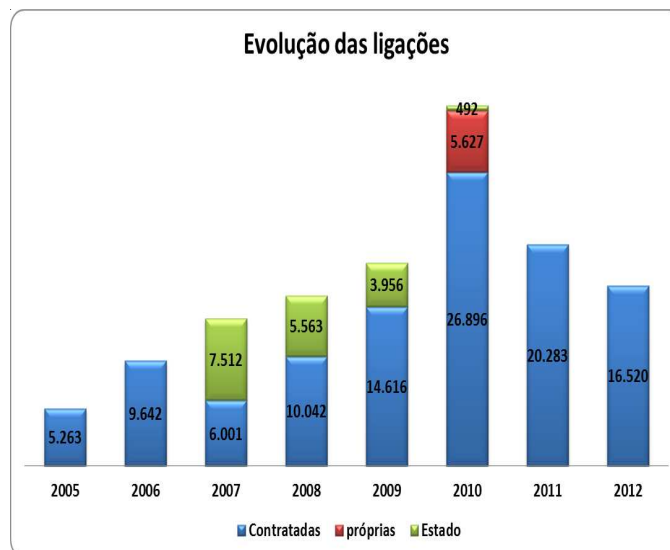
Quadro II

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Rede de Distribuição Urbana					
Extensão MT e BT (km)	12.546	12.610	12.718	12.758	14.111
Rede de Distribuição Rural					
Extensão MT e BT (km)	29.893	33.080	41.635	46.141	53.092
Transformadores					
Quantidade	23.007	24.912	31.838	36.945	42.773
Potencia Instalada (MVA)	594	637	666	699	736

6.4. Programa Luz para Todos

O Governo Federal iniciou em 2004 o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e prorrogado até 2014 pelo Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população que ainda não possui acesso a esse serviço público no meio rural brasileiro.

Com a instituição deste programa, coube à Companhia Energética do Piauí, ser a responsável pela execução do Programa e cumprir a meta de ligar 149.600 domicílios rurais, estabelecida em um Termo de Compromisso assinado com o MME, Governo Estadual e a ANEEL, sujeita a penalização tarifária no caso de não cumprimento. A meta de ligações no ano de 2012 foi de 16.000 ligações, tendo sido ultrapassada ao atingirmos o número de 16.520 domicílios rurais, acumulando 132.413 ligações durante a execução do Programa Luz para Todos.



A meta de realização do orçamento para o ano de 2012 era de R\$ 190.000 mil, sendo que foi praticamente alcançada tendo sido realizado R\$ 189.650 mil.

O quadro a seguir indica os números realizados desde o início do Programa pelas Contratadas. É importante observar as variações do quantitativo de equipamentos instalados e de extensão de alimentadores, o que ressalta a prioridade dada a obras de reforço do sistema e de melhoria de sua confiabilidade.

DESCRIÇÃO	REALIZADO ATÉ 2011	REALIZADO ATÉ 2012	ACRÉSCIMO
Consumidores atendidos	92.743	109.263	18%
Extensão TOTAL em média tensão (km)	22.414	28.808	28%
Postes implantados	282.283	354.390	25%
Transformadores de Distribuição	21.648	27.465	27%
Orçamento (R\$ x 1.000)	708.771	898.421	27%

Contribuíram para o resultado de 2012 a finalização dos grandes contratos da empresa Pincol e do Consórcio das empresas Venâncio e Majestosa que com um acréscimo de prazo de três meses e deslocamento de fiscais para as áreas de atuação destas empresas conseguiram realizar grande número de ligações.

6.5. Operação e Manutenção do Sistema Elétrico

Os investimentos nas áreas de operação e manutenção do sistema elétrico visam melhorar os níveis de tensão e de continuidade, ampliando a oferta de energia, garantindo qualidade do serviço e a redução de perdas técnicas.

Com esse objetivo em 2012, foram energizadas as subestações de Santa Filomena, Anísio de Abreu e Ben - Te- Vi em 34,5/13,8 kV - 5/6,25 MVA. Ainda na área de alta tensão, registraram-se como pontos relevantes a construção e energização da subestação Renascença 69/13,8 kV 50 MVA - Automatizada, constituindo maior facilidade para o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica quando de defeitos - Construção da linha em 69 kV Teresina-Chesf/Renascença.

Construção e energização das linhas de distribuição em 34,5 kV, Gilbués/Corrente e Gilbués/Santa Filomena, melhorando a qualidade do fornecimento de energia elétrica no extremo sul do Estado.

Dentro desse contexto destacamos a implantação do Sistema de Gestão Técnica da Distribuição - SGTDT, na Capital, que visa agilizar o atendimento de reclamações dos consumidores quanto à falta de energia elétrica, melhorando o tempo médio de atendimento.

Na área de manutenção, a empresa investiu na instalação de novos disjuntores (24) e religadores (9), proporcionando maior confiabilidade na proteção dos circuitos e na continuidade do fornecimento de energia das subestações Marquês, Jockey, Macaúba, Parnaíba, Junco, Picos, Oeiras, Gilbués, Bom Jesus e Novo Oriente, contribuindo para diminuir o DEC.

Na subestação de Gilbués foram construídos dois circuito em 34,5 kV interligando as subestações de Corrente e Santa Filomena, aumentando a confiabilidade operacional e melhorando os níveis de tensão da região .

Em 2012, foram instalados 10 religadores na rede de distribuição em todo estado, nos pontos de fronteira entre as zonas urbana e rural. Essa ação refletirá em 2013 na melhoria dos indicadores de continuidade DEC e FEC em todo estado do Piauí. Também foram adquiridos 2215 transformadores de distribuição, visando a correção dos níveis de tensão.

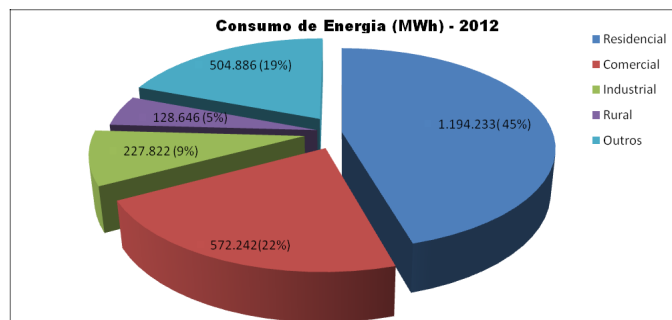
7. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

7.1. Evolução do Mercado

O consumo de energia elétrica no Estado do Piauí, no ano de 2012, foi de 2.627.829 MWh correspondendo um crescimento de 14,17% em relação ao valor verificado no ano de 2011, com destaque para o desempenho das classes Rural (26,05), Poder Público (18,46%), Comercial (16,47%) e Residencial (16,09%).

CLASSE	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2011 (%)
Residencial	759.959	807.695	989.528	1.028.674	1.194.233	16,1
Comercial	369.849	388.716	453.775	491.320	572.242	16,5
Industrial	235.932	231.367	251.424	245.272	227.822	-7,1
Rural	81.719	79.862	98.277	102.054	128.646	26,1
Poder Público	145.906	151.355	173.530	172.104	203.878	18,5
Iluminação Pública	118.579	121.840	124.960	127.732	144.904	13,5
Serviço Público	115.410	112.680	124.122	131.156	152.184	16,0
Próprio	3.126	3.112	3.247	3.346	3.920	17,2
Total	1.830.480	1.896.627	2.218.863	2.301.658	2.627.829	14,2

O mercado piauiense caracteriza-se pela forte concentração do consumo de eletricidade nos segmentos residencial e comercial. Juntos, esses dois segmentos do mercado, responderam por 67% do total de energia consumida no Estado em 2012. Ocupando a terceira posição, o consumo industrial representou 9% do consumo total, refletindo a necessidade de incentivo à indústria em diversos segmentos, bem como a ampliação e a atração de novos empreendimentos no Estado



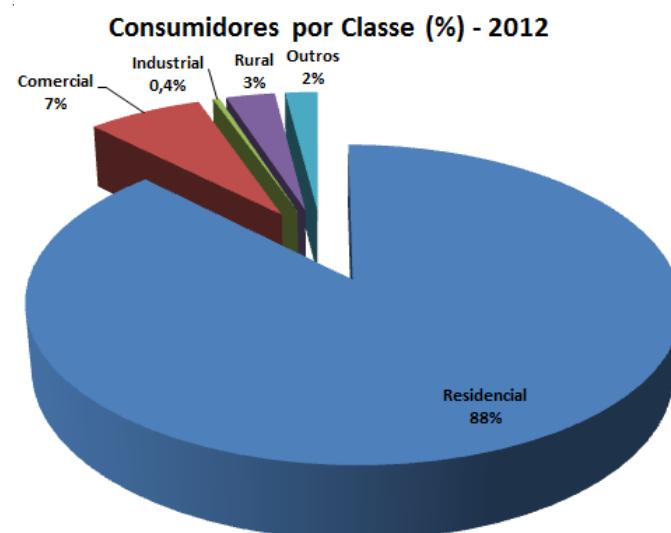
O consumo residencial registrou uma média anual de 109,2 kWh/mês, ficando 13,9% acima do verificado em 2011.

7.2. Número de Consumidores

Em 2012, o mercado atendido pela Companhia Energética do Piauí foi de **1.062 milhão** de consumidores, resultando numa taxa de crescimento de 5,15%, em relação a dezembro de 2011. Em todo o Estado foram ligados 52.030 novos clientes, com uma média mensal de 4.340 ligações.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES

CLASSE	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2011 (%)
Residencial	734.576	774.486	828.745	883.714	930.429	5,29
Comercial	67.136	69.510	70.258	74.566	77.547	4,00
Industrial	4.042	3.945	3.810	3.765	3.786	0,56
Rural	26.590	27.379	28.900	29.377	30.073	2,37
Poder Público	13.077	13.671	13.432	13.769	14.248	3,48
Iluminação Pública	803	800	834	857	837	-2,33
Serviço Público	2.388	2.463	3.322	3.847	4.949	28,65
Próprio	151	137	135	171	225	31,58
Total	848.763	892.391	949.436	1.010.066	1.062.094	5,15



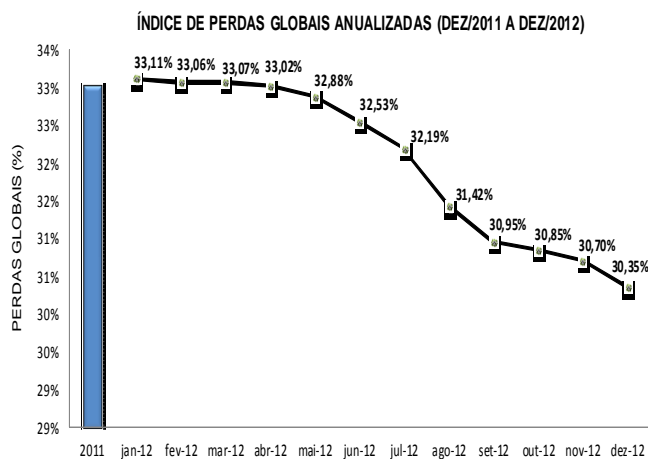
7.3. Compra de Energia no ACR

A Compra de Energia no Ambiente Regulado – ACR para atendimento ao mercado consumidor da Companhia Energética do Piauí, em 2012, foi de 465,8 MWh médios representando um incremento de 5,1% em relação à contratação do ano de 2011. Da energia total contratada 81,6% foi resultante de contratos na modalidade *quantidade*, 16,9% de contratos na modalidade *disponibilidade* (térmicas, fontes alternativas e outras fontes). A cota parte POINFA respondeu por 1,5% do total da contratação.

7.4. Perdas

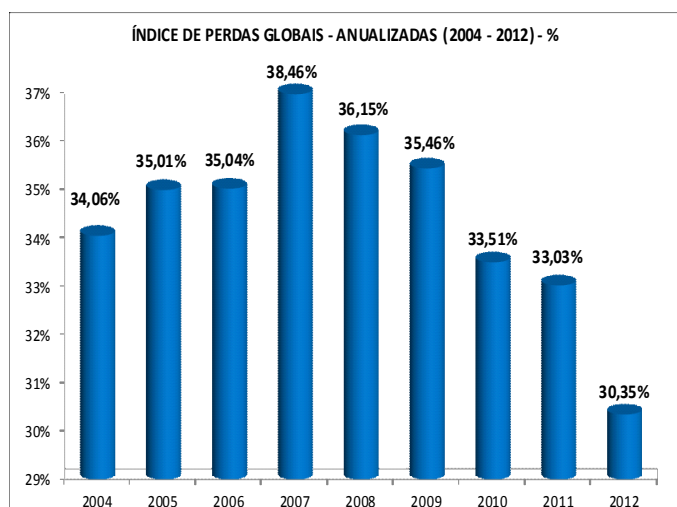
A Companhia Energética do Piauí no ano de 2012 intensificou as ações no combate a perdas de energia e para isso elaborou um extensivo plano de ação. Com a execução das ações a Companhia chegou ao final do ano de 2012 com o índice de perdas globais da ordem de 30,35%, uma redução de 2,68 pp, se comparada com o ano de 2011. O gráfico abaixo mostra a redução das perdas globais ao longo do ano de 2012.

ÍNDICE DE PERDAS GLOBAIS ANUALIZADAS (Dez/2011 a Dez/2012) - %



Fonte: Balanço Energético

A redução do índice de globais de 2007 a 2012 foi de 8,13%.



Fonte: Balanço Energético

O quadro abaixo destaca um ponto muito positivo em 2012, pois enquanto a soma, em MWh, da energia do Mercado Próprio, Suprimento e Mercado Livre, registrou crescimento de 16,60% em relação ao ano anterior, o valor das perdas em MWh teve um crescimento de apenas 3,07% no mesmo período.

PERDAS GLOBAIS (MWh)	2010	2011	2012	2011 / 2010 (%)	2012 / 2011 (%)
Mercado Próprio + Suprimento + Mercado Livre (MWh)	2.311.413	2.385.068	2.780.918	3,19%	16,60%
Energia Requerida (MWh)	3.479.401	3.561.524	3.993.517	2,36%	12,13%
Perdas (MWh)	1.167.987	1.176.456	1.212.599	0,73%	3,07%
% Perdas	33,57%	33,03%	30,36%	-1,61%	-8,08%

Fonte Balanço Energético

Em conformidade ao plano corporativo de redução a perdas, destacam-se as seguintes ações principais para o combate às perdas:

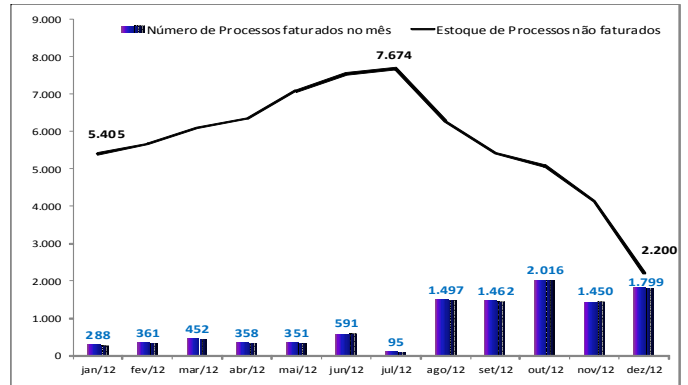
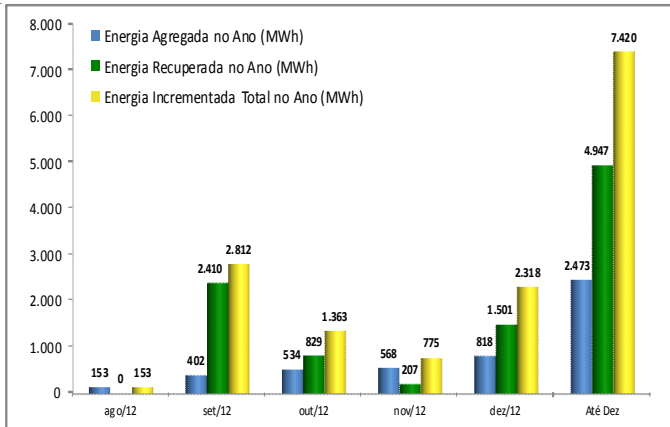
- **Inspeção e Regularização de Unidades Consumidoras do Grupo B:** As operações de Fiscalizações se concentraram em UC normal suspeita, consumo zero, sem acesso a Medição, UC's faturadas pelo Mínimo e Auto Religadas. Em outubro de 2012 houve aumento e estruturação das equipes de inspeção com contratação dos serviços de fiscalização contemplando as premissas do plano de ação para combate a perdas. Apesar da redução dos serviços entre agosto e outubro/2012 motivada pela substituição da empresa prestadora do serviço de inspeção, foram realizadas 70.336 Inspeções no ano de 2012.

Operações de Fiscalizações em Unidades Consumidoras do Grupo B					
Ano	Qtde de Inspeções	Qtde de regularizações	Acertividade	Energia Agregada (MWh)	Energia Recuperada (MWh)
2012	70.336	20.613	29%	62.632	41.302

- **Inspeção e Regularização de Unidades Consumidoras do Grupo A:** No ano de 2012 foi estruturado o Processo de Centro de Medição que tem como ação principal estruturar equipes próprias para implantar a rotina de inspeções e vistorias técnicas em Clientes de Média Tensão. Em outubro de 2012 foi contratada empresa especializada em realizar fiscalizações em Unidades do Grupo A, a fim de treinar as recentes equipes adquiridas pelo processo de centro de medição. Em todo o ano foram realizadas 211 inspeções técnicas com 28 regularizações, um acerto de 13%. O excelente percentual de acerto foi em função do início dos serviços especializados conduzidos pela empresa contratada. Importante também frisar o trabalho iniciado em identificação e atuação de unidades clandestinas conectadas em média tensão. Foram identificados no ano 27 Transformadores ligados à revelia da empresa, num total de 3.607 KVA de potência instalada.

Operações de Fiscalizações em Unidades Consumidoras do Grupo A					
Ano	Qtde de Inspeções	Qtde de regularizações	Acertividade	Energia Agregada (MWh)	Energia Recuperada (MWh)
2012	211	28	13%	10.226	5.910

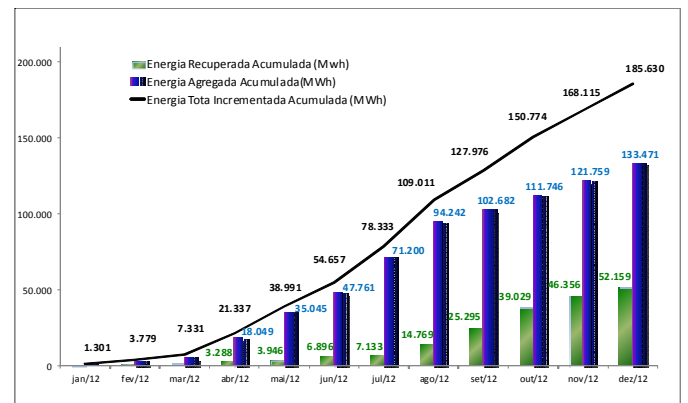
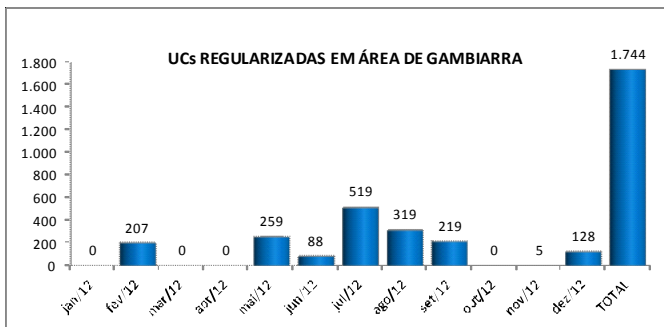
- **Recadastramento de Iluminação Pública:** Em maio de 2012 a Companhia Energética do Piauí concluiu a contratação, dos serviços de recadastramento de Iluminação Pública. Os serviços foram iniciados em junho de 2012 e no ano foram realizados 116.020 eventos de georeferenciamento de postes. O projeto também contempla a identificação e recadastramento dos postes de uso mútuo de telefonia, TV e cabo, internet, serviços de auto falantes e semáforos. Com 7.420 MWh de energia incrementada (energia recuperada + energia agregada) ao faturamento, no ano obteve-se um retorno financeiro com o projeto da ordem de R\$ 2,4 Milhões.



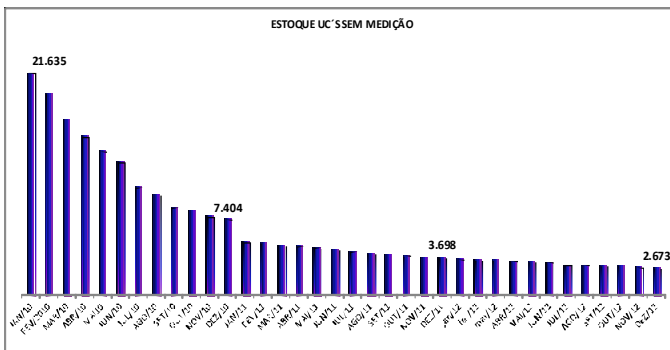
• **Melhoria do Calendário de Leitura:** A Companhia Energética do Piauí implementou a mudança do calendário de leitura com o intuito de otimizar o processo de leitura e faturamento a fim de reduzir distorções entre a energia faturada e energia requerida dentro do mesmo mês de referência. Com o projeto foram agregados ao faturamento o montante de 58.140 MWh de energia no ano de 2012. O período de movimentação do calendário de leitura aconteceu entre os meses de março a agosto.

• **Regularização de Consumidores Clandestinos em área de Gambiairra:** No ano de 2012 somente nas áreas onde não existiam redes de distribuição padronizadas, foram regularizadas as medições de 1.744 clientes atendidos em gambiairra. Foram utilizadas redes protegidas nos circuitos de distribuição e ramal de entrada antifurto. Com o projeto foram agregados ao faturamento o montante de 2.138 MWh de Energia.

No ano de 2012 foram recuperados 52.159 MWh de energia decorrentes das operações de fiscalização de unidades consumidoras do Grupo A e B e do recadastramento da Iluminação Pública. Somadas as operações de fiscalização de unidades consumidoras de BT e MT, recadastramento da IP, melhoria do calendário de leitura de UC do Grupo A, regularização de Clandestinos e Regularização de UC sem Medição foi possível agregar ao faturamento o montante de **133.471 MWh de energia**, totalizando assim 185.630 MWh de Energia adicionada ao faturamento da empresa.



• **Regularização de Unidades Consumidoras Sem Medição:** Em Dezembro de 2012 o estoque de Unidades Consumidoras Cadastradas a *forfait* atingiu 2.673 unidades.



• **Estruturação do Setor de Recuperação da Receita:** O novo contrato de inspeção e regularização de Unidades Consumidoras contemplou a estruturação de back office para cálculo, análise e faturamento dos processos de irregularidade. A equipe inicial contemplada foi de 28 colaboradores e 01 supervisor. Com a nova força de trabalho foi possível faturar 10.720 processos de irregularidades, entre processos antigos e pendentes de faturamento e novos processos de irregularidade decorrentes de notificações no próprio ano

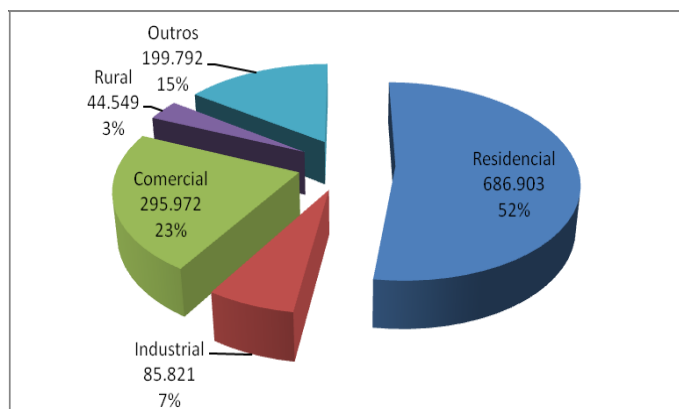
7.5. Fornecimento de Energia

O faturamento com venda de energia atingiu a marca de **R\$ 1.312.986 mil**, superior em 25,7% ao de 2011.

O crescimento do faturamento foi decorrente da redução de consumidores sem medição, de um conjunto de ações de combate ao consumo não registrado, do incremento de novos consumidores e do reflexo do reajuste médio tarifário correspondendo ao efeito médio percebido pelos consumidores cativos de 9%, ocorrido em agosto de 2012.

Evolução anual do faturamento por classes (R\$ mil):

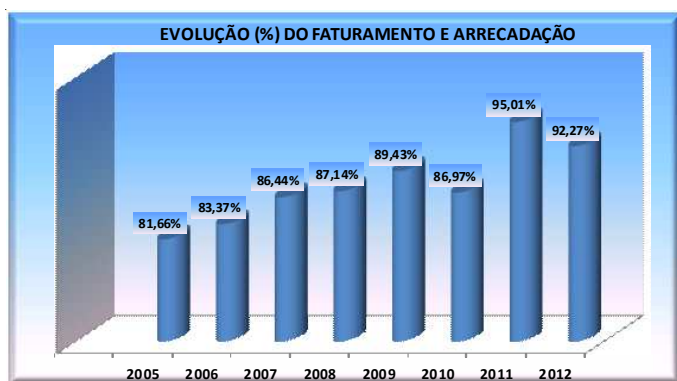
Evolução anual do faturamento por classes (R\$ mil):						
Fornecimento de Energia por Classe (R\$ Mil)	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2011
Residencial	353.544	410.167	488.109	534.005	686.903	28,6
Industrial	79.398	72.466	76.531	82.079	85.821	4,6
Comercial	194.464	183.542	208.245	235.405	295.972	25,7
Rural	21.101	26.254	31.024	33.044	44.549	34,8
Poder Público	68.557	66.258	73.800	78.047	98.398	26,1
Iluminação Pública	38.692	34.594	33.955	36.442	45.698	25,4
Serviço Público	41.108	37.846	40.756	45.316	55.696	22,9
Consumo Próprio	1.624					
Subtotal	798.488	831.126	952.420	1.044.338	1.313.037	25,7
(-) Fornecimento não Faturado		4.101	2.555	5.158	-17.282	-435,1
(-) Receita de Distribuição			-409.489	-519.959	-609.540	17,2
Remuneração do WACC - IFRIC 12		-17.752	-27.260	-42.728	-54.802	28,3
Total	798.488	817.475	518.226	488.809	631.413	29,7



Fonte: Faturamento Balanço Contábil

7.6. Arrecadação

A Companhia alcançou, em 2012, a arrecadação de **R\$ 1.211.502 mil**, representando o índice de **92,27%** sobre o faturamento



A arrecadação sofre impacto negativo com a grande quantidade de consumidores que detêm liminares impedindo a suspensão do fornecimento, o que representa 3,25% do faturamento mensal, da conciliação de interesses sociais que inibem o corte de energia em hospitais, escolas, delegacias, águas e iluminação pública e do sentimento de impunidade de grande parte dos clientes que fazem uso da prática da auto religação.

7.6.1 Estímulo à Adimplência – Medidas de Gestão Adotadas

Diversas ações de combate a inadimplência foram desenvolvidas e implantadas em 2012, inclusive ações relacionadas à reestruturação organizacional, redimensionamento de pessoal e renovação, em grande parte, dos gerentes de departamento e líderes de processo. A seguir destacamos as principais ações realizadas em 2012:

- **Mídia Espontânea**

Realizadas campanhas através da imprensa local em jornais, rádios, televisões e internet, dirigidas a todas as classes de consumidores, com abordagem de temas institucionais e, principalmente, tratando da imperiosa necessidade de suspensão do fornecimento às unidades consumidoras inadimplentes. Tivemos diversas matérias em manchete de primeira página destacando principalmente o corte a órgãos públicos e a campanha especial de quitação de débitos.

- **Novos Contratos de Corte e Religação**

As empresas realizaram licitação conjunta em dezembro/11 para renovação dos contratos de corte e religação, na modalidade serviços comerciais, de forma a permitir o aumento do contingente de equipes compatível às suas necessidades, com equipes bem superiores aos contratos anteriores e com a distribuição das equipes em diversas localidades pólos nas áreas de concessão em conformidade com as demandas das empresas. Devido a uma série de recursos administrativos e judiciais, somente os contratos do Piauí, Rondônia e Acre foram assinados no decorrer de 2012, ficando os demais a serem viabilizados no início de 2013.

- **Deflagração de Operações Especiais de Combate a Inadimplência**

Em 2012 foram executadas diversas ações de cobranças em operações especiais voltadas à recuperação das faturas inadimplentes:

- Reversão da PDD / PCLD / TRAN: Prioridade para a cobrança e corte de clientes da Baixa Tensão com faturas provisionadas ou lançadas para perdas.
- Fiscalização dos clientes em AT inadimplentes desligados.
- Cobrança e corte dos poderes públicos e serviços públicos, inadimplentes com grande divulgação na mídia.
- Campanhas de corte localizadas em cidades e regiões, com grande divulgação na mídia;
- Cobrança e corte dos clientes em AT e BT inadimplentes com faturas decorrentes dos processos de irregularidades.

- **Suspensão do Fornecimento dos Poderes Públicos**

Sistematizado o processo de suspensão do fornecimento dos órgãos públicos municipais inadimplentes. Os cortes passaram a ser uma ação de rotina realizada pelo líder do processo de combate a inadimplência sem necessidade de autorização do gestor superior, sejam assistentes ou diretores.

- **Campanha de Negociação Especial para as Classes Privadas**

Realizada, em dezembro, campanha de negociação especial de dívida dos consumidores das classes privadas, concedendo desconto de 100% dos juros de mora, multas e correção monetária para os clientes que realizassem pagamento à vista.

O resultado foi além da expectativa da concessionária. Da meta inicial de arrecadar R\$ 25,6 milhões de débitos, em pagamentos à vista, a Eletrobrás Distribuição Piauí conseguiu recuperar **504.639** faturas, totalizando o valor arrecadado de **R\$ 43.747.723,32** (desempenho 77% acima da meta prevista).

CLASSE	QTDE DE FATURAS PAGAS	VALOR (R\$)
1-RESIDENCIAL	454.803	30.036.808,26
2-INDUSTRIAL	1.709	1.035.997,28
3-COMERCIAL	33.448	11.547.694,51
4-RURAL	14.679	1.127.223,27
Total geral	504.639	43.747.723,32

- **Massificação da Negativação de clientes inadimplentes no SERASA**

Em 2012 todas as empresas de distribuição da Eletrobrás passaram a utilizar os serviços de negativação da SERASA, resultado de uma negociação para fechamento de tarifa única e reduzida para o Grupo. A medida passou a ser uma rotina, com o encaminhamento de todos os clientes de alta tensão e os principais clientes de baixa tensão para serem negativados no 16º dia após o vencimento. Em 2012 foram negativados 643.264 consumidores.

- **Clientes Especiais**

Realizada reestruturação da carteira de cobrança personalizada aos clientes do Grupo A, Poderes Públicos e Serviços Públicos em conformidade com a nova Régua de Cobrança. Até então, esses clientes inadimplentes eram reavisados somente na fatura seguinte e com a nova regra o reaviso passou a ser entregue imediatamente no 3º dia após o vencimento.

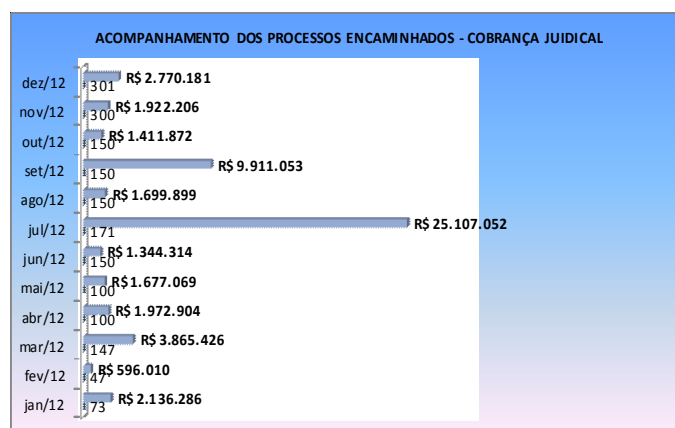
Alcançou-se sucesso na recuperação da inadimplência e na conscientização do pagamento das faturas por parte desses clientes até o reaviso, sem necessidade de corte.

- **Cobrança Extrajudicial e Judicial**

Foram estabelecidas metas mensais para as distribuidoras realizarem cobrança judicial e extrajudicial, através de escritórios de advocacia ou através de suas procuradorias jurídicas.

Em todo o ano de 2012 foram encaminhados 1.839 processos pela área Comercial para a Assessoria Jurídica da empresa, totalizando um valor de R\$54.414.273, em processos para ajuizamento em 2012. A seguir, quadro demonstrativo dos montantes encaminhados pelo Departamento Comercial para a Cobrança Judicial.

RELATÓRIO DOS CLIENTES INADIMPLENTES ENVIADOS PARA AÇÃO DE COBRANÇA		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
jan/12	73	R\$ 2.136.286
fev/12	47	R\$ 596.010
mar/12	147	R\$ 3.865.426
abr/12	100	R\$ 1.972.904
mai/12	100	R\$ 1.677.069
jun/12	150	R\$ 1.344.314
jul/12	171	R\$ 25.107.052
ago/12	150	R\$ 1.699.899
set/12	150	R\$ 9.911.053
out/12	150	R\$ 1.411.872
nov/12	300	R\$ 1.922.206
dez/12	301	R\$ 2.770.181
TOTAL	1.839	R\$ 54.414.273



Grandes Negociações

Em 2012 foram celebradas importantes negociações que possibilitaram resgate de dívidas com trâmite em processos judiciais, sobretudo com recuperação na classe comercial (negociações com hospitais privados, sistemas de comunicação e rede hoteleira).

Como principais impactos, obteve-se êxito na redução da inadimplência em 15,9 milhões e reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD em 11,3 milhões.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL

8.1. Qualidade do Fornecimento

Distribuir energia elétrica no Estado do Piauí com uma extensão de 1.300 km no sentido Norte/Sul, e 600 km no sentido Leste/Oeste, servido pelo um sistema elétrico que apresenta características puramente radiais, envolvendo grandes distâncias, com grande parte de sua rede na zona rural e em áreas de difícil acesso constituindo dificuldades não só para o restabelecimento do fornecimento de energia, como também às manutenções preventivas é o grande desafio da Companhia Energética do Piauí.

Visando Superar as dificuldades, a Companhia Energética do Piauí tem desenvolvido e executado projetos, em todos os setores, com foco na melhoria da satisfação dos clientes. Como consequência, tem melhorado os indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica da empresa.

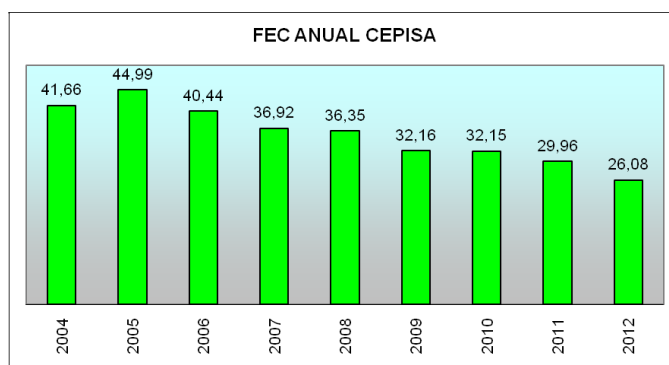
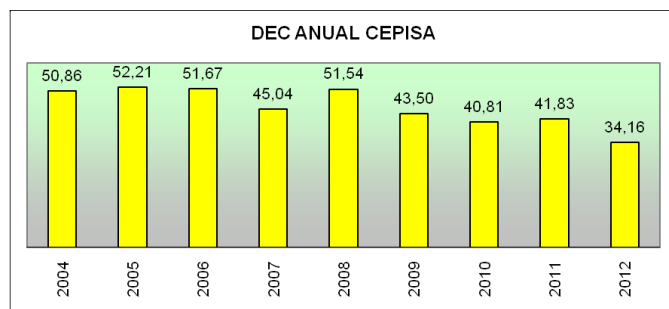
O desempenho das concessionárias, quanto à continuidade do serviço prestado de energia elétrica, é aferido pela ANEEL, com base em indicadores específicos, denominados de DEC e FEC.

O DEC (número de horas em que, em média, cada cliente fica sem energia) encerrou o ano com **18%** de redução em relação a 2011, ao reduzir de 41,83 para 34,16 horas.

O FEC (número de vezes em que, em média, cada cliente fica sem energia) também apresentou melhoria, ao reduzir de 29,96 para 26,08 vezes, com retração de **13%**.

Essa melhora corresponde em média, **7,67 horas e 3,88 desligamentos a menos** em cada unidade consumidora da Companhia Energética do Piauí em 2012.

Nos gráficos abaixo são apresentados a evolução dos indicadores DEC e FEC no período de 2004 a 2012:



Das principais ações preventivas realizadas destacam-se a intensificação da limpeza de faixa de servidão das linhas e redes de distribuição e da poda de árvores próximas à rede elétrica, inspeção com termovisor, utilização de equipes de linha viva para evitar o desligamento do sistema em serviços programados, análise prévia das programações para a substituição ou manutenção de equipamentos e instalações e a análise e acompanhamento sistemático e diário das ocorrências e das solicitações dos consumidores com a definição de planos de ação para melhoria.

A empresa também tem investido continuamente em ampliação e modernização do sistema elétrico do estado, além do emprego de novas tecnologias. Para isso, está em fase final de implantação o Sistema de Gestão Técnica da Distribuição – SGTGD, que tem como um dos benefícios permitir a localização imediata, de equipes de operação e manutenção, o que otimiza a distribuição de serviços, dá mais agilidade e precisão nos processos de atendimento, planejamento, engenharia, operação e manutenção. Além disso, também estão sendo modernizadas as subestações existentes com a automação dos processos, e construídas novas subestações já automatizadas. Foi adquirida uma subestação móvel, de grande importância em caso de problemas em uma das subestações existentes, com capacidade de atendimento de uma cidade com 47.000 consumidores.

8.2. Comunicação e Relacionamento com o Consumidor

Companhia Energética do Piauí atuou intensamente ao longo do ano de 2012 visando a excelência no atendimento do consumidor, buscando sempre alinhar a melhoria do serviço prestado com o cumprimento de metas legais estabelecidas. Para tanto, tem investido na expansão das agências de atendimento, ampliação e centralização do Call Center em Brasília, inserção de novas modalidades de atendimento como o TAS – Terminal de Auto Serviço e o AJURIWEB – atendimento via internet, renovação da certificação ISO 9001 (Tratativa de Reclamações), implantação de nova certificação ISSO 9001 (Qualidade de Atendimento Comercial) e de novas ferramentas de gerenciamento do atendimento.

8.2.1. Expansão dos Postos de Atendimento – Criação de 163 Postos de Atendimento através de Agentes Conveniados



Em 2012, a Companhia Energética do Piauí em cumprimento a Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL startou um novo projeto de migração de lojas próprias de atendimento para 163 Postos de atendimento que funcionarão com parceiros (como: Farmácias, Comércio, padarias, etc), ampliando sua abrangência para os 224 municípios e totalizando 229 canais de atendimento presencial distribuídos em todo o Estado do Piauí, sendo 223 no interior e 6 na capital Teresina – na Avenida Maranhão, bairros Dirceu e Parque Piauí, Shopping Riverside, Shopping da Cidade e Espaço da Cidadania.

Para alcançar esta marca, a Eletrobrás elaborou o Projeto de Contratação de Empresa para fazer credenciamento de 163 Postos de atendimento conveniados que foram adequados aos padrões da Companhia, fazendo da Companhia Energética do Piauí uma Companhia mais próxima do cliente.

8.2.2. Atendimento personalizado para Grandes Clientes

Além das novas agências, a Eletrobrás criou um atendimento personalizado para os Grandes Clientes e Órgãos do Poder Público que agora contam com um espaço diferenciado para suas tratativas com atendentes especializados para esta demanda. A atuação do Atendimento de Poder Público tem avançado consideravelmente a nossa arrecadação através de políticas de negociações de débitos municipais, estaduais e federais em todo Estado; Além do mais o Atendimento aos Grandes Clientes atuou frente à renovação de contratos.

8.2.3. Novos canais de Atendimento

O atendimento comercial da Companhia Energética do Piauí ganhou mais versatilidade com as novas ferramentas de atendimento. Foram instalados 8 (oito) Terminais de Auto Serviço – TAS, totens onde os consumidores podem consultar suas faturas em aberto e imprimir rapidamente o código de barras para pagamento sem ter que esperar em filas. Os totens estão disponíveis nas agências da Avenida Maranhão, Espaço Cidadania, Parque Piauí, Dirceu, Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus, estes emitindo cerca de 5.000 (cinco mil) segundas vias por mês. A Companhia Energética do Piauí já trabalha para a compra de mais 18 Terminais de Auto Atendimento a fim de promover a facilidade e agilidade no atendimento ao Público, com isso o tempo de espera dos clientes reduziu consideravelmente.

Ainda pensando na melhoria na qualidade do atendimento ao consumidor foi implantado o gerenciador de atendimento nas 06 lojas de atendimento da capital e nas 05 Regionais de todo Estado. E, ainda, há previsão de estender para todo Estado. Este gerenciador de atendimento promove uma melhor gestão do atendimento, possibilitando o controle da produtividade dos colaboradores, a estratificação do tipo de serviço solicitado, o dimensionamento de pessoal em tempo real e a geração de relatórios gerenciais.

Ainda pensando na comodidade do consumidor a Companhia disponibilizou o AJURIWEB, ferramenta de atendimento on-line disponível no site www.cepisa.com.br onde o cliente pode emitir segunda via de fatura e fazer diversas solicitações e consultas pela internet sem sair de casa. Em 2012, foram emitidas cerca de 50.000 (cinquenta mil) segundas vias de faturas por mês. Ainda no site da Companhia são publicadas informações de interesse da população e dos colaboradores da concessionária. Por meio da página eletrônica, os internautas tem resultado de concursos, desligamentos programados, editais de licitação, contato com a ouvidoria e relação de postos de atendimento com endereços e telefones. O site funciona, também, como fonte de dados sobre o setor elétrico, visto os diversos links disponibilizados na página que já registra mais de 05 (cinco) milhões de acessos.

8.2.4. Call Center

Em razão das melhorias e ampliações implementadas em 2012, o Call Center recebeu mais de 5 milhões de chamadas telefônicas, o que demonstra a ampliação da sua capacidade de atendimento em relação a 2011 que foi apenas de 02 milhões atendimentos. De forma destacada, registramos a implantação de nova Central de Teletendimento (CTA). Além da estrutura local, a CTA dispõe de uma base comum das empresas de distribuição da Eletrobrás localizada em Brasília-DF, que permite otimizar a sua operação em termos de custos e de cumprimento dos padrões de qualidade de serviço.

8.2.5. Gerenciador de Atendimento

Buscando a melhoria da qualidade do atendimento ao consumidor foram implantados o gerenciador de atendimento nas 06 lojas de atendimento da capital e nas 05 Regionais de todo Estado. E, ainda, há previsão de estender para todo Estado. Este gerenciador de atendimento promove uma melhor gestão do atendimento, possibilitando o controle da produtividade dos colaboradores, a estratificação do tipo de serviço solicitado, o dimensionamento de pessoal em tempo real e a geração de relatórios gerenciais, facilitando no cumprimento dos indicadores regulatórios. Através deste gerenciamento, a

Companhia consegue direcionar suas ações de melhoria contínua, detectar possíveis falhas em processos e dimensionar adequadamente o quadro de atendentes por agência.

8.2.6. Certificação ISO 9001

Com toda essa avançada no atendimento ao consumidor, a ELETROBRAS conseguiu sua primeira Certificação ISO 9001 com a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade no processo de Coleta, apuração e fornecimento das reclamações de consumidores em conformidade com o órgão regulador – ANEEL. Esta grande conquista revela o momento de mudança cultural na Companhia, no qual todos os colaboradores estão envolvidos para proporcionar qualidade no atendimento, satisfação dos clientes e melhoria contínua dos processos.

8.3. Ouvidoria

Diariamente, a Ouvidoria recebe e registra manifestações/reclamações, solicitações, informações, denúncias, elogios e críticas pertinentes à prestação de serviços. Após analisá-las, encaminha às áreas responsáveis, diligenciando para que todas as demandas sejam prontamente analisadas e respondidas nos prazos determinados e com base na legislação do setor elétrico. No ano de 2012, a Ouvidoria recebeu, tramitou e respondeu 2.162 manifestações oriundas da ANEEL e Eletrobrás com as seguintes classificações quantificadas: Reclamações 1.843, Denúncias 218, Elogios 7, Sugestões 5 e Informações 89. A planilha com os indicadores estatísticos apurados mensalmente, foi devidamente entregue a Diretoria e Corpo Gerencial da Companhia, objetivando a elaboração de Plano de Ação para corrigir as deficiências apontadas pelos consumidores. Em cumprimento ao Art. 200 da Resolução Normativa ANEEL 414/2010, analisamos e respondemos 524 (quinhentos e vinte e quatro) recursos administrativos relacionados a irregularidades detectadas no sistema elétrico de medição de unidades consumidoras. No tocante a ligações telefônicas, a Ouvidoria atendeu 3.725 ligações de consumidores desta concessionária de energia elétrica.

No período de 25/02/2012 a 10/04/2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADE coordenou a realização da 14ª Pesquisa de Satisfação do Consumidor Residencial Urbano de Energia Elétrica na Companhia Energética do Piauí. Esta rodada de pesquisa foi executada pelo INSTITUTO INNOVARE – Pesquisa de Mercado e Opinião LTDA, e realizada junto a 702 consumidores Residencial Urbano nas regiões: Metropolitana, Norte, Sul, Centro Sul e Sudeste da concessionária Companhia Energética do Piauí. Foram cinco áreas de qualidade pesquisadas: qualidade e continuidade do fornecimento, informação e comunicação com o cliente, conta de energia, atendimento ao cliente e imagem da distribuidora, cada uma com seu conjunto de atributos. Para cada área da qualidade pesquisada é obtido Índice de Desempenho dos Atributos de Qualidade – IDAT. A pesquisa apresentou os seguintes resultados: Fornecimento de Energia 39,0 (-5,4 em relação a 2011); Informação e Comunicação 42,5 (-0,2 em relação a 2011); Conta de Energia 75,2 (-0,2 em relação a 2011); Atendimento ao Cliente 65,9 (-3,9 em relação a 2011); Imagem da Empresa 60,2 (-5,1 em relação a 2011). Além dos resultados apresentados das cinco áreas pesquisadas, a pesquisa apresenta o resultado do Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP). Este índice resume a percepção do consumidor sobre a qualidade dos serviços prestados pela distribuidora, uma vez que contém todos os aspectos que poderiam influenciar sua satisfação, ponderados pela importância atribuída a cada um. A Companhia obteve neste índice, em 2012, o percentual de 58,2%, ou seja, -2,7% em relação ao ano de 2011. Comparando com o Resultado ABRADEE estamos -20,0% e -31,7% em relação ao Benchmark alcançado pela COPEL.

O Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC é o resultado da pesquisa junto ao consumidor residencial que a Agência Reguladora realiza todo ano, desde o ano 2000, para avaliar o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. A ANEEL esclarece que a pesquisa realizada em 2011 não teve os resultados divulgados em decorrência da não validação da etapa de campo. Na área de concessão da Companhia Energética do Piauí foram entrevistados 320 consumidores distribuídos nos seguintes municípios: Teresina (84), São João do Piauí (81), Piriapiri (37), Elesbão Veloso (33), Pimenteiras (23), Nossa Senhora dos Remédios (17), Caldeirão Grande (11), Marcos Parente (9), Coronel José Dias (8) e Nossa Senhora de Nazaré (8). As variáveis avaliadas foram: Qualidade Percebida; Valor Percebido, Satisfação Global; Confiança no Fornecedor e Fidelidade. O IASC de 2012 desta concessionária foi da ordem de 45,65%, ou seja, -10,11% inferior ao ano de 2010. Comparando com o IASC Nordeste estamos -16,27% e -15,86 do IASC Brasil.

A resolução normativa ANEEL nº 470 de 13 de dezembro de 2011, determina em seu Art. 8º que a Ouvidoria deve manter atualizado sistema informatizado de controle das manifestações recebidas, de forma que possam ser disponibilizados o histórico de atendimentos e os dados de identificação dos

manifestantes, com toda a documentação e as providências adotadas. Determina ainda, no parágrafo 1º que as informações e a documentação referidas no citado artigo devem permanecer à disposição da ANEEL e dos respectivos manifestantes pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos. Objetivando salvaguardar as concessionárias de multas por descumprimento da Resolução Normativa ANEEL nº 470 de 13 de dezembro de 2011, a Ouvidoria desta concessionária, atendendo determinação do Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais, implementou e enviou para Assessoria Especial de Suprimentos de Materiais e Serviços – PRS, Termo de Referência referente a aquisição de licença de direito de uso de *software de Gestão de Ouvidoria* para o ambiente computacional das empresas distribuidoras da Eletrobrás (Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima).

Na data de 15/10/2012, a Ouvidoria desta concessionária enviou para o Superintendente de Regulação dos Serviços Comerciais – SRC/ANEEL, CT/DRO-002/2012, contemplando questionamentos com relação à suspensão do fornecimento de energia elétrica quando da interposição de recurso do consumidor em processo de irregularidade na Ouvidoria. Considerando que o caso em tela não foi previsto na Resolução Normativa ANEEL 414/2010, o processo encontra-se na Procuradoria da ANEEL para análise e parecer.

Objetivando cumprir o Inciso VI da Resolução Normativa ANEEL nº 470/2011, a Ouvidoria solicitou ao Departamento de Administração – DGA, canal telefônico exclusivo ao atendimento da Ouvidoria e gratuito em toda área de concessão, independentemente de a ligação provir de operadora de serviço telefônico fixo ou móvel.

8.4. Conselho de Consumidores

A Companhia Energética do Piauí criou o Conselho de Consumidores para atuar no âmbito de sua área de concessão. É um conselho de caráter consultivo, voltado para a orientação, análise e avaliação das questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, às tarifas e à adequação dos serviços prestados ao consumidor. O Conselho de Consumidores foi instituído por exigência da Lei n.º 8.631, de 04/03/1993, com sua formação, funcionamento e operacionalização regulados pela Resolução ANEEL n.º 451, de 27/09/2011. A sua sede está localizada no complexo administrativo da Companhia, no Edifício Delmiro Gouveia, sala 101. A Diretoria Executiva da Companhia Energética do Piauí, através da Resolução 249/2011 e respaldado na Resolução Normativa ANEEL 451/2011, aprovou o Plano Anual de Atividades e Metas- PAM/2012, elaborado pelo Conselho de Consumidores para o exercício de 2012, no valor de R\$ 109.990,60 (cento e nove mil, novecentos e noventa reais e sessenta centavos). Objetivando cooperar com a distribuidora e estimulá-la no desenvolvimento e na disseminação de programas educativos destinados à orientação dos consumidores sobre a utilização da energia elétrica, esclarecendo-lhes sobre seus direitos e deveres. O Conselho realizou oito (08) reuniões ordinárias e uma audiência pública que têm base legal no artigo 13, inciso XIV da Resolução Normativa nº 451 de 27/09/2011, da ANEEL. Atualmente, o Conselho é composto pelas cinco classes de unidades consumidoras e devem ser representadas no Conselho conforme o procedimento estabelecido no art.4º da Resolução nº 451, de 27/09/2011, O Conselho é composto pelos seguintes membros titulares:

- ⇒ Presidente, representante da classe Industrial, indicado pela Associação Industrial do Estado do Piauí - API;
- ⇒ Vice-Presidente, representante da classe Comercial, indicado pela Associação Comercial Piauiense - ACP;
- ⇒ Representante da classe Residencial, indicado pela Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí - FAMCC;
- ⇒ Representante da classe Rural, Indicado pela Federação da Agricultura do Estado do Piauí - FAEPI;
- ⇒ Representante da classe de Poder Público, indicado pela Associação Piauiense de Municipais - APPM;
- ⇒ Representante do Ministério Público/ PROCON, indicado pelo Ministério Público do Estado do Piauí.
- ⇒ Secretário Executivo - indicado pela Companhia;

As reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho no exercício de 2012 trataram de assuntos relacionados aos serviços prestados pela distribuidora, devidamente levantados pela comunidade, quer como informação quer como reivindicação, tais como: qualidade do fornecimento; regularização/informação do consumo; estrutura tarifária (custos, reajustes, taxas e impostos); taxa de serviços; atuação comercial; utilização e conservação de energia elétrica; eletrificação rural e atendimento à subclasse residencial baixa renda; legislação do setor elétrico e informações constantes das contas de energia. Dentre as reuniões realizadas, aprovou as alterações contidas

no Regimento Interno, devidamente respaldadas no Capítulo IV da Resolução Normativa ANEEL 451, de 27 de setembro de 2011.

No exercício de 2012, o Conselho de Consumidores esteve presente nos seguintes eventos do setor elétrico nacional: Assembléia Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, 18º Fórum Estadual dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica do RS, Encontro de Conselho de Consumidores da Região Norte e XIV Encontro Nacional do Conselho de Consumidores – ENCC para troca de experiências e o intercâmbio das melhores práticas entre as concessionárias de energia elétrica, sob a ótica dos próprios consumidores que formam o conselho de consumidores de cada companhia.

9. ASPECTOS ECONÔMICOS e FINANCEIROS

9.1. Indicadores Econômicos

No presente relatório estão contemplados os valores do balanço social societário, com os valores apurados do exercício de 2012.

Indicadores Econômicos	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2011 (%)
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	814.347	847.426	1.198.601	1.184.265	1.620.837	36,86
Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas (R\$ mil)	265.534	280.519	327.746	379.037	449.723	18,65
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	548.813	566.907	870.855	805.228	1.171.114	45,44
Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	(527.792)	(595.097)	(909.288)	(730.143)	(1.165.373)	59,61
Resultado do Serviço (R\$ mil)	21.021	(28.190)	(38.433)	75.085	5.741	-92,35
Margem Operacional (%)	3,8	(5,0)	(4,4)	9,3	0,5	-94,62
Geração Operacional de Caixa (EBTIDA) (R\$ mil)	43.586	(2.479)	(5.178)	97.092	22.115	-77,22
Margem EBTIDA (%)	7,9	(0,4)	(0,6)	12,1	1,9	-84,30
Resultado Financeiro - Despesa (R\$ mil)	(144.439)	(82.450)	(60.007)	(22.781)	(53.831)	136,30
Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ mil)			(9.491)	(10.370)	0	100,0
Resultado (R\$ mil)	(123.418)	(110.640)	(97.931)	41.934	(36.488)	-187,01
Ativo Total (R\$ mil)	621.353	683.371	816.746	1.035.639	1.323.679	27,81
Investimento (R\$ mil)	89.704	144.154	275.916	299.974	314.648	4,89
Passivo a Descoberto (R\$ mil)	(283.657)	(906.686)	(222.081)	(185.155)	(223.506)	20,71

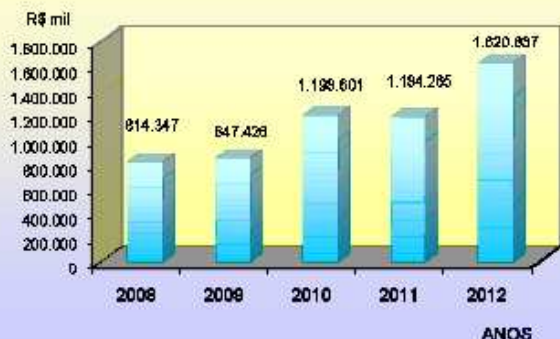
9.2. Desempenho Econômico e Financeiro

9.2.1. Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta registrou o montante de R\$ 1.620.837 mil, cresceu 36,86% em relação ao exercício anterior (R\$ 1.184.265 mil). Dentro da receita de 2011 e 2012, está incluso o valor R\$ 99.013 mil e R\$ 274.083 mil, respectivamente, referente à apuração da receita de construção, conforme a Instrução do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01.



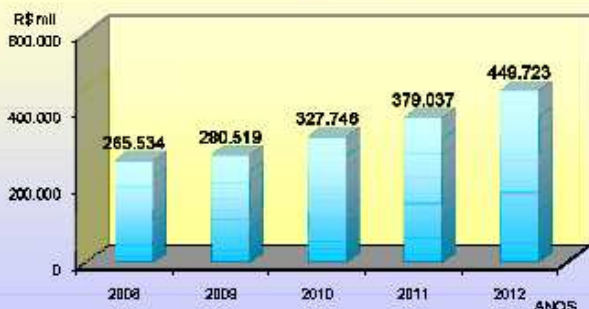
RECEITA OPERACIONAL BRUTA - (R\$ MIL) - 2012



9.2.2. Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

A Companhia Energética do Piauí está entre os maiores contribuintes de tributos do Estado do Piauí, incidentes sobre vendas. Em 2012, esses tributos e encargos regulatórios totalizaram R\$ 499.723 mil, 18,65% acima do ocorrido em 2011 R\$ 379.037 mil. O ICMS registrado em 2012 foi de R\$ 278.916 mil, com crescimento de 24,08% em relação a 2011 R\$ 224.773 mil, representando 62% do total dos tributos e encargos regulatórios

TRIBUTOS E ENCARGOS REGULATÓRIOS SOBRE VENDAS - (R\$ MIL) - 2012



9.2.3. Custos e Despesas Operacionais

O custo do serviço e as despesas operacionais totalizaram, em 2012, R\$ 1.165.373 mil, contra R\$ 730.143 mil em 2011, representando um aumento de 59,61%. Comparativamente ao exercício anterior, esse acréscimo foi impactado, principalmente, pelas despesas de construção – IFRIC 12 acréscimo de 176,8%, perdas comerciais acréscimo de 414,0%.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - (R\$ MIL) - 2012



9.2.4. Resultado do Serviço e Margem Operacional

O resultado operacional do serviço atingiu R\$ 5.741 mil, menor 92,35% ao apurado em 2011, de R\$ 75.085 mil. Como consequência, em 2012, a margem operacional (resultado do serviço dividido pela receita líquida) foi de 0,5% e de 9,3% em 2011.

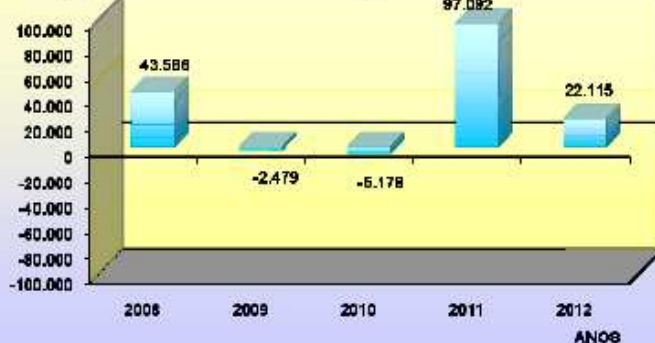
RESULTADO DO SERVIÇO - (R\$ MIL) - 2012



9.2.5. Geração Operacional de Caixa (EBTIDA)

A geração operacional de caixa, representada pelo EBTIDA - lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização, alcançou o montante de R\$ 22.115 mil em 2012, em 2011 R\$ 97.092 mil

GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA(EBTIDA) - (R\$ MIL) - 2012



9.2.6. Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia apresentou-se negativo em R\$ 53.831 mil no exercício de 2012. Este valor foi maior em 136,30% em relação ao montante de despesa financeira líquida de R\$ 22.781 mil obtida no exercício de 2011.

RESULTADO FINANCEIRO (DESPESAS) - R\$ MIL - 2012



9.2.7. Resultado

A Companhia apresentou, no final do exercício de 2012, prejuízo R\$ 36.488 mil, em 2011 a empresa apresentou lucro de R\$ 41.934 mil. Este resultado foi influenciado, principalmente, pelas perdas comerciais que obtiveram um acréscimo de 414,0% e pelo resultado financeiro negativo (136,30%).



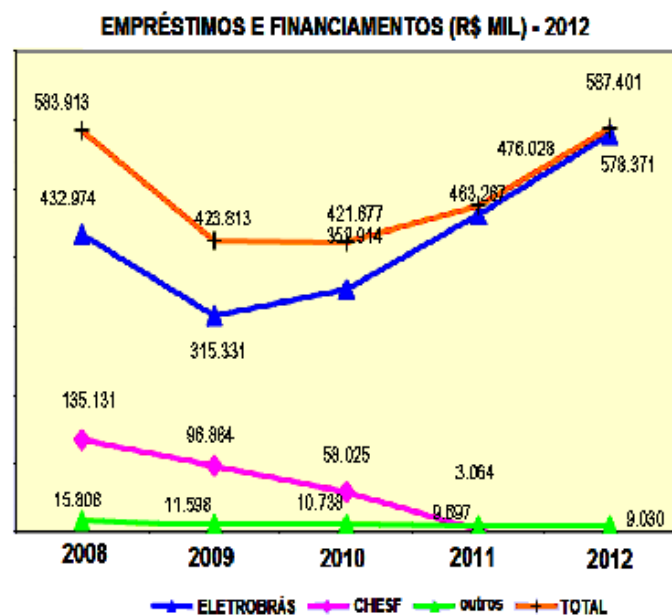
9.2.8. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2012, os Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$ 587.401 mil. Desse total, a Eletrobrás é credora de R\$ 578.371 mil, equivalente a 98,5%.

Nos saldos dos Empréstimos e Financiamentos houve um acréscimo decorrente de aporte de recursos oriundos da Eletrobrás.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	2008	2009	2010	2011	2012
Eletrobrás	432.974	315.331	352.914	463.267	578.371
CHESF	135.131	96.884	58.025	3.064	-
Outros	15.808	11.598	10.738	9.696	9.032
Total	583.913	423.813	421.677	476.027	587.401

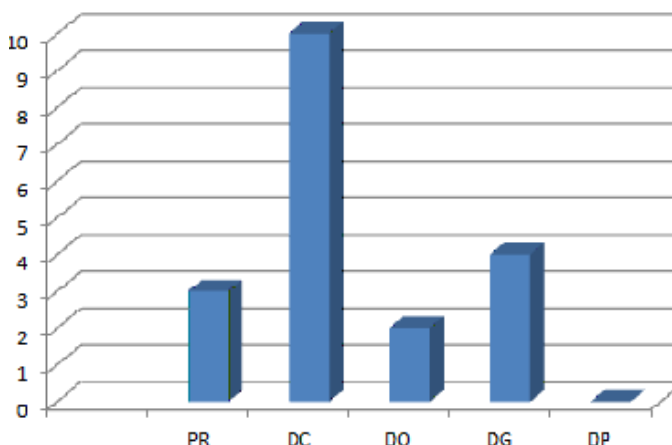
Fonte: Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 de nº 15 - Empréstimos e financiamentos.



10. RECURSOS HUMANOS

Em 2012, a Companhia Energética do Piauí continuou convocando candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2007, tendo encerrado o exercício com 19 (dezenove) contratações referentes a Profissionais de Nível Médio Suporte e Profissionais de Nível Fundamental, dos quais 18 (dezoito) admissões e 01 (uma) reintegração, em atendimento a determinação judicial; distribuídos por Diretorias, em sua maioria na Diretoria Comercial, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Admissões em 2012



Nesse ínterim, fez-se valer os dispositivos do Sistema de Gestão de Desempenho - SGD, através da implementação do 1º ciclo avaliativo, o que resultou no alcance de 430 empregados promovidos por mérito.

Paralelo a isso, tendo em vista o resultado da pesquisa de clima organizacional, foi elaborado um Plano de Ação voltado ao saneamento dos problemas apontados na pesquisa, com destaque para ação nº 1 que foi promover a divulgação de estratégias, políticas e procedimentos com vistas à criação de uma cultura de resultados. Desta forma, o Plano de Ação foi desdobrado em duas etapas:

- Apresentar a todas as áreas a nova metodologia de Planejamento e Gestão Estratégica adotada pelas EDEs;
- Instalar os painéis de "Gestão à Vista", evidenciando assim as metas empresariais e metas de equipes, além de propiciar o acompanhamento dos indicadores.

Seguindo, desta feita com foco voltado para o seu papel social, a Empresa manteve a operacionalização dos Programas de Estágio. Em 2012, ofereceu 31 oportunidades de estágio para estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior e 15 oportunidades para estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino Médio Técnico. Na mesma linha, assumindo o compromisso em qualificar jovens para formar cidadãos, a Empresa contratou em 2012, 46 Jovens Aprendizes, habilitados mediante Concurso Público, em cumprimento ao Decreto Nº 5.598/05.



O programa de aprendizagem realizado em convênio com o SENAI-PI, por intermédio do Curso "Assistente Administrativo Industrial", somado a prática profissional adquirida na Companhia Energética do Piauí, possibilitará a inserção do jovem no mercado de trabalho, com competências para desenvolver atividades nas áreas de gestão de pessoas e administrativo-financeira.

Já na área de desenvolvimento profissional, a Empresa reafirmou, por intermédio de Acordo Coletivo de Trabalho, o compromisso de disponibilizar o Incentivo Educação para Ensino Superior, alcançando a marca de R\$ 334 mil/ano, com 64(sessenta e quatro) empregados beneficiados.

Frisam-se, ainda, as ações voltadas para o desenvolvimento das competências dos colaboradores, onde o orçamento foi integralmente utilizado ultrapassando a marca dos R\$ 600 mil.

Embora represente uma redução em relação ao ano anterior, em 2012 a Empresa realizou 621 ações educacionais. Diante desse resultado, constatou-se que dos fatores determinantes para o declínio do quantitativo de ações educacionais, houve destaque para o gasto elevado com a logística utilizada nas ações promovidas pela UNISE e ações externas; pouco interesse dos colaboradores na utilização de cursos mediados por tecnologia – LUME; ausência de orçamento centralizado no Processo de Educação Corporativa.

Mesmo assim, o processo Local de Educação Corporativa realizou em torno de 80% (oitenta por cento) das ações propostas no Plano Anual de Educação Corporativa – PAEC, alcançando a marca de 2.930 participações, com 532.306 horas treinadas. Vejamos:

AÇÕES EDUCACIONAIS REALIZADAS EM 2012:

FERRAMENTA	AÇÕES	QTD PART.C.	CUSTO (R\$)
UNISE	79	107	R\$ 323.651,66
LUME	361	1556	-
AÇÕES EXTERNAS	108	395	R\$ 298.779,83
AÇÕES INTERNAS	73	862	R\$ 15.982,98
TOTAIS	621	2.920	R\$ 638.414,49

PÓS-GRADUAÇÃO	06	06	R\$ 11.095,00
IDIOMA ESTRANGEIRO	04	04	R\$ 16.969,00

Há de se destacar o volume e diversidade de benefícios sociais concedidos pela Empresa, contribuindo, positivamente, para a melhoria de qualidade vida e, conseqüente, para motivação funcional.

Dentre eles, benefícios como o Auxílio Educacional e Creche que proporcionaram aos empregados a oportunidade de manter seus dependentes em escolas com melhor qualidade de ensino. Em 2012 alcançamos 435 dependentes nesses dois benefícios, com idade entre 6 meses a 17 anos.

10.1. FACEPI – Fundação CEPISA de Seguridade Social

O Plano de Previdência Privada, patrocinado pela Empresa e gerido pela FACEPI, tem por finalidade assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da FACEPI é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é o do tipo Benefício Definido (Plano BD).

O Plano de Contribuição Variável – PCV, implantado em meados de 2010, embora tenha crescido significativamente em números relativos, não alcançou, ainda, a marca ideal, pois dos 310 participantes existentes ao final de 2011, conta hoje com pouco mais de 450 do universo de 1.465 empregados.

11. GOVERNANÇA CORPORATIVA

11.1. Composição Acionária

O controle acionário da Companhia Energética do Piauí é exercido pela Eletrobrás, desde outubro de 1997. A estrutura do capital social, abaixo indicada, reflete todas as mudanças ocorridas desde aquela época, como também as capitalizações de créditos efetuados por esse acionista.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social registrado da Companhia é de R\$ 779.224 mil.

11.2. Auditoria e Controles Internos

A unidade de Auditoria Interna ao longo do exercício de 2012 desenvolveu 14 (quatorze) ações de controle e acompanhamento, contempladas no seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, ações estas, que vão desde o assessoramento direto a Alta Administração, passando pelos exames e testes de auditoria em processos até o monitoramento das ações desenvolvidas pelas demais unidades no sentido de atender as recomendações emanadas dos órgãos de controle interno e externo.

Fato relevante foi à aprovação pelo Conselho de Administração, órgão ao qual a unidade de Auditoria é subordinada, do Regulamento da Auditoria Interna no final do exercício de 2011, que tem por finalidade estabelecer as competências, organização e diretrizes da Auditoria Interna, visando ao desenvolvimento de suas atividades de acordo com a legislação vigente e em cumprimento à Resolução nº 2, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). As diretrizes aprovadas no referido Regulamento é uma continuidade no processo de aperfeiçoamento da ação do governo no seu papel de acionista, estimulando a adoção das práticas modernas de direção corporativa e garantindo maior transparência no relacionamento com empresas estatais.

12. SUSTENTABILIDADE

A Eletrobrás Distribuição do Piauí deu continuidade a internalização do conceito de Sustentabilidade, por meio de ações previamente planejadas, envolvendo toda a sua força de trabalho. Realizou pequenas ações, que somadas traduziram a firmeza de propósito na mudança da cultura organizacional.

Em parceria com o Serviço Social da Indústria – SESI e a Associação Piauiense das Primeiras Damas – APPD esteve presente em 15 Municípios piauienses levando o Programa Sesi Cozinha Brasil a comunidades compostas, na sua maioria, por mulheres, onde tiveram a oportunidade de receber conhecimentos sobre escolha, higienização, armazenagem e cocção de alimentos. Na ocasião foram orientadas no sentido de comercializar os alimentos prontos com alto valor nutricional e baixo custo aumentando dessa forma a sua renda familiar e elevando o seu empoderamento.

Ainda em parceria com o Serviço Social da Indústria – SESI e a Associação Piauiense das Primeiras Damas – APPD a Companhia Energética do Piauí trabalhou a dimensão social, ambiental e econômica em comunidades carentes, levando conhecimento sobre a utilização racional e segura da energia elétrica, orientando sobre o plantio e poda de vegetação próxima à rede de energia elétrica, direitos e deveres do consumidor, em especial do consumidor de baixa renda, cadastro do Programa Bolsa Família, troca de Titularidade da Fatura de Energia Elétrica, como escolher geladeira e tipo de lâmpadas mais econômicas. Alertou sobre Assédio Moral e Sexual, Ética, Violência contra a Mulher e Disque Denúncia 180.

Essas ações educativas foram realizadas nos Municípios Piauienses de Itainópolis, Arraial e São José do Peixe.

Nessa mesma linha esteve presente na Zona Rural de Teresina, no Assentamento Limoeiro, atendido pelo Programa Luz Para Todos, contribuindo assim para estreitar as relações com a sociedade.

A Companhia Energética do Piauí, em 2012 com o apoio do Comitê de Sustentabilidade, composto de representantes de todas as Áreas da Companhia, sistematizaram as ações de sustentabilidade e a operacionalização dos relatórios obrigatórios anuais respondendo aos indicadores do Geral Reporting Initiative – GRI, Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE/BOVESPA, DOW JONES – DJS, ETHOS/ABRADEE e o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica, exigido pela ANEEL, apresentando para os órgãos reguladores e para a sociedade em geral, de forma clara e objetiva, as ações executadas pela administração da Companhia.

Executou o Plano de Ação da 4ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, da Presidência da República.

Através do Programa Jovem Aprendiz, ofertou vaga para uma jovem e um jovem adquirir conhecimentos sobre os trabalhos realizados pela área de Sustentabilidade da empresa.

Para atender o Decreto nº. 5.940/06 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis e a Lei nº. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi aprovada através da Resolução 163/2012, em 14/12/2012, a Norma para Implantação e Gestão do Programa de Coleta Seletiva Solidária no âmbito da Companhia.

12.1. Análise Socioambiental

Em cumprimento a legislação pertinente e a política nacional de meio ambiente, a Companhia Energética do Piauí, no ano de 2012 esteve em consonância com os Órgãos Municipais e Estaduais competentes, integrantes ao SISNAMA e IBAMA, sendo uma das diretrizes do grupo, que visa sintonizar-se com a preservação dos recursos naturais, procurando minimizar os impactos ambientais inerentes à sua atividade de distribuição e comercialização de energia. Qualquer empreendimento a ser executado pela Companhia Energética do Piauí é providenciado os licenciamentos ambientais, os estudos de impacto ambiental e a compensação ambiental, promovendo assim um desenvolvimento auto-sustentável.

No ano de 2012, a Companhia Energética do Piauí executou a LT 138 kV Piripiri/Tabuleiros de 141 km, causando baixo impacto ambiental conforme relatório de estudo ambiental (Relatório Ambiental Simplificado - RAS), bem como as suas licenças ambientais expedidas pelo órgão licenciador SEMAR-PI, tendo também outros programas de reforço do sistema elétrico como a construção de novas linhas de 69 kV Chesf/Renascença, Chesf/Polo Industrial para alimentação das novas SE's Renascença e Polo Industrial e os seus respectivos alimentadores em 13,8 kV, bem como a construção de várias subestações em todo o Estado do Piauí, proporcionando assim energia de boa qualidade aos seus clientes. Para cada obra realizada, elaboram-se Estudos Ambientais pertinentes, mantendo, portanto um bom entendimento com os Órgãos Ambientais do Estado do Piauí, tais como: SEMAR-PI e SEMAM, não recebendo qualquer reclamação durante a implantação e aplicação dos empreendimentos.

Neste mesmo ano, foram formalizados processos junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresina (SEMAM), solicitando as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI), Dispensa de Licenciamento Ambiental, Declaração de Baixo Impacto Ambiental, Autorização de Supressão de

Vegetação – ASV e Licenças de Operação (LO) das Obras de Alta e Média Tensão de Linhas e SE's em construção e ampliação pela Companhia.

A Companhia Energética do Piauí evita descarte de óleo isolante utilizado em trafos, transformadores de força, banco de capacitores, etc., mediante a realização de tratamento regenerativo para sua reutilização nos mesmos, evitando com isso, processo de degradação ambiental.

A Liderança Local de Meio Ambiente coordenou o cadastramento nominal dos respondentes de informações das atividades inerentes de cada órgão da empresa quanto ao projeto intitulado BDIGS (Indicadores de Gestão de Sustentabilidade), já aprovado pela Diretoria Executiva, através da Resolução nº 079/2012.

O referido projeto, desenvolvido em parceria com o CEPEL, tem como objetivo o estabelecimento de um conjunto de indicadores de desempenho socioambiental que apoie o processo de Gestão de Sustentabilidade Empresarial, subsidiando a avaliação e comunicação da melhoria do desempenho socioambiental do sistema Eletrobrás; a concepção e implementação de um banco de dados para armazenamento, edição, tratamento, consulta e visualização das informações relacionadas com os indicadores estabelecidos no âmbito do projeto.

A finalidade é coletar os dados de resíduos de emissão de gases de efeito estufa (GEE), resíduos sólidos, biodiversidade, riscos acidentais ambientais, água, energia e conformidade, para subsidiar o preenchimento dos relatórios: ISE Bovespa, GRI, DSJI (Dow Jones, Sustainability Index), Relatório Socioambiental, Relatório administrativo e outros.

13. BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social é um demonstrativo publicado pela Companhia, reunindo um conjunto de informações sobre os planos, projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas, clientes, fornecedores, empresas parceiras, terceiros e demais envolvidos, constituindo-se em um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo com a sociedade.

A seguir apresenta-se o Balanço Social da Companhia Energética do Piauí com os principais indicadores e informações de seus colaboradores e comunidade a qual está inserida, relativos aos exercícios de 2012, com base no modelo IBASE – Instituto Brasileiro de análises Sociais e Conônicas.

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza	Em 2012			Em 2011		
Distribuição do Valor Adicionado	64,75% governo	23,64% empregados		57,77 % governo	20,95 % empregados	
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	-5,25% acionistas	16,86% financiadores	% outros	6,23 % acionistas	15,05 % financiadores	% outros
2 - RECURSOS HUMANOS	Em 2012			Em 2011		
2.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	164.204			141.239		
- Empregados	163.550			141.151		
- Administradores	654			88		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	21,50			20,81		
- Administradores	10,0			10,0		
2.2 - Benefício Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	38.475	23,43%	3,29%	40.296	28,53%	5,00%
Alimentação	16.998	10,35%	1,45%	11.896	8,42%	1,48%
Transporte	129	0,08%	0,01%	475	0,34%	0,06%
Previdência privada	2.724	1,66%	0,23%	1.869	1,32%	0,23%
Saúde	2.409	1,47%	0,21%	2.239	1,59%	0,28%
Segurança e medicina do trabalho	1.382	0,84%	0,12%	1.419	1,00%	0,18%
Educação ou auxílio Creche	887	0,54%	0,08%	732	0,52%	0,09%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	666	0,41%	0,06%	799	0,57%	0,10%
Participação nos lucros ou resultados	11.711	7,13%	1,00%	13.389	9,48%	1,66%
Outros	1.061	0,65%	0,09%	922	0,65%	0,11%
Total	76.442	46,55%	6,53%	74.036	52,42%	9,19%
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	1.456			1.460		
Nº de admissões	19			150		
Nº de demissões	23			22		
Nº de estagiários no final do exercício	46			99		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	37			35		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	1.562			1.210		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	1.160			1.161		
- Feminino	296			299		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0			0		
- De 18 a 35 anos	334			355		
- De 36 a 60 anos	919			963		

Diário Oficial

40



Teresina(PI) - Sexta-feira, 19 de abril de 2013 • Nº 73

- Acima de 60 anos		203		142		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos		0		0		
- Com ensino fundamental		327		329		
- Com ensino médio		437		437		
- Com ensino técnico		351		354		
- Com ensino superior		341		340		
- Pós-graduados						
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino		78,00%		78,00%		
- Feminino		22,00%		22,00%		
2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		1.338		1.276		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		24		67		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		25		267		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		8.883		8.396		
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo						
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Alimentação	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total dos investimentos	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total - Relacionamento com a Comunidade	-	0,00%				
3.2 - Interação com os Fornecedores						
São exigidos controles sobre:						
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores						
4 - Interação com o Meio Ambiente						
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos e contingências ambientais		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
5 - Outras informações						
Receita Líquida (RL)		1.171.114		805.228		
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício		1.456		1.460		
Nº de admissões		19		150		
Nº de demissões		23		22		
Nº de estagiários no final do exercício		46		99		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício		37		35		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		1.562		1.210		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino		1.160		1.161		
- Feminino		296		299		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos		0		0		
- De 18 a 35 anos		334		355		
- De 36 a 60 anos		919		963		
- Acima de 60 anos		203		142		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos		0		0		
- Com ensino fundamental		327		329		
- Com ensino médio		437		437		
- Com ensino técnico		351		354		
- Com ensino superior		341		340		
- Pós-graduados						
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino		78,00%		78,00%		
- Feminino		22,00%		22,00%		

24 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.338			1.276		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	24			67		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	25			267		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	8.882.818			8.396.387		
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Alimentação	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total dos investimentos	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total - Relacionamento com a Comunidade	-	0,00%				
3.2 - Interação com os Fornecedores						
São exigidos controles sobre:						
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores						
4 - Interação com o Meio Ambiente	Valor (mil)	% sobre	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
ambientes degradados		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais contra a entidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Passivos e contingências ambientais		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
5 - Outras informações						
Receita Líquida (RL)	1.171.114			805.228		
Resultado Operacional (RO)	5.741			75.085		



13.1. Valor Adicionado – DVA

O Demonstrativo do Valor Adicionado tem a função de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela Companhia, e como essa riqueza foi distribuída entre os diversos atores que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua geração, tais quais: os empregados que forneceram a mão de obra, os investidores que forneceram o capital, os financiadores que emprestaram os recursos e o governo que forneceu a lei e a ordem, infraestrutura sócio-econômica e os serviços de apoio.

Constitui assim, o DVA, a receita de venda, deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. É, portanto, o quanto a Companhia contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) da Região.

A Demonstração do Valor Adicionado evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$ 694.570 mil de valor adicionado em 2012 em comparação a R\$ 674.053 mil em 2011.

A contribuição da Companhia Energética do Piauí para o crescimento nacional, especialmente para o Estado do Piauí e região nordeste, também se expressa pela geração de R\$ 694.570 mil em valor adicionado no exercício de 2012. Esse valor foi devolvido à sociedade em forma de salários e benefícios aos empregados, pagamentos a fornecedores, referentes a custeio e investimentos, empreendidos na aquisição de bens e serviços, em impostos, taxas e contribuições sociais aos Governos Federal, Estadual e Municipal.

14. PRINCIPAIS NÚMEROS DA COMPANHIA

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012/2011 (%)
ATENDIMENTO						
Número de Consumidores	848.763	892.391	949.436	1.010.066	1.062.094	5,2
Número de Empregados	1.220	1.350	1.330	1.460	1.465	-0,3
Número de Consumidores por Empregado	695	661	714	692	729	5,3
Energia Fornecida (MWh) /Empregado	1.500	1.405	1.668	1.576	1.805	14,5
Número de Localidades Atendidas	224	224	224	224	224	0
Número de Agências	67	68	68	229	113	-49,3
Número de Postos de Atendimento	30	30	30	0	116	116
Número de Postos de Arrecadação	1.577	1.505	1.506	1.432	2.711	47,2
MERCADO						
Área de Concessão (km)	251,5	251,5	251,5	251,5	215,5	0
Demanda Máxima (MW)	552	535	555	583	660	13,1
Distribuição Direta (GWh)	1.830	1.897	2.219	2.302	2.628	14,2
Consumo Médio Residencial por Consumidor (kWh/Ano)	86,2	89,2	102,3	99,7	109,2	9,6
Tarifas Médias de Fornecimento (R\$ por MWh)	311,5	319,5	313,9	332,9	365,3	9,7
TOTAL (EXCETO CURTO PRAZO)	1.830.480	1.896.627	2.218.863	2.301.658	2.627.829	14,2
Residencial (MWh)	759.959	807.695	989.528	1.028.674	1.194.233	16,1
Comercial (MWh)	369.849	388.716	453.775	491.320	572.242	16,5
Industrial (MWh)	235.932	231.367	251.424	245.272	227.822	-7,1
Rural (MWh)	81.719	79.862	98.277	102.054	128.646	26,1
Suprimento (MWh) (Contrato Inicial)						
Outras Classes	383.021	388.987	425.859	434.338	504.886	16,2
OPERACIONAIS						
Número de Subestações	67	70	71	76	78	7,0
Linhas de Transmissão (km)	4.521	4.761	4.897	5.463	6.982	27,8
Redes de Distribuição (km)	42.439	45.690	54.353	58.889	67.203	14,1
Capacidade Instalada (MVA)	594	637	666	699	736	5,3

15. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Ministério de Minas e Energia - MME, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Operador Nacional do Sistema- ONS, aos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia Energética do Piauí, ao Governo do Estado do Piauí, às Prefeituras Municipais, consumidores, fornecedores e prestadores de serviços, pelo trabalho harmônico e pela confiança depositada em nossa administração, o que vem permitindo à Companhia elevar mais ainda seu padrão de eficiência e competitividade.

Agradecimentos especiais aos Conselheiros e Diretores que atuaram no exercício de 2012, a seguir: **DIRETORIA EXECUTIVA** - Marcos Aurélio Madureira da Silva – Presidente, Luís Hiroshi Sakamoto - Diretor de Gestão, Nellison Sergio Hoewell - Diretor Interino de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais, Luiz Armando Crestana – Diretor Comercial, Pedro Mateus de Oliveira – Diretor de Planejamento e Expansão, Ronaldo Ferreira Braga – Diretor Financeiro e Marcelino da Cunha Machado Neto- Diretor de Operação. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** - José da Costa Carvalho Neto – Presidente, Marcos Aurélio Madureira da Silva – Conselheiro, Francisco das Chagas Marques Ferreira – Conselheiro, Ricardo de Paula A. Monteiro – Conselheiro, José Roberto de M. R. P. Fernandes Júnior- Conselheiro e Sérgio Gonçalves de Miranda- Conselheiro. **CONSELHO FISCAL** - Wagner Montoro Júnior- Presidente, José Alberto Bezerra Magalhães – Conselheiro e Maria Teresa Pereira Lima- Conselheira.

Aos nossos consumidores, renovamos o compromisso com a melhoria permanente dos serviços prestados. Nossos reconhecimentos, também, aos empregados e demais colaboradores que com empenho e criatividade demonstraram sua participação na busca pelo alcance dos resultados do exercício de 2012, com a certeza de que o diferencial competitivo de qualquer organização está nas capacidade produtiva das pessoas, acreditamos no fortalecimento das ações de todos os nossos públicos visando o objetivo comum. Teresina-PI – Fevereiro 20 de 2013. A Administração.

Companhia Energética do Piauí Relatório dos auditores independentes e demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética do Piauí

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Piauí (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Piauí em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 36 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos acumulados em suas operações, patrimônio líquido (passivo a descoberto) e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício nos montantes de R\$ 999.171 mil, R\$ 223.506 mil e R\$ 54.248 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota 36, suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não

incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" PI

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0 "S" PI

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" PI

Companhia Energética do Piauí

Balanco patrimonial Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.923	45.208
Clientes	6	289.441	250.032
Tributos a recuperar	7	12.534	6.062
Direitos de ressarcimento	8	16.129	6.916
Almoxarifado	9	10.962	19.914
Outros ativos	10	17.524	27.510
		380.513	355.642
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Clientes	6	138.499	134.955
Tributos a recuperar	7	6.865	5.058
Cauções e depósitos vinculados	11	10.709	10.676
Ativo financeiro - concessões de serviço público	12	707.343	478.280
Outros ativos	10	1.118	1.118
		864.534	630.087
Investimentos		146	146
Imobilizado	13	60.526	26.661
Intangível	14	17.960	23.103
		943.166	679.997
Total do Ativo		1.323.679	1.035.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diário Oficial

44



Teresina(PI) - Sexta-feira, 19 de abril de 2013 • Nº 73

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	15	108.522	92.979
Fornecedores	16	141.929	93.544
Tributos a recolher	17	68.937	65.374
Obrigações estimadas	18	36.375	16.954
Encargos setoriais	19	5.206	10.214
Benefícios pós-emprego	20	13.313	14.497
Pesquisa e desenvolvimento	21	21.536	18.985
Outros passivos	22	38.943	34.773
		<u>434.761</u>	<u>347.320</u>
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	15	478.879	383.048
Tributos a recolher	17	48.206	30.139
Provisões para contingências	23	63.021	75.240
Benefícios pós-emprego	20	71.785	83.406
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	430.282	275.984
Pesquisa e desenvolvimento	21	19.392	24.787
Outros passivos	22	859	870
		<u>1.112.424</u>	<u>873.474</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	25	779.224	779.224
Prejuízos acumulados		(999.171)	(962.683)
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.559)	(1.696)
		<u>(223.506)</u>	<u>(185.155)</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>1.323.679</u>	<u>1.035.639</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2012	2011
Receita Operacional Líquida	26	1.171.114	805.228
Custo Operacional			
Custo com Energia Elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	27	(429.136)	(315.484)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(54.609)	(47.540)
		<u>(483.745)</u>	<u>(363.024)</u>
Custo de Operação			
Pessoal, material e serviços de terceiros	28	(205.605)	(123.946)
Depreciação e amortização		(15.391)	(20.268)
Outros		(55.211)	(3.904)
		<u>(276.207)</u>	<u>(148.118)</u>

Custo de Construção	28	(274.083)	(99.013)
Lu cro Bruto		137.079	195.073
Despesas Operacionais	28	(131.338)	(119.988)
Lu cro do Serviço de Energia Elétrica		5.741	75.085
Resultado Financeiro	29	(53.831)	(22.781)
Lu cro (Prejuízo) operacional antes da Lei 12.783/13		(48.090)	52.304
Ganho sobre a Lei 12.783/13	32	11.602	
Lu cro (Prejuízo) operacional após a Lei 12.783/13		(36.488)	52.304
Imposto de renda e contribuição social	33		(10.370)
Lu cro (Prejuízo) do exercício		<u>(36.488)</u>	<u>41.934</u>
Lu cro (Prejuízo) básico por ação		(0,0468)	0,0538
Lu cro (Prejuízo) diluído por ação		(0,0302)	0,0397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2012	2011
Lucro (Prejuízo) do exercício	(36.488)	41.934
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganhos atuariais com obrigações de benefícios a empregados	(1.863)	(5.008)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	<u>(1.863)</u>	<u>(5.008)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(38.351)</u>	<u>36.926</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Demonstração das mutações no patrimônio líquido (passivo a descoberto) Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajustes de avaliação	
			patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	779.224	(1.004.617)	3.312	(222.081)
Lucro do exercício		41.934		41.934
Ganhos atuais reais com obrigações de benefícios a empregados			(5.008)	(5.008)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	779.224	(962.683)	(1.696)	(185.155)
Prejuízo do exercício		(36.488)		(36.488)
Ganhos atuais reais com obrigações de benefícios a empregados			(1.863)	(1.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	779.224	(999.171)	(3.559)	(223.506)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Atividades Operacionais	31/12/2012	31/12/2011
Lucro (prejuízo) do exercício	(36.488)	41.934
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	16.374	22.007
Reversões para créditos de liquidação duvidosa, líquidas	(3.114)	(17.840)
Provisões para contingências	7.520	27.870
Juros, encargos, variações monetárias, líquidas	35.885	17.204
Atualização monetária do AFAC	24.882	26.796
Outras despesas	20.799	2.435
	102.346	78.472
Variação de ativos e passivos		
Clientes	(39.839)	(137.053)
Direitos de ressarcimento	(9.213)	3.705
Tributos a recuperar	(8.279)	(2.696)
Almoxarifado	8.952	(5.743)
Outros (ativo)	9.986	(11.876)
Canções e depósitos vinculados	(33)	5.328
Fornecedores	48.385	9.242
Encargos setoriais	(5.008)	4.501
Benefícios pós-emprego	(14.668)	(11.956)
Tributos a recolher	21.630	5.708
Obrigações estimadas	19.421	2.771
Adiantamento para futuro aumento de capital	129.416	65.235
Pesquisa e desenvolvimento	(2.844)	7.229
Provisão para contingências	(19.739)	(26.865)
Outros (passivo)	4.159	12.078
Recursos líquidos provenientes de operações	142.326	(80.392)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	208.184	40.014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	208.184	40.014
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(54.710)	(16.879)
Baixas (aquisições líquidas) do ativo intangível	(11.185)	49.635
Aquisições do ativo financeiro	(229.063)	(129.355)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(294.958)	(96.599)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	168.379	110.013
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(61.342)	(44.166)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(31.548)	(28.701)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	75.489	37.146
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(11.285)	(19.439)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	45.208	64.647
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	33.923	45.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética do Piauí

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2012	2011
Receitas	1.614.633	1.200.134
Receitas de vendas de energia e serviços	1.346.731	1.085.252
Receita de construção	274.083	99.013
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	3.114	17.840
Ganho sobre a Lei 12.783/13	11.602	
Outras despesas, líquidas	(20.897)	(1.971)
Insumos adquiridos de terceiros	(960.475)	(576.299)
Custo com energia elétrica	(483.745)	(363.024)
Custo de construção	(274.083)	(99.013)
Serviços de terceiros	(103.194)	(91.714)
Materiais	(6.713)	(6.530)
Outros custos operacionais	(92.740)	(16.018)
Valor adicionado bruto	654.158	623.835
Depreciação e amortização	(16.374)	(22.007)
Valor adicionado líquido gerado	637.784	601.828
Receitas financeiras	56.786	72.225
Valor adicionado a distribuir	694.570	674.053
Distribuição do valor adicionado	731.058	632.119
Pessoal	164.204	141.239
- Salário e outras remunerações	107.257	84.750
- Encargos sociais	41.207	43.005
- Outros	15.740	13.484
Governos	449.723	389.407
- Impostos, taxas e contribuições	449.723	389.407
Juros e demais despesas financeiras	110.617	95.006
Arrendamentos e aluguéis	6.514	6.467
Lucro (prejuízo) do exercício	(36.488)	41.934
Valor adicionado distribuído	694.570	674.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Energética do Piauí

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Companhia Energética do Piauí (“companhia”), sociedade por ações de capital fechado, com o controle acionário das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, detentora de 100% do seu capital social, é concessionária de serviço público de energia elétrica no Estado do Piauí, com sede social na Av. Maranhão, 759/Sul – Teresina-PI.

Seu objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como serviços que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas ao serviço público de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Para cumprir com as obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 1.456* empregados (1.470* em 31/12/2011) para atender a, aproximadamente, 1.062* mil consumidores (1.010* mil em 31/12/2011).

(*) Informações não auditadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. A administração da Companhia, objetivando a melhoria dos resultados, vem dando sequência às ações de implantação de ferramentas de gestão que visam à modernização e à redução de custos. Encontra-se em fase de elaboração o Planejamento Estratégico 2013, que terá como desafio principal interligar o Sistema de Gestão e Desempenho ao Contrato de Metas de Desempenho Operacional. Outras medidas visando à melhoria dos resultados da Companhia estão sendo tratadas, tais como intensificação das ações de combate à inadimplência, redução de despesas operacionais e redução de perdas com destaque aos investimentos do Projeto Energia +, cujo objetivo é o de elaborar e implementar um plano de ação e de investimentos com recursos do financiamento através do BIRD para ELETROBRAS com custos diferenciados.

Dentro das Novas Regras de Governança consta o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, que reporta desafios nas seguintes dimensões: econômico-financeira, operacional e socioambiental. Nele estão estabelecidos metas e resultados objetivando maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, bem com as condições de acompanhamento e monitoramento a vigorar até 31 de dezembro de 2014, conforme descrito a seguir:

- Consolidação da gestão integrada e realização do saneamento e equilíbrio econômico-financeiro;
- Aumento da eficácia e eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços, redução das perdas de energia e inadimplência;
- Modernização da estrutura organizacional e sistema de gestão, melhoria e integração dos processos administrativos, capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo das empresas.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou diversos contratos de empréstimos para cobertura de déficit operacional com a sua holding ELETROBRAS, conforme descrito na Nota 15, e espera para o próximo exercício melhorar o fluxo de caixa de suas operações, mediante a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, cujo processo de capitalização foi autorizado pela diretoria da Eletrobras através da CTA-DF 1874, de 23/02/2012, melhoria do faturamento, arrecadação e perdas técnicas e comerciais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2013.

2 Concessões

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 04/2001-ANEEL, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12/02/2001, a CEPISA detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, com vigência até 07/07/2015, podendo ser prorrogada pelo período de até 20 anos.

Concessão	Municípios	Período
Distribuição	224	02/2001 a 07/07/2015

a) Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 579, regulamentada pelo Decreto 7.805 de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e dá outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifários: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013 emitido em 23 de janeiro de 2013.

Por meio da aludida Lei, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, 5, 19 e 22 da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

A ANEEL divulgou, em 13 de setembro de 2012, os principais marcos para a implementação do disposto na MP nº 579/12, conforme abaixo:

Data	Evento
12/09/2012	Publicação da Medida Provisória 579/2012
17/09/2012	Edição do Decreto de regulamentação – 7.805/2012
15/10/2012	Prazo para manifestação de interesse de renovação de contratos de concessão pelas empresas
19/12/2012	Resolução homologatória provisória das cotas de energia para as distribuidoras
20/01/2013	Resolução homologatória definitiva das cotas de energia para as distribuidoras
05/02/2013	Revisão tarifária extraordinária das distribuidoras para percepção das tarifas pelos consumidores

Para o segmento de distribuição de energia elétrica, está prevista uma revisão tarifária extraordinária, a ocorrer em fevereiro de 2013, para estabelecimento das tarifas pelos consumidores. Ainda no que diz respeito à distribuição, especificamente das empresas do Sistema ELETROBRAS, a União não divulgou a regulamentação dos procedimentos e a metodologia para cálculo do valor de reembolso da geração nos Sistemas Isolados, portanto, quando publicada poderá ter efeito nos valores reconhecidos como obrigações e direitos de ressarcimento. Em 31 de dezembro de 2012, os valores reconhecidos em obrigações e direitos de ressarcimento montam em R\$ 484.805 (ativo financeiro em serviço) e R\$496.407 (Valor Novo de Reposição – VNR), respectivamente.

Impactos no negócio distribuição em geral:

1. Revisão tarifária extraordinária da Parcela A, com impactos a partir de 1º de março de 2013.
2. Redução ou eliminação de encargos regulatórios (CDE, CCC e RGR).
3. Potencial redução dos custos de geração e transmissão decorrente das concessões em fase de prorrogação.
4. Eliminação dos impactos de variação cambial da compra de energia de Itaipu para os consumidores, considerando que o Tesouro Nacional irá assumir esse custo.
5. Os componentes (2, 3 e 4) acima descritos fazem parte da Parcela A – custos não gerenciáveis pela concessionária, na redefinição da tarifa que é feita a cada aniversário do contrato de concessão (anualmente), portanto não são esperadas alterações nas margens dessas concessionárias.
6. Possível impacto no custo de compra de energia em função da alocação das cotas de garantia física de energia e potência das usinas hidrelétricas para o mercado regulado (cativo-distribuidoras), considerando a necessidade até então de compra de energia no mercado livre para cobrir a demanda dos consumidores.

Informações e Decisões da Companhia

Através da CT PR 090/2012 de 11/06/2012, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de renovação do contrato de concessão pelo prazo previsto em Lei que venha a disciplinar a matéria. Considerando o disposto no § 2º do Art. 2º do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamenta a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, a Companhia ratificou através da correspondência CT PR 148/2012 de 19 de setembro de 2012, o interesse de prorrogação do Contrato de Concessão nº 04/2001, manifestando concordância integral com as condições de prorrogação estabelecidas na Legislação.

Valor Novo de Reposição - VNR

Nos termos da MP nº 579 de 2012, faz-se necessário o cálculo das indenizações do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Companhia procedeu ao cálculo entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado, corrigido pelo IGPM e foram reconhecidos no resultado do exercício como receita R\$ 11.602. Na revisão tarifária que ocorrerá em agosto de 2013, o ativo financeiro será ajustado de acordo com base de remuneração homologada pela ANEEL.

A Companhia detém a seguinte concessão de distribuição afetada pela Lei nº 12.783/13:

Concessão de DISTRIBUIÇÃO				
Área de concessão	Valor residual regulatório (31/12/2012)	Valor residual antes da aplicação do VNR (31/12/2012)	Valor residual contabilizado com a aplicação do VNR (31/12/2012)	Ganho Lei 12.783/13 (31/12/2012)
Fluí	1.256.190	484.805	496.407	11.602
Total	1.256.190	484.805	496.407	11.602

Impactos nas concessões pela aplicação da lei nº 12.783/13:

a) Revisão tarifária extraordinária da Parcela A, com impactos a partir de 1º de março de 2013

A partir de 24 de janeiro de 2013, a ANEEL publicou as novas tarifas de fornecimento da Revisão Tarifária Extraordinária, considerando exclusivamente a parcela A, cujo principal componente é a compra de energia, uso do sistema e encargos setoriais. As tarifas do Grupo A3 foram reduzidas em 24,34%, as do Grupo A4 em 22,10%, baixa tensão convencional em 18,00%, e baixa renda em 16,40%.

b) Redução ou eliminação de encargos regulatórios (CDE, CCC e RGR)

Os encargos CCC e RGR foram extintos e o CDE foi reduzido em 75%.

c) Possível impacto no custo de compra de energia elétrica em função da alocação das cotas de garantia física de energia e potência das usinas hidrelétricas para o mercado regulado (cativo-distribuidoras)

O regime de cotas de garantia física de energia começou efetivamente a partir de janeiro de 2013. A tarifa média de compra das usinas que tiveram a concessão renovada ficou em R\$ 41,2 e em 2012 foi de R\$ 90,00, com isso estima-se uma redução média de 9,96% na compra de energia.

d) Impactos contábeis

Avaliação dos ativos reversíveis não amortizados no final da concessão – VNR (depreciado) para todos os contratos de concessão – prestação de serviço público.

Nos termos da MP nº 579 e do Decreto nº 7.805, ambos de 2012, faz-se necessário o cálculo das indenizações do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Companhia procedeu ao cálculo entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado, corrigido pelo IGPM e foram reconhecidos no resultado do exercício como receita R\$ 11.602. Na revisão tarifária que ocorrerá em agosto de 2013, o ativo financeiro será ajustado de acordo com a base de remuneração regulatória homologada pela ANEEL.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e alguns ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano (Nota 4).

a) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigente a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração de resultado como receita ou despesa financeira.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

3.4 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.



a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Clientes” (Nota 6) e “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 5).

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

c) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros esta deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

3.5. Clientes

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida com base em estimativas da administração em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

3.6. Almoxarifado

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração da Companhia.

3.7. Ativo financeiro – concessões do serviço público

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado custo de capital regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa aos clientes.

3.8. Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, através da Resolução 474/2012.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	30-50
Máquinas	13-35
Veículos	7
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Em função da adoção da Orientação Técnica OCPC 01, os valores registrados como ativo imobilizado referem-se basicamente a bens de uso administrativo. Os demais ativos geradores de receita e vinculados à concessão foram reclassificados para ativos financeiros e intangíveis.

3.9. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ele prestado).

A vida útil-econômica dos bens é estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável. A Companhia calcula e contabiliza as quotas de amortização com aplicação das taxas respeitando a vida útil estimada de cada bem, integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição limitado ao prazo de concessão.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

3.10. Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisões para perdas, quando aplicável.

3.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.12. Financiamentos e empréstimos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 20 – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como

provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

a) Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de Tribunais.

3.15. Benefícios pós-emprego

A Companhia instituiu e patrocina a Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI, caracterizada como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) para a administração dos programas de benefícios pós-emprego, relativos a complementações previdenciárias.

A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste regime, as contribuições destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a data da sua admissão no plano, bem como para amortização dos benefícios relativos ao tempo anterior de serviço.

Os benefícios previdenciários concedidos pela FACEPI são:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de pensão por morte;
- Suplementação de aposentadoria especial e de ex-combatente; e
- Suplementação de abono anual.

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, tem a característica de Plano de Benefício Definido – BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida – CD, implantado a partir de 2010, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

Quanto ao programa diretamente gerenciado pela Companhia em benefício de antigos empregados não beneficiários da FACEPI, há a concessão de um pecúlio por morte e a cobertura de gastos com assistência médica, envolvendo uma população fechada.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em “Outros Resultados Abrangentes” durante o período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação ao plano de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois do desligamento do empregado.

3.16. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL.

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

3.17. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Adiantamento de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo exigível não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC (Nota 24).

3.18. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A ELETROBRAS é detentora de 100% das ações da Companhia.

3.19. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.



3.20. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o pronunciamento CPC 41.

3.21. Imposto de renda e contribuição social

A receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica está sujeita a impostos, taxas e contribuições que são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.22. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.23. Compromissos com o meio ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está substanciada nas previsões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA é o principal órgão na esfera federal e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR na esfera estadual.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.24. Subvenções governamentais – subvenção da tarifa aos consumidores de baixa renda

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela ELETROBRAS são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

3.25. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo

com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

- (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3.26. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.27. Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.28. Ativos e passivos regulatórios

As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação da CPC 00 – Estrutura Conceitual, como ativos e passivos regulatórios não são reconhecidos neste pronunciamento, por não atenderem à definição de ativos e passivos.

Os registros contábeis foram efetuados de modo a não influenciarem no resultado o balanço societário, conforme Resolução nº 396/2010 da ANEEL.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Companhia realiza estimativa mensal do faturamento de energia dos seus clientes denominada Renda Não Faturada – RNF que contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período

subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

A apuração da renda não faturada ocorre mensalmente, sendo lançada de acordo com cada livro de leitura e pode ser explicada da seguinte forma:

$$RNF = (A/B) \cdot C$$

Onde: RNF = Renda Não Faturada;

A = Faturamento do mês por livro;

B = Número de dias do período de consumo, correspondente ao livro faturado;

C = Número de dias decorridos entre a data da última leitura, correspondente ao livro faturado e o último dia do mês de faturamento.

Deste modo, são reconhecidos como receita de renda não faturada os valores apurados referentes aos dias que faltaram para completar o calendário civil e estornados no mês seguinte, quando há a efetivação do faturamento.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos Conta - Movimento	26.190	14.817
Aplicações Financeiras (i)	7.733	30.391
	<u>33.923</u>	<u>45.208</u>

(i) Estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A – BB-DTVM, nos termos da legislação específica para as empresas estatais, emanada do decreto-lei nº 1.290 de 3 de dezembro 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração federal indireta. A redução verificada é proveniente, principalmente, do resgate de valor aplicado para pagamento de fornecedores de materiais e serviços do Programa Luz para Todos (PLPT).

6 Clientes

6,1 Consumidores e concessionárias

	VENCIDOS				31/12/2012	31/12/2011
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS	(-) PCLD (6,3)		
ATIVO CIRCULANTE						
Consumidores						
Faturados	72.684	110.610	174.843	(176.456)	181.681	132.765
Renda Não Faturada	30.141			(312)	20.829	47.424
Créditos Renegociados (6.2)	47.905	9.825	15.211	(21.372)	5.569	41.500
Contribuição Iluminação Pública - CIP	4.614	960	740	(740)	5.574	4.327
Outros						3.528
	<u>155.344</u>	<u>121.395</u>	<u>190.794</u>	<u>(198.880)</u>	<u>268.653</u>	<u>229.544</u>
Concessionárias						
Suprimento	289		27.412	(6.913)	20.788	20.488
	<u>289</u>	<u></u>	<u>27.412</u>	<u>(6.913)</u>	<u>20.788</u>	<u>20.488</u>
TOTAL	<u>155.633</u>	<u>121.395</u>	<u>218.206</u>	<u>(205.793)</u>	<u>289.441</u>	<u>250.032</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Consumidores						
Créditos Renegociados (6.2)	201.893			(63.394)	138.499	134.955
	<u>201.893</u>	<u></u>	<u></u>	<u>(63.394)</u>	<u>138.499</u>	<u>134.955</u>
TOTAL	<u>357.526</u>	<u>121.395</u>	<u>218.206</u>	<u>(269.187)</u>	<u>427.940</u>	<u>384.987</u>

6.2 Créditos renegociados

Representa os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de clientes inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

Circulante	31/12/2012	31/12/2011
Residencial	27.169	26.323
Industrial	3.586	5.912
Comercial	9.945	10.804
Rural	2.644	2.460
Poder público	19.256	22.119
Iluminação pública	5.044	2.919
Serviço público	5.297	2.156
(-) PCLD	(21.372)	(31.193)
Subtotal	<u>51.569</u>	<u>41.500</u>
Não Circulante		
Residencial	20.625	19.991
Industrial	3.635	4.059
Comercial	31.315	19.274
Rural	1.621	1.731
Poder público	87.686	79.110
Iluminação pública	32.151	33.602
Serviço público	24.860	27.364
(-) PCLD	(63.394)	(50.176)
Subtotal	<u>138.499</u>	<u>134.955</u>
Total Geral	<u>190.068</u>	<u>176.455</u>



6.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa por classe de clientes estão demonstrados a seguir:

Classe de consumidor	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Residencial	21.778	12.535
Industrial	18.775	35.832
Comercial	18.152	26.642
Rural	10.886	11.472
Poder público		
Federal	62	712
Estadual	479	356
Municipal	8.079	1.808
Iluminação pública	740	57
Serviço público	97.576	93.929
Renda Não Faturada	312	
Parcelamento de contas de energia	84.766	81.369
Suprimento	6.913	6.920
Outras	669	669
	<u>269.187</u>	<u>272.301</u>
(-) Circulante	<u>(205.793)</u>	<u>(222.125)</u>

Não Circulante 63.394 50.176

A movimentação ocorrida nos saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

Saldo no início do exercício	(272.301)	(290.141)
Constituição de Provisão	(80.557)	(61.379)
Baixa de títulos considerados incobráveis	83.671	79.219
	<u>(269.187)</u>	<u>(272.301)</u>

A redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2012 é proveniente, principalmente, pela baixa dos créditos de energia elétrica das contas de até R\$ 5 mil consideradas incobráveis, como perda com clientes e da diminuição da inadimplência.

7 Tributos a recuperar

		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(i)	5.908	976
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(ii)	5.357	4.018
Programa de Integração Social - PIS		226	191
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.043	877
		<u>12.534</u>	<u>6.062</u>
Não Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(ii)	6.865	5.058
Total Geral		<u>19.399</u>	<u>11.120</u>

(i) O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(ii) Com base na Lei Complementar nº 102/2002, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível.

Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada da seguinte forma:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2012		4.018
2013	5.357	1.686
2014	2.288	1.686
2015	2.288	1.686
2016	2.289	
	<u>12.222</u>	<u>9.076</u>

8 Direito de ressarcimento

Neste grupo, a Companhia registra a tarifa social de baixa renda, direito estabelecido pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, cujo impacto é significativo na receita operacional da Companhia.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		
Tarifa social de baixa renda	16.129	6.916

O programa beneficia famílias que tenham renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou até três salários mínimos quando houver, entre seus membros, portador de doença ou patologia cujo tratamento necessite de equipamentos que dependam do consumo de energia, indígenas, quilombolas e aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada. Os valores das subvenções são apurados mensalmente e, após homologação pela ANEEL, os recursos financeiros são liberados pela ELETROBRAS, cujo aumento no saldo se deve ao acúmulo dos créditos a receber. O reconhecimento dessa subvenção econômica na receita, no que diz respeito à redução dos valores faturados, tem como contrapartida o ativo circulante.

A variação verificada nesta rubrica é decorrente da falta de recebimentos dos créditos junto a ELETROBRAS dos meses de novembro e dezembro de 2012, bem como o saldo remanescente a ser ressarcido pela ELETROBRAS no valor de R\$ 3.722.

9 Almozarifado

O almozarifado é demonstrado ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos da concessionária destinados para consumo nas suas atividades.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Almozarifado	4.497	7.350
Destinados a alienação	3.317	3.256
Triagem (i)	<u>3.148</u>	<u>9.308</u>
	<u>10.962</u>	<u>19.914</u>

(i) Os materiais classificados como triagem são analisados quanto a sua utilização e, posteriormente, destinados para alienação ou retornados para o almozarifado.

10 Outros ativos

Os outros ativos são compostos pelas seguintes contas:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		
Adiantamentos a empregados	2.062	1.666
Despesas antecipadas - Prêmios de seguros	1.816	845
Dispêndios a reembolsar	312	312
Dispêndios a reembolsar em curso	224	505
Alienações em curso	490	10.499
Desativações em curso	6	(231)
Serviços em curso (i)	7.779	12.079
Outros devedores	1.317	682
Outros	<u>3.518</u>	<u>1.153</u>
	<u>17.524</u>	<u>27.510</u>

Não Circulante

Títulos de créditos a receber	940	940
Outros	<u>178</u>	<u>178</u>
	<u>1.118</u>	<u>1.118</u>

(i) A variação verificada na linha de serviço em curso refere-se, principalmente, ao encerramento de Ordens de Serviços (ODS) do Programa de Eficiência Energética (PEE).

11 Cauções e depósitos vinculados

Abaixo, detalhamento das cauções e depósitos vinculados:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Depósitos vinculados - cíveis	935	2.717
Depósitos vinculados - tributárias	89	
Depósitos vinculados - trabalhistas	6.713	5.302
Atualização de depósitos vinculados	2.972	2.657
Total Geral	<u>10.709</u>	<u>10.676</u>

12 Ativo financeiro – concessões de serviço público

O contrato de concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº04/2001, celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionário – Operador) regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia.

Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. Essa indenização refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	Em serviço			Em curso			Total
	Obrigações		Valor	Obrigações		Total	
	Custo	Especiais(i)	Líquido	Custo	Especiais(i)		
Em 31 de dezembro de 2010	334.430	(123.435)	210.995	214.693	(76.463)	138.230	348.925
Adições	(134.392)	(111.837)	(246.229)	376.894	(1.310)	375.584	129.355
Transferências	385.676		385.676	(385.676)		(385.676)	
Em 31 de dezembro de 2011	<u>585.414</u>	<u>(235.272)</u>	<u>350.142</u>	<u>205.911</u>	<u>(77.773)</u>	<u>128.138</u>	<u>478.280</u>
Adições				281.962	(64.501)	217.461	217.461
Transferências	276.937	(142.274)	134.663	(276.937)	142.274	(134.663)	
Valor novo de reposição	11.602		11.602				11.602
Em 31 de dezembro de 2012	<u>873.953</u>	<u>(377.546)</u>	<u>496.407</u>	<u>2.10.936</u>	<u>210.936</u>	<u>210.936</u>	<u>707.343</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

(i) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais)

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais são amortizadas pelas mesmas taxas dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

13 Imobilizado

	SALDO EM		TRANSFERÊNCIAS			SALDO EM
	31/12/2010	ADIÇÕES(1)	CUSTO/SERVIÇO	BAIXAS	DEPRECIACÃO	
Administração						
Em serviço	42.041	697	9.266	(19.624)		32.380
Depreciação Acumulada	(10.693)				(4.199)	(14.892)
Em curso	2.876	15.563	(9.266)			9.173
Total	34.224	16.260		(19.624)	(4.199)	26.661

	SALDO EM		TRANSFERÊNCIAS			SALDO EM
	31/12/2011	ADIÇÕES(1)	CUSTO/SERVIÇO	BAIXAS	DEPRECIACÃO	
Administração						
Em serviço	32.380		35.171	(720)		66.831
Depreciação Acumulada	(14.892)				(46)	(14.938)
Em curso	9.173	34.631	(35.171)			8.633
Total	26.661	34.631		(720)	(46)	60.526

(i) No exercício findo em 31 de dezembro 2012, o aumento das adições é proveniente, principalmente, das aquisições de bens da administração central (equipamentos gerais) para equipar os escritórios da sede e do interior do estado do Piauí.

As principais taxas anuais de depreciação de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474/2012, são as seguintes:

Administração / Comercialização	Taxas anuais médias de depreciação %
Equipamentos gerais	10,00
Edificações - outras	3,33
Veículos de uso administrativo	14,29
Equipamentos gerais de informática	16,67
Urbanização e benfeitorias	3,33
Sistemas de vigilância eletrônica	4,00
Software	20,00

14 Intangível

Com a adoção da ICPC 01, os ativos fixos tangíveis das concessões foram reclassificados para a rubrica de intangíveis das concessões – ICPC 01.

Este grupo é formado por intangível que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados), conforme demonstrado a seguir:

	SALDO EM				TRANSFERÊNCIAS	SALDO EM
	31/12/2010	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES		
Vinculados à Concessão - Distribuição						
Em serviço						
Ativo Intangível	239.943		(29.315)		78.621	289.249
Amortização acumulada	(46.071)			(17.808)		(63.879)
Obrigações especiais	(141.372)	(65.541)	2.775			(204.138)
	52.500	(65.541)	(26.540)	(17.808)	78.621	21.232
Em curso						
Ativo Intangível	40.550	62.427			(78.621)	24.356
Obrigações especiais	(20.312)	(11.944)	9.771			(22.485)
	20.238	50.483	9.771		(78.621)	1.871
Total	72.738	(15.058)	(16.769)	(17.808)		23.103

	SALDO EM				TRANSFERÊNCIAS	SALDO EM
	31/12/2011	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES		
Vinculados à Concessão - Distribuição						
Em serviço						
Ativo Intangível	289.249		(62.895)		40.847	267.201
Amortização acumulada	(63.879)			(16.328)		(80.207)
Obrigações especiais	(204.138)		50.945		(22.485)	(175.678)
	21.232		(11.950)	(16.328)	18.362	11.316
Em curso						
Ativo Intangível	24.356	23.135			(40.847)	6.644
Obrigações especiais	(22.485)				22.485	
	1.871	23.135			(18.362)	6.644
Total	23.103	23.135	(11.950)	(16.328)		17.960

Os critérios utilizados para amortização do ativo intangível preveem de forma estimada o período da vida útil de cada bem contido na infraestrutura de distribuição. Assim, esses bens são amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Esta estimativa é revisada periodicamente e aceito pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura. Assim sendo, esses bens dever ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Provisão do valor de recuperação dos ativos (*impairment*)

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

15 Financiamentos e empréstimos

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda nacional						
ELETROBRAS	107.154	471.217	578.371	87.953	375.314	463.267
Instituições Financeiras	278	1.440	1.718	278	2.219	2.497
CHESF				3.064		3.064
Total moeda nacional	107.432	472.657	580.089	91.295	377.533	468.828
Moeda estrangeira						
Instituições Financeiras	1.090	6.222	7.312	1.684	5.515	7.199
Total moeda estrangeira	1.090	6.222	7.312	1.684	5.515	7.199
	108.522	478.879	587.401	92.979	383.048	476.027

(a) Detalhamento dos financiamentos e empréstimos

Fonte	Contrato	Data de Assinatura	Objetivo	Juros	Último Vencimento
ELETROBRAS	Diversos	Diversas	Expansão das linhas e redes de distribuição e linhas de transmissão	5,00% a.a.	2019
Banco do Brasil	BB27003	10/02/1995	Refinanciamento de débito	10,00% a.a.	2014
Banco do Brasil	Morgan	31/12/1997	Refinanciamento de débito em moeda estrangeira	8,46% a.a.	2014

(b) Composição do saldo da dívida, por indexador

Moeda Nacional	31/12/2012		31/12/2011	
	R\$	%	R\$	%
RGR	364.865	62,9	439.575	93,76
IGP-M	193.238	33,3	5.561	1,19
FINEL	21.986	3,8	23.692	5,05
	580.089	100,0	468.828	100,00

Moeda de origem	31/12/2012			31/12/2011		
	R\$	%		R\$	%	
Dólar norte americano	3.578	7,312	100	4.680	7,199	100

(c) Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	31/12/2012	31/12/2011
2012		19.203
2013		24.078
2014	149.832	168.064
2015		171.703
2016	23.533	
2017	31.778	
2018 em diante	273.736	
	478.879	383.048

(d) Movimentação dos financiamentos e empréstimos

	2012	2011
Saldo no início do exercício	476.027	421.677
Captações	168.379	110.013
Pagamentos de principal e juros	(92.890)	(72.867)
Encargos	34.418	14.025
Variação monetária	1.467	3.179
Saldo no fim do exercício	587.401	476.027

16 Fornecedores

A composição do saldo está demonstrada a seguir:



	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fornecedores de materiais e serviços nacionais (i)	92.032	47.299
Fornecedores de energia elétrica		
Energia elétrica - CCEAR	24.081	29.044
Uso da rede básica	5.214	4.872
Energia de curto prazo (ii)	2.613	1.350
Energia livre (iii)	9.922	9.108
Retenção contratual	7.129	1.529
Outros	938	342
Total Geral	141.929	93.544

(i) A variação de R\$ 44.733 na conta de materiais e serviços é proveniente, principalmente, das obrigações na aquisição de máquinas e equipamentos para a rede de distribuição, principalmente do Programa Luz para Todos.

(ii) A variação refere-se à elevação do Preço de Liquidação e Diferenças – PLD, utilizado para o cálculo das despesas da sobre contratual do mercado de energia de curto prazo.

(iii) Durante o período de racionamento houve comercialização de energia elétrica não contratada, denominada energia livre, que se refere à energia ofertada no sistema elétrico, não proveniente dos contratos iniciais ou equivalentes.

17 Tributos a recolher

A composição do saldo desta rubrica está descrita a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		
Imposto de Renda (v)	2.204	7.057
Contribuição Social (v)	566	2.634
PASEP / COFINS (i)	11.035	9.500
FGTS	1.353	1.422
ISS	801	538
INSS (iv)	7.939	11.882
ICMS (iii)	27.892	22.850
PAES / REFIS (ii)		2.025
Outros	17.147	7.466
	68.937	65.374
Não Circulante		
Imposto de Renda (v)	5.314	
Contribuição Social (v)	1.888	
PASEP / COFINS (i)	20.512	279
FGTS	3.827	3.934
INSS (iv)	10.288	13.507
ICMS (iii)	2.995	4.729
PAES / REFIS (ii)	3.263	7.571
Outros	119	119
	48.206	30.139
TOTAL	117.143	95.513

(i) Aumento decorrente do parcelamento efetuado junto a Receita Federal do Brasil referente ao Pis e Cofins do período de competência dezembro/2011 a março/2012, em 60 (sessenta) parcelas e pela correção pela taxa SELIC.

(ii) Em setembro de 2009, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, sendo o mesmo consolidado pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN em junho 2011, sendo 84 parcelas na PGFN e 44 parcelas na RFB. Os valores da RFB referem-se a PIS e COFINS e da PGFN às multas por infrações à CLT e estão sendo realizados e atualizados mensalmente pela SELIC.

(iii) A variação é decorrente do aumento do faturamento do exercício de 2012.

(iv) INSS refere-se ao parcelamento feito com a Receita Federal do Brasil – RFB referente ao pagamento em pecúnia do vale refeição aos empregados e não recolhido o INSS.

(v) Referem-se a parcelamentos junto a Receita Federal do Brasil – RFB.

18 Obrigações estimadas

Contabilização da estimativa das obrigações em potencial referentes a férias e encargos devidas aos empregados, sem prejuízo da remuneração mensal, na vigência do contrato de trabalho, e dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, provisionadas.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Férias	8.030	6.733
Gratificação de férias	6.022	5.413
Contribuições recolhíveis ao INSS	4.075	3.741
FGTS	1.124	1.067
Obrigações diversas	17.124	
	36.375	16.954

19 Encargos setoriais

Os dados apresentados nesta rubrica tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contrato de concessão, definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL para assegurar, dentre outros objetivos, o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

Os saldos apresentados de encargos setoriais estão compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Reserva Global de Reversão - RGR		3.974
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.641	2.395
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	461	405
Encargo de Capacidade Emergencial	2.928	3.293
Taxas de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	176	147
	5.206	10.214

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia, através da Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI, mantém plano de aposentadoria de benefício definido (Plano BD), sob o regime financeiro básico de capitalização para os benefícios programados. Esse plano está em extinção desde 30/11/2000.

A FACEPI é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários da Companhia, sua patrocinadora.

Para o suporte das obrigações acumuladas antes da implantação do plano previdenciário com características de contribuição definida, levando em conta o saldamento do plano anterior, a Companhia comprometeu-se a amortizar o Saldo da Provisão Matemática a Constituir, através da subscrição de um contrato de confissão de dívidas.

O plano de benefícios definidos, para a população já fechada, garante os benefícios de complementação de aposentadorias por idade até o nível da média dos últimos trinta e seis salários, com um mínimo de 20% sobre o

mesmo, a complementação de aposentadorias por tempo de serviço, na mesma base, além da complementação de aposentadorias por invalidez e especiais. Garante, também, a complementação da pensão por morte, em até 100% do benefício principal, auxílio doença por afastamento temporário, auxílio funeral e um pecúlio por morte, de pagamento único, de valor equivalente a 1/5 do maior teto da Previdência Social.

Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela FACEPI.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes do Plano está abaixo demonstrado:

Dados Populacionais	2012	2011
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - n°	887	888
1.2. Idade Média	57	56
1.3. Serviço Creditado (total)	41	30
1.4. Tempo para Aposentadoria	4	5
1.5. Salário Médio em R\$	5.926	5.598
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - n°	423	435
2.2. Idade Média	69	68
2.3. Benefício Médio em R\$	1.518	1.436
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - n°	287	276
3.2. Idade Média	53	51
3.3. Benefício Médio em R\$	591	615
População Total	1.597	1.599

20.1. Termos de compromissos

Os contratos com a FACEPI têm o seguinte perfil de vencimento:

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Termo de compromisso (i)	7.786	8.285
Contrato de confissão e parcelamento de dívida (ii)	5.527	6.212
Subtotal	13.313	14.497
Não circulante		
Termo de compromisso (i)	31.897	47.068
Contrato de confissão e parcelamento de dívida (ii)	39.888	36.338
Subtotal	71.785	83.406
Total de benefícios pós-emprego	85.098	97.903

(i) Termo firmado em 11/12/2000, relativo ao saldamento do plano de benefícios da FACEPI.

(ii) Contrato firmado em 19/09/1997, com cláusula de atualização monetária com base na variação anual do INPC e juros de 6% ao ano, pagável em 180 parcelas mensais, a partir de julho de 2002.

Durante o exercício de 2012, os valores pagos pela Companhia à FACEPI, referentes à amortização das parcelas dos débitos e às despesas administrativas foram, respectivamente, R\$ 17.418 e R\$ 1.769 (2011 - R\$ 12.160 e R\$ 1.081).

20.2. Efeitos do plano de benefício definido

(a) Hipóteses atuariais e econômicas

Hipóteses econômicas	2012	2011
Taxa anual de juro atuarial real (i)	3,28%	5,50%
Taxa anual de inflação projetada	4,89%	4,50%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%	2,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98%	100%
Hipóteses atuariais	2012	2011
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano foi de R\$ 29.029 (2011 - R\$ 17.109).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

(b) Planos de benefícios em 31 de dezembro

	2012	2011
Alterações nas obrigações		
Obrigações com benefícios projetadas no início do exercício	238.259	214.928
Custo do serviço corrente	2.035	3.453
Custos dos juros	23.436	21.243
Benefícios pagos/adiantados	(9.893)	(9.435)
Perdas Atuariais	20.972	8.069
Obrigações com benefícios projetadas no fim do exercício	274.809	238.258
Alterações nos ativos financeiros		
Valor justo dos ativos no início do exercício	160.833	139.830
Retorno esperado dos investimentos	15.974	14.560
Contribuições patronais	14.752	13.329
Benefícios pagos/adiantados	(9.892)	(9.435)
Ganhos atuariais	13.055	2.549
Valor justo dos ativos no fim do exercício	194.722	160.833
Estado de cobertura no final do exercício	(80.087)	(77.425)
Dívida contratada	(85.098)	(97.903)
Custo periódico líquido (resultado)		
Custo do serviço líquido (líquido de contribuições de beneficiários)	2.032	1.638
Custo de juros	23.436	21.243
Retorno esperado dos ativos financeiros	(15.974)	(14.560)
Total do custo periódico líquido	9.497	8.321

As principais categorias de ativos do plano no final do exercício e que impactaram o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:



Descritivo	2012	2011
Valores disponíveis imediatos	177	2.743
Realizáveis previdenciários	1	43.613
Investimentos em fundos	182.400	146.864
Investimentos imobiliários	7.419	7.568
Empréstimos e financiamentos	4.839	3.696
(-) Exigíveis previdenciários	(115)	(43.652)
Total dos ativos	194.721	160.833

(c) Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2012	31.12.2011
Programa previdenciário	3.559	(1.696)

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício	31.12.2012	31.12.2011
Programa previdenciário	(1.863)	(5.008)

(d) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 4.003 com o plano de benefícios definidos durante o próximo exercício.

(e) Histórico dos ajustes

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	274.809	238.258	214.928	220.755
Valor justo dos ativos do plano	(194.721)	(160.833)	(139.830)	(126.807)
Déficit	80.088	77.425	75.098	93.948
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	20.972	8.069	(2.253)	228.714
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	13.055	2.549	(366)	124.061

21 Pesquisa e desenvolvimento

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Pesquisa de desenvolvimento - P&D (i)	7.013	7.309
Pesquisa de desenvolvimento - P&D - Lei 12.111/09 (ii)	473	372
Programa de eficiência energética - PEE (i)	14.050	11.304
	21.536	18.985
Não Circulante		
Pesquisa de desenvolvimento - P&D (i)	8.501	7.053
Programa de eficiência energética - PEE (i)	10.891	17.734
	19.392	24.787
Total Geral	40.928	43.772

(i) A Companhia reconheceu o passivo relacionado a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento, até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008. A redução na linha de Programa de Eficiência Energética (PEE) foi proveniente do encerramento das Ordens de Serviços (ODS) do referido programa.

(ii) A Lei n.º 9.991 de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, foi alterada pela Lei n.º 12.111, de 9 de dezembro de

2009, visando a criação de um encargo setorial para ressarcimento de Estados e Municípios que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação do ICMS incidente sobre os combustíveis fósseis utilizados na geração de energia, em decorrência da interligação dos respectivos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional. O encargo equivale a 0,30% (trinta centésimos por cento) da receita operacional líquida da Companhia e tem vigência até 31 de dezembro de 2012.

22 Outros passivos

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Consumidores (i)	2.183	1.428
Folha de pagamento	2.822	4.880
Multa da ANEEL (ii)	13.880	13.125
Contribuição Iluminação Pública - CIP (iii)	9.515	8.174
Obrigações com consumidores	9.851	6.867
Outros	692	299
	38.943	34.773
Não Circulante		
Programa Emergencial Red. Consumo E. Elétrica	732	743
Outros	127	127
	859	870

(i) Obrigações de clientes de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(ii) Valores provisionados referentes à aplicação de penalidades pela ANEEL pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato de concessão, tais como: nível de tensão, conservação de equipamentos e instalações.

(iii) Contribuição de Iluminação Pública – CIP – corresponde aos valores arrecadados que serão repassados às prefeituras municipais.

23 Provisão para contingências

As provisões para contingências são baseadas na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das possíveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	18.810	9.486	26.103	7.059
Cíveis	27.163	1.131	31.985	3.617
Tributárias	17.048	92	17.152	
	63.021	10.709	75.240	10.676

Abaixo, a movimentação ocorrida nos saldos da provisão para contingências:

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2012
Trabalhistas	26.103	10.878	(1.434)	(16.737)	18.810
Cíveis	31.985	7.972	(9.836)	(2.958)	27.163
Tributárias	17.152	52	(112)	(44)	17.048
	75.240	18.902	(11.382)	(19.739)	63.021

A redução de R\$ 12.219 refere-se às reversões nas contingências cíveis, fiscais e tributárias pelo jurídico, por conta da mudança da probabilidade de saída de recursos de provável para possível.

A Companhia destaca a seguir os processos trabalhistas, cíveis e tributários, com perda estimada como provável, possível e remota, de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no exercício:

Processos judiciais em 31/12/2012				
Probabilidade de saída de recurso				
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	18.810	40.161	2.183	61.154
Cíveis	27.163	192.711	85.682	305.556
Tributárias	17.048	169.590		186.638
	63.021	402.462	87.865	553.348

Processos judiciais em 31/12/2011				
Probabilidade de saída de recurso				
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	26.103	24.075	918	51.096
Cíveis	31.985	169.792	83.792	285.569
Tributárias	17.152	98.372		115.524
	75.240	292.239	84.710	452.189

23.1. Trabalhistas

Refere-se a diversas ações movidas contra a Companhia, por ex-empregados e empregados, envolvendo hora-extra, adicional de periculosidade, equiparação e reenquadramento salarial, insalubridade, diferenças de FGTS, indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho e reintegração de demitidos, conforme descrevemos a seguir:

Contingências Trabalhistas	31/12/2012	31/12/2011
SINTEPI / MPT	8.532	14.619
INSS	81	1.236
Ex-empregados da Companhia	2.425	2.676
Ex-empregados de empreiteiras	4.446	450
Empregados	3.326	7.122
	18.810	26.103

A diminuição do saldo de contingências trabalhistas ocorre, principalmente, pelo pagamento da ação do PCCS (Plano de Cargo, Carreira e Salário), que diz respeito a um processo trabalhista movido pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí - SINTEPI, cobrando a retroatividade da implantação do PCCS. Consta no ACT/2005 a implantação deste plano em agosto de 2005. Como a Companhia o implantou em dezembro de 2005, sem retroatividade, o Sindicato ajuizou reclamação trabalhista pleiteando a referida diferença. Em 2012, a redução do saldo é decorrente dos pagamentos efetuados.

23.2. Cíveis

As principais ações são provenientes de indenizações por danos morais e materiais, movidas por pessoas físicas e jurídicas, e de ações de repetição do indébito, que visam à restituição de valores que o autor entende que foram pagos indevidamente, sendo as detectadas com expectativa provável de saída de recursos, devidamente provisionadas, as quais descrevemos abaixo:

Contingências Cíveis	31/12/2012	31/12/2011
Indenização por perdas	4.401	10.587
Comercialização de energia e produtos		716
Indenização - ENGESER	8.000	5.000
Indenização - VELEI RO AGRÍCOLA	1.000	1.000
Rescisão de contrato - empresa EVOLUON		5.000
Indenização Produtos Vegetais do Piauí S/A	3.153	3.446
Indenização Setel Serviços Temporários		1.000
Indenização Construtora Gautama	2.000	2.000
Indenização Santa Rosa	1.000	1.000
Anulatória Município de Oeiras (PI)	1.000	
Indenização Raimundo Santos/Luis R. Moraes	635	
Ministério Público Estadual	476	
Oriente Instalações e Comércio Ltda	264	
Construtora Jurema	575	
Moana Premoldados	517	
Município de Parnaíba	752	
Vera Cruz Seguradora S/A	254	
Indenização Teresa de Jesus Soares/Thadeu Costa Carvalho	496	
Outras	2.640	2.236
	27.163	31.985

23.3. Tributárias

As ações tributárias provisionadas, consideradas com expectativa provável de saída de recurso, são as seguintes:

Contingências Tributárias	31/12/2012	31/12/2011
ICMS	4.036	4.037
ISS	8.011	8.011
Tributos Federais	5.001	5.104
	17.048	17.152

A Companhia sofreu processo de fiscalização por parte da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ, referente aos procedimentos fiscais adotados no registro e apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, relativo ao período de janeiro de 2001 a dezembro de 2007, sendo lavrados, contra a Companhia, quatorze autos de infração, no total atualizado de R\$ 95.863 suportada pela avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, este valor não foi provisionado por ser considerado como probabilidade de perda possível.

Discriminação do Fato	Auto de Infração		Valor	
	nº	Data	Original	Atualizado
Consumidor não enquadrado como órgão público	32.794	30/07/2003	17.371	13.293
ICMS consumidor industrial	32.796	30/07/2003	6.857	7.821
ICMS competência dez/2005	32.797	30/07/2003	5.965	6.440
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.147	17/12/2007	821	1332
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.148	17/12/2007	9.620	15.783
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.149	17/12/2007	11.501	19.100
ICMS - subvenção consumidor baixa renda (Lei 10.604)	48.150	17/12/2007	13.380	22.395
Atraso na entrega do Convênio 115/03	48.461	04/06/2007	4.926	6.496
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.462	02/07/2007	39	63
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.463	02/07/2007	112	183
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.464	02/07/2007	174	287
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.465	02/07/2007	326	545
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.466	02/07/2007	618	1.050
Apropriação de crédito fiscal do ativo permanente	48.467	02/07/2007	626	1.075
			72.336	95.863



24 Adiantamento para futuro aumento de capital

Os recursos recebidos da ELETROBRAS até 31 de dezembro de 2012, registrados contabilmente no passivo não circulante, foram atualizados e alcançaram o montante de R\$ 430.282 (2011 – R\$ 275.984), conforme composição abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo no início do exercício	275.984	183.953
Liberação	102.620	65.235
Atualização monetária até 2011	26.796	26.796
Atualização monetária em 2012	<u>24.882</u>	
Saldo no fim do exercício	<u>430.282</u>	<u>275.984</u>

25 Capital social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2012 está representado por ações, como segue:

Espécie/Classe das ações	Ações	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Ordinárias	744.131.334	95,50%
Preferenciais - Classe "A"	19.310.694	2,48%
Preferenciais - Classe "B"	15.781.524	2,02%
	<u>779.223.552</u>	<u>100,00%</u>

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei.

As ações preferenciais não têm direito de voto na assembleia geral de acionistas e gozarão das seguintes vantagens:

- Prioridade na distribuição e recebimento de dividendos anuais de até 10%, calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais classe "A";
- Montante de dividendos equivalente no mínimo a 10%, calculados sobre o valor da parcela de capital representado pelas ações preferenciais Classe "B"; e,
- Prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

26 Receita operacional líquida

	Nº Consumidores		MWh		R\$ mil	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
FORNECIMENTO						
Residencial	930.429	883.714	1.194.233	1.028.674	686.903	534.005
Industrial	3.786	3.765	227.822	245.272	85.821	82.079
Comercial	77.547	74.566	572.242	491.320	295.972	235.405
Rural	30.073	29.377	128.646	102.054	44.549	33.044
Poder Público	14.248	13.769	203.878	172.104	98.398	78.047
Iluminação Pública	837	857	14.904	12.732	45.698	36.442
Serviço Público	4.949	3.847	152.184	131.156	55.696	45.316
Consumo Próprio	225	171	3.920	3.346		
Não Faturado					(17.282)	5.158
Remuneração do Ativo Financeiro					(54.802)	(42.728)
Receita de Distribuição					(609.540)	(519.959)
Total	<u>1.062.094</u>	<u>1.010.066</u>	<u>2.627.829</u>	<u>2.301.658</u>	<u>631.413</u>	<u>486.809</u>

SUPRIMENTO

Energia Elétrica de Curto Prazo	13.390	26.572
Total	<u>13.390</u>	<u>26.572</u>

OUTRAS RECEITAS

Disponibilidade da Rede Elétrica	26.511	18.417
Construção	274.083	99.013
Receita de Distribuição	609.540	519.959
Outros	65.900	33.495
Total	<u>976.034</u>	<u>670.884</u>
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>1.620.837</u>	<u>1.184.265</u>

DEDUÇÕES

ICMS	278.916	224.773
PIS	22.237	18.068
COFINS	102.423	83.227
RGR	807	4.683
CCC	25.724	24.844
CDE	5.535	4.861
P&D e PEE	10.808	8.731
Encargos Emergenciais	(5)	(5)
Outras	3.278	9.855
Total	<u>449.723</u>	<u>379.037</u>
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>1.171.114</u>	<u>805.228</u>

(i) A atividade de comercialização deverá realizar transferência de receita para a atividade de distribuição, conforme determinado na instrução contábil 6.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, cujo cálculo leva em consideração uma única tarifa de uso dos sistemas de distribuição – TUSD média, homologada pela ANEEL.

27 Custo com energia elétrica

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	31/12/2012			31/12/2011		
	<u>Nº Clientes</u>	<u>GWh</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Nº Clientes</u>	<u>GWh</u>	<u>R\$ mil</u>
Fornecimento (CCEAR)	1.062.094	4.018	378.125	1.010.066	3.831	312.497
Uso da Rede de Transmissão			54.609			47.540
Comercialização CCEE - curto prazo			41.986			2.987
PROINFA		61	9.025		57	
Total	<u>1.062.094</u>	<u>4.079</u>	<u>483.745</u>	<u>1.010.066</u>	<u>3.888</u>	<u>363.024</u>

A variação verificada no custo com energia elétrica é proveniente, principalmente, do aumento do preço do Mwh praticado nos leilões de compra de energia e do aumento do consumo de energia elétrica.

28 Custo de operação, de construção e despesas operacionais

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/2012			Total
	Custo de Operação	Custo de Construção	Despesas Operacionais	
Pessoal (i)	138.013		26.191	164.204
Material	5.612		1.101	6.713
Serviços de Terceiros (ii)	61.980		41.214	103.194
Depreciação e Amortização	15.391		983	16.374
Arrendamentos e Aluguéis	4.931		1.584	6.515
Provisões Operacionais (28.1) (iii)	4.950		(545)	4.405
Construção		274.083		274.083
(-) Recuperação de Despesas	(1.168)		(3.910)	(5.078)
Perdas Comerciais			60.183	60.183
Outros	46.498		4.537	51.035
Total	276.207	274.083	131.338	681.628

	31/12/2011			Total
	Custo de Operação	Custo de Construção	Despesas Operacionais	
Pessoal (i)	85.036		56.203	141.239
Material	3.815		2.715	6.530
Serviços de Terceiros (ii)	35.095		56.619	91.714
Depreciação e Amortização	20.268		1.739	22.007
Arrendamentos e Aluguéis	2.266		4.201	6.467
Provisões Operacionais (28.1) (iii)			10.031	10.031
Construção		99.013		99.013
(-) Recuperação de Despesas			(1.752)	(1.752)
Ganhos Comerciais			(19.163)	(19.163)
Outros	1.638		9.395	11.033
Total	148.118	99.013	119.988	367.119

(i) Aumento proveniente, principalmente, do reflexo do Acordo Coletivo de Trabalho/12 (em torno de 7,5%).

(ii) Aumento proveniente, principalmente, de contratações de empresas de manutenção na rede de distribuição de diversas cidades do interior do estado do Piauí.

(iii) A redução é decorrente, principalmente, de pagamentos de ações cíveis e trabalhistas, baixa de contas de energia elétrica consideradas incobráveis, redução da inadimplência, e reversão da PCLD em função de parcelamentos de contas de energia elétrica efetuados em 2012.

28.1 Provisões operacionais

	31/12/2012	31/12/2011
Contingências	7.519	27.871
PCLD- Consumidores e Revendedores	(3.114)	(17.840)
Total	4.405	10.031

29 Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	1.363	1.456
Acréscimos moratórios	42.329	64.829
Variações monetárias ativas	5.961	2.647
Outras	7.133	3.293
Total	56.786	72.225

Despesas

Encargos de dívida	43.173	43.964
Juros	2.681	3.175
Multas	9.609	12.261
Variações monetárias passivas	45.948	26.258
Outras	9.206	9.348
Total	110.617	95.006

Resultado Financeiro

(53.831) **(22.781)**

A variação verificada no resultado financeiro no montante de R\$ 31.050 foi motivada, principalmente, pela correção monetária do AFAC, multas da ANEEL, encargos e atualizações de financiamentos e empréstimos e correção dos contratos de parcelamentos de ICMS, INSS, FGTS e tributos Federais.

30 Compromissos operacionais de longo prazo

Compromissos posições compradas:

Gerador da Energia		Empresas Geradoras do Grupo		De mais empresas Geradoras	
		Volume MWh	Preço/MWh	Volume MW	Preço/MWh
2013	Volume MWh	2.262.839,407		1.899.695,564	
	Preço/MWh	67,65		143,45	
	Total	153.092,195		272.516,468	
2014	Volume MW	2.143.855,125		1.905.351,553	
	Preço/MWh	75,12		152,70	
	Total	161.052.988,76		290.945.123,27	
2015	Volume MW	1.774.505,345		2.103.699,98	
	Preço/MWh	95,48		139,80	
	Total	169.427.744		294.100,411	
2016/2045	Volume MW	38.398.332,506		40.173.877,513	
	Preço/MWh	114,57		182,88	
	Total	4.399.474.733		7.347.153.910,98	

Independentemente do prazo de finalização das concessões em 2015, a Companhia detém contratos de compra de energia. Tais contratos são firmados através da participação em leilões realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE/ANEEL, no ambiente de contratação regulada - CCEAR, variando de 15 a 30 anos, conforme a modalidade de contratação.

31 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1. Fatores de risco financeiro

Risco de crédito

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em Clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do



fornecimento de energia, pois, como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de:

- i. Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- ii. Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- iii. Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- iv. Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e,
- v. Cobrança judicial.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Abaixo, apresentamos os saldos das contas de financiamentos e empréstimos, fornecedores e adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:

Em 31 de dezembro de 2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	108.522	149.832	55.311	273.736
Fornecedores	141.929			
Adiantamento para futuro aumento de capital	430.282			

Em 31 de dezembro de 2011	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	92.979	21.231	186.458	175.359
Fornecedores	93.544			
Adiantamento para futuro aumento de capital	275.984			

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a ELETROBRAS, a juros fixos, conforme divulgado na Nota 15.

31.2 Fatores de risco de mercado

Risco com taxa de juros - O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a ELETROBRAS, a juros fixos, conforme divulgado na Nota 15.

31.3 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos (especulativos ou não especulativos).

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	33.923	45.208
Direito de ressarcimento	16.129	6.916
Ativo financeiro - concessões de serviço público	707.343	478.280
Clientes	427.940	384.987
	1.185.335	915.391
Passivos Financeiros		
Financiamentos e empréstimos	587.401	476.027
Fornecedores	141.929	83.544
	729.330	559.571

Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

Recebíveis por classe	31/12/2012	31/12/2011
Grupo I		
Residencial	104.363	83.300
Poder público		18.398
Iluminação pública	5.574	4.270
Outras	7.609	2.859
	117.546	108.827
Grupo II		
Industrial	8.609	5.391
Comercial	34.888	23.597
Rural	6.707	5.340
Poder público	14.957	
Serviço público	4.548	4.385
Suprimento	20.788	13.568
Parcelamentos Líquidos de PCLD	190.068	176.455
	280.565	228.736
Grupo III		
Renda não Faturada (*)	29.829	47.424
Total de Recebíveis	427.940	384.987

O total de recebíveis demonstrados acima é representado por faturas de energia elétrica a vencer ou vencidos não incluídos na PCLD, estes foram classificados de acordo com a taxa de inadimplência apurada pela área comercial da Companhia conforme descrito abaixo:

Grupo I – Nível de inadimplência compreendido até 20% do total de recebíveis;

Grupo II - Nível de inadimplência compreendido acima de 20% do total de recebíveis; e,

Grupo III – Energia vendida e não faturada em função do calendário de faturamento. Estes são reclassificados nos demais grupos na medida em que são efetuadas leituras periódicas.

(*) A Companhia realiza estimativa mensal do faturamento de energia dos seus clientes denominada Renda Não Faturada – RNF que contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

32 Valor novo de reposição

O cálculo de projeção do valor novo de reposição levou em consideração os bens do ativo imobilizado em serviço, passivos de remuneração com data base em 31/12/2012. A atualização dos bens considerou a base blindada em 31/07/2009 e as adições e baixa do período incremental (junho/09 a dezembro/12).

Base Blindada: os valores dos bens considerados nesta base e amortização foram atualizados pela variação do IGP-M até 31/12/2012. Na base blindada foram subtraídas as baixas ocorridas no exercício.

Índice de aproveitamento: O Índice de Aproveitamento é definido como um percentual que demonstre o aproveitamento do ativo no serviço público de distribuição de energia elétrica. O valor utilizado foi o aprovado no 2º CRTP, devidamente atualizado para 31/12/2012.

Base Incremental: os valores das adições e baixas dos bens inseridos em serviços após a base blindada foram atualizados até o mês de 31/12/2012 pelo IPCA.

Obrigações Especiais: as obrigações especiais foram atualizadas pelos mesmos índices da base blindada e incremental e subtraídas do novo valor de reposição para efeito de cálculo do ativo financeiro.

O efeito do valor novo de reposição está apresentado abaixo:

Valor Novo de Reposição - VNR

	<u>31/12/2012</u>
Ativo financeiro antes do VNR	484.805
Ganho Lei 12.783/13	<u>11.602</u>
Ativo financeiro após aplicação do VNR	<u><u>496.407</u></u>

33 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou prejuízo contábil no exercício, cujas adições e deduções legais bem como os ajustes do regime de transição tributária (RTT) resultaram em prejuízo fiscal na apuração do imposto de renda e lucro fiscal para cálculo da contribuição social. Base para cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme abaixo:

	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Prejuízo antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	(36.488)	(36.488)
Despesa não dedutíveis para fins fiscais	<u>392.148</u>	<u>392.120</u>
Ações civis e trabalhista	18.902	18.902
Auto de infração ANEEL	9.609	9.609
Provisão para devedores duvidosos	67.646	67.646
Custo de construção - IFRIC 12	274.083	274.083
Provisão - PLR	17.124	17.124
Reversão de ativos/passivos regulatórios	4.756	4.756
Gratificação a administradores	28	
Receitas não tributáveis para fins fiscais	<u>407.106</u>	<u>395.598</u>
PIS/COFINS pagos - exercícios 1993/1994 (i)	11.508	
Reversão/pagamento de provisões	101.881	101.881
Receita de construção	274.083	274.083
Ganho - VNR	11.602	11.602
Reversão de ativos/passivos regulatórios	<u>8.032</u>	<u>8.032</u>
Prejuízo Fiscal	<u>(51.446)</u>	<u>(39.966)</u>

(i) PIS/COFINS do período de 1993 a 1994 que conforme art.7º da Lei 8.541/92 somente poderiam ser excluídos da base de cálculo do IRPJ pelo pagamento. Os referidos pagamentos somente ocorreram após a inclusão destes tributos em sucessivos parcelamentos (REFIS, PAEX e Parcelamento da Lei 11.941/09) que foram liquidados em maio/12.

33.1 Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia possui base negativa e prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros, ainda não contabilizados devido à incerteza de sua realização, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Prejuízos fiscais	1.036.943	977.858
Base negativa de contribuição social	<u>733.738</u>	<u>667.556</u>
	<u>1.770.681</u>	<u>1.645.414</u>

34 Cobertura de seguros

O seguro dos bens patrimoniais visa à contratação de coberturas securitárias adequadas, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A especificação, por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações	11/10/2012 a 11/10/2013	33.490	228
Riscos Nomeados - Almoxarifado Central	11/10/2012 a 11/10/2013	6.720	46
Riscos Nomeados - Complexo Sede	11/10/2012 a 11/10/2013	<u>5.562</u>	<u>38</u>
		<u>45.772</u>	<u>312</u>

Na apólice contratada, foram destacadas as subestações e linhas de transmissão, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização, possuindo cobertura securitária básica, tais como, incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos e riscos diversos.

35 Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos, natureza e condições das transações estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Receitas</u>	<u>Receitas</u>
	<u>(Passivo)</u>	<u>(Passivo)</u>	<u>(Despesas)</u>	<u>(Despesas)</u>
ELETRORRAS				
Financiamentos e Empréstimos	(578.371)	(483.267)	(42.979)	(39.970)
Adiantamento para aumento de capital	(430.282)	(275.984)	(24.882)	(26.796)
Outros	(194)	(413)	(834)	
	<u>(1.008.847)</u>	<u>(759.664)</u>	<u>(68.695)</u>	<u>(66.766)</u>
CHESF				
Energia comprada e uso do sistema	(9.820)	(9.598)	(71.988)	(67.872)
Financiamentos e Empréstimos		(3.064)	(13)	(5.615)
	<u>(9.820)</u>	<u>(12.662)</u>	<u>(72.001)</u>	<u>(73.487)</u>
FURNAS				
Energia comprada e uso do sistema	(11.415)	(10.201)	(87.171)	(79.443)
CELG				
Energia comprada e uso do sistema	(12)	(7)	(109)	(187)
CGTEE				
Energia comprada e uso do sistema	(289)	(763)	(6.555)	(7.221)
ELETRONORTE				
Energia comprada e uso do sistema	(6.387)	(5.989)	(48.178)	(89.300)
ELETROSUL				
Energia comprada e uso do sistema	(950)	(303)	(12.714)	(7.472)
	<u>(1.037.720)</u>	<u>(789.589)</u>	<u>(295.423)</u>	<u>(323.876)</u>

**35-1 Remuneração de pessoal chave**

O pessoal chave da administração inclui os diretores executivos, conselheiros de administração e fiscal, cujo gasto total com a remuneração está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Remunerações dos Diretores e Conselheiros	338	66
Encargos sociais	143	15
Provisões e Gratificações	77	
Outras	96	7
	<u>654</u>	<u>88</u>

A variação de R\$ 566 foi decorrente, principalmente, da mudança no critério do rateio das despesas com administradores, onde a partir de 2012 foram adicionadas mais despesas referentes ao diretor permanente na Companhia, além das despesas com a FACEPI.

36 Continuidade operacional

A Companhia no exercício de 2012 apurou prejuízo de R\$ 36.488 em suas operações. Com este, o prejuízo acumulado totaliza R\$ 999.171, porém a administração vem adotando medidas para a continuidade dos objetivos estratégicos com foco na governança corporativa e no estabelecimento de contratos de gestão para as empresas de distribuição, com destaque para a parceria com o Banco Mundial em projetos de infraestrutura, melhorias operacionais e combate às perdas de energia elétrica.

Outros pontos a destacar são: (a) o avanço no Programa Luz para Todos; (b) o combate à inadimplência, tendo, como uma das medidas adotadas, a renegociação de contratos com foco na diminuição dos débitos em atraso.

A insuficiência de capital de giro tem sido suportada pelo acionista controlador, mediante ingresso de recursos destinados para futuro aumento de capital.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26 (R1), em seus itens 25 e 26.

37 Eventos subsequentes**37.1 3º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP)**

A ANEEL aprovou as novas regras para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das tarifas de energia elétrica, conforme Resolução Normativa nº 435 de 24 de maio de 2011, onde define a estrutura dos procedimentos de regulação tarifária – PROROT, que consolida a regulamentação a cerca dos processos tarifários. A companhia teve a primeira revisão tarifária em agosto de 2005 e a segunda em agosto de 2009. A próxima revisão será em agosto de 2013.

O conjunto de mudanças aprovadas impacta diretamente numa parcela da tarifa – Parcela B, que reflete os custos relativos à atividade de distribuição, como, os custos operacionais e os investimentos. Essa a 66 de 62

parcela representa 40% da conta de energia do consumidor. A Parcela A é menos gerenciável e se refere aos custos com compra e transmissão de energia elétrica, além dos tributos e encargos setoriais.

A revisão tarifária acontece a cada quatro anos, é neste momento que os custos são reavaliados, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiências por elas obtidos. Para o 3º ciclo a ANEEL determinou como data limite para cálculo da Base de Remuneração Regulatória – BRR, os ativos registrados no balancete de fevereiro de 2013.

MARCOS AURÉLIO MADUREIRA DA SILVA
Diretor Presidente

RONALDO FERREIRA BRAGA
Diretor Financeiro

LUÍS HIROSHI SAKAMOTO
Diretor de Gestão

PEDRO MATEUS DE OLIVEIRA
Diretor de Planejamento e Expansão

LUIZ ARMANDO CRESTANA
Diretor Comercial

NELISSON SERGIO HOEWELL
Diretor de Assuntos Regulatórios e
Projetos Especiais

MARCELINO DA CUNHA MACHADO NETO
Diretor de Operação

PAULO DAS CHAGAS OLIVEIRA
Contador CRC PI – 3.090/0 – 4
CPF 067.070.333 – 87

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 26/03/2013, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, bem como as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2012.

Com base nos documentos examinados, nas análises procedidas e nos esclarecimentos e documentos apresentados pela Diretoria Financeira da Empresa e pelo representante dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião, amparado no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 26 de Março de 2013, que as Demonstrações Financeiras da CEPISA apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, a demonstração do valor adicionado (DVA), o desempenho das suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Conselho Fiscal recomenda que a Diretoria Executiva da CEPISA dê continuidade à implantação de medidas que objetivem a redução do elevado índice de inadimplência e de perdas técnicas e comerciais da Companhia, bem como, dê, também, prosseguimento do processo de reestruturação econômico e financeira da Companhia, de forma a afastar a situação descrita na Nota Técnica nº 36, conforme consignado no Parecer dos Auditores Externos como Parágrafo de Ênfase.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da PRICEWATERHOUSE COOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 26 de Março de 2013, o Conselho Fiscal opina favoravelmente pelo encaminhamento dos documentos acima referidos, relativos ao exercício de 2012, para serem submetidos à discussão e votação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEPISA.

Brasília, 26 de Março de 2013.

WAGNER MONTORO JÚNIOR
Presidente

MARIA TERESA PEREIRA LIMA
Conselheira

JOSÉ ALBERTO B. MAGALHÃES
Conselheiro